



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO

JOÃO EMERSON CUNHA SILVA

TRAJETÓRIAS EPISTEMOLÓGICAS DA GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DO
CONCEITO DE TERRITÓRIO NOS ESTUDOS AGRÁRIOS SOBRE POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS

JOÃO PESSOA – PB
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO

JOÃO EMERSON CUNHA SILVA

**TRAJETÓRIAS EPISTEMOLÓGICAS DA GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DO
CONCEITO DE TERRITÓRIO NOS ESTUDOS AGRÁRIOS SOBRE POVOS E
COMUNIDADES TRADICIONAIS**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), sob a orientação da Professora Dr^a Amanda Christinne Nascimento Marques. Área de concentração: Território, Trabalho e Ambiente. Linha de pesquisa: Cidade e Campo: espaço e trabalho.

JOÃO PESSOA
2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586t Silva, João Emerson Cunha.

Trajetórias epistemológicas da geografia : uma análise do conceito de território nos estudos agrários sobre povos e comunidades tradicionais / João Emerson Cunha Silva. - João Pessoa, 2024.

189 f. : il.

Orientação: Amanda Christinne Nascimento Marques.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Geografia agrária. 2. Povos tradicionais - Indígenas. 3. Povos tradicionais - Quilombolas. I. Marques, Amanda Christinne Nascimento. II. Título.

UFPB/BC

CDU 911.3:631(043)

"TRAJETÓRIAS EPISTEMOLÓGICAS DA GEOGRAFIA: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE TERRITÓRIO NOS ESTUDOS AGRÁRIOS SOBRE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS"

por

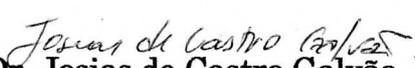
João Emerson Cunha Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia do CCEN-UEPB, como requisito total para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Território, trabalho e Ambiente.

Aprovado por:


Profa. Dra. Amanda Christine Nascimento Marques
Orientadora


Prof. Dr. Josias de Castro Galvão
Examinador interno


Prof.ª Dr.ª Aline Barboza de Lima
Examinadora externa

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-graduação em Geografia
Cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia**

Fevereiro/2024.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha rocha e fortaleza, pelas forças dadas ao longo da caminhada acadêmica nesses dois anos de pós-graduação.

À minha amada família e, em especial, aos meus pais Edmilson e Josefa, pelo apoio em todas as etapas desta trajetória acadêmica, pelo carinho, consideração e amor de sempre.

À minha querida orientadora Amanda Marques, pelo acolhimento no PPGG/UFPB, por aceitar o desafio de construir uma pesquisa centrada na reflexão acerca do território, pelas referências bibliográficas indicadas, pelas orientações e boas conversas na sala do Gestar ao longo desses dois anos de mestrado.

À estimada professora Aline Barboza pelas contribuições nos caminhos da pesquisa de dissertação. Além disso, agradeço pelas contribuições dadas ao longo da minha graduação, quando fui seu orientando nos PIBICs e na Monografia.

Ao estimado professor Josias Galvão pelas contribuições dadas na construção da pesquisa de dissertação. Ademais, agradeço pela oportunidade de realizar estágio docência na disciplina de “Educação das relações étnico-raciais” por ele ministrada.

Às amigas do coração que a geografia me deu ao longo desses anos: Aureliana, Elâine, Eridiana e Vanúbia.

Aos integrantes do grupo de pesquisa Gestar pelo apoio.

Aos professores do PPGG/UFPB pelas reflexões propostas nas disciplinas cursadas.

Aos companheiros do PPGG/UFPB, especialmente Brenna Conceição, que gentilmente me disponibilizou algumas edições dos anais do SINGA.

Aos companheiros Sullivan e Junio por compartilhar as vivências da estadia em João Pessoa.

À Universidade Federal da Paraíba pelo suporte e apoio à pesquisa.

À CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Entre os primeiros povos e nos meios populares das sociedades tradicionais, as geografias não são exclusivamente feitas de práticas e habilidades. Elas são carregadas de experiências e de subjetividade.

Paul Claval

Aos meus pais Josefa e Edmilson e aos meus avós Berina e Genival (*in memoriam*), dedico.

RESUMO

A história da geografia evidencia que os trajetos seguidos pelo conceito de território, ao longo da produção científica em geografia, são marcados por alternâncias, enquanto em determinadas fases de sua história o referido termo perdeu terreno para conceitos mais tradicionais, em outras, assumiu centralidade no desenvolvimento de pesquisas nesse campo do saber. No que diz respeito à geografia agrária e suas relações com o território, é evidente o fortalecimento do conceito a partir de estudos da geografia crítica nos anos 1970/1980 e dos estudos culturais, notadamente a partir dos anos 1990, situação que contrasta com o pouco espaço que o ele obteve nas fases clássica e teórico-quantitativa dos estudos agrários. Nesse contexto, a pesquisa tem o propósito de compreender as abordagens do conceito de território nos estudos agrários sobre povos e comunidades tradicionais, tendo como recorte bibliográfico selecionado os anais do Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2003-2019). A fim de lastrearmos teoricamente os caminhos para o alcance desse objetivo, fundamentamo-nos, no campo do estudo da história da geografia, a partir do pensamento de autores como Claval (2014a), Moreira (2015) e Andrade (2008), já em relação ao conceito de território, os aportes teóricos são compostos por autores como Haesbaert (2019), Saquet (2020), Almeida (2005) e Andrade (2004). Na perspectiva metodológica, como nossa pesquisa lida diretamente com textos produzidos e publicados em eventos da área da geografia, optamos pela utilização da análise de conteúdo, especificamente a discutida por Bardin (2022). Por fim, constatamos, no quadro dos resultados da pesquisa, uma ampla variedade de abordagens territoriais detectadas ao longo do recorte bibliográfico pesquisado, que totalizam mais de uma centena de definições do que constitui o conceito de território. Além disso, verificamos o fortalecimento das temáticas referentes a indígenas e quilombolas, as quais se expressaram pelo aumento do número de pesquisas sobre esses povos ao longo dos anais dos SINGA.

Palavras-Chave: Epistemologia; Geografia Agrária; Território; Povos Tradicionais.

ABSTRACT

The history of geography shows that the paths followed by the concept of territory, throughout scientific production in geography, are marked by alternations, while in certain phases of its history the aforementioned concept lost ground to more traditional concepts, in others, it assumed centrality in the development of research in this field of knowledge. With regard to agrarian geography and its relations with the concept of territory, the strengthening of the concept is evident from critical geography studies in the 1970s/1980s and cultural studies, notably from the 1990s onwards, a situation that contrasts with the little space that the concept obtained in the classical and theoretical-quantitative phases of agrarian studies. In this context, the research aims to understand the approaches to the concept of territory in agrarian studies on traditional peoples and communities, using the annals of the International Symposium on Agrarian Geography (2003-2019) as a bibliographical selection. In order to theoretically support the paths to achieving this objective, we base ourselves, in the field of studying the history of geography, on the thoughts of authors such as Claval (2014a), Moreira (2015) and Andrade (2008), already in Regarding the concept of territory, the theoretical contributions are made up of authors such as Haesbaert (2019), Saquet (2020), Almeida (2005) and Andrade (2004). From a methodological perspective, as our research deals directly with texts produced and published in events in the area of geography, we chose to use content analysis, specifically that discussed by Bardin (2022). Finally, we found, within the research results, a wide variety of territorial approaches detected throughout the bibliographical section researched, which total more than a hundred definitions of what constitutes the concept of territory. Furthermore, we saw the strengthening of themes relating to indigenous people and quilombolas, which were expressed by the increase in the number of research on these peoples throughout the SINGA annals.

Keywords: Epistemology; Agrarian Geography; Territory; Traditional People.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - As fases da análise de conteúdo	20
Figura 2 - Artes de divulgação de edições do SINGA (2003-2019).....	117
Figura 3 - Grupos de trabalho do I Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2003) “O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social”	120
Figura 4 - Grupos de Trabalhos do II Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2005) “Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas”	123
Figura 5 - Grupos de Trabalho do III Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2007) “Campesinato em movimento”.....	126
Figura 6 - Grupos de trabalho do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2009) “A questão da (reforma agrária) na América Latina: balanço e perspectivas”	127
Figura 7 - Eixos temáticos do V Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2011) “Questões Agrárias na Panamazônia no século XXI: usos e abusos do território”	129
Figura 8 - Eixos temáticos do VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2013) ““Questão Agrária no Século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais”	130
Figura 9 - Eixos temáticos do VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2015) “A Questão Agrária na Contemporaneidade: dimensões dos conflitos pela apropriação da terra, da água e do subsolo”	131
Figura 10 - – Eixos temáticos do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2017) “Resistência e rebeldia desde baixo nos territórios de vida” ..	132
Figura 11 - Eixos temáticos do IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2019) “Para além das cercas que nos cegam: as naturezas das r-existências na América Latina”	134
Figura 12 - Quantidade de trabalhos nos anais do SINGA sobre povos indígenas e comunidades quilombolas por ano de edição do evento	136
Figura 13 - Principais povos indígenas estudados nos anais do SINGA.....	137
Figura 14 - Principais comunidades quilombolas investigadas em pesquisas publicadas nos anais das nove edições do SINGA (2003-2019).....	138
Figura 15 - Quantitativo de trabalhos ligados às Instituições de Ensino Superior (IES) vinculadas aos autores das pesquisas analisadas.....	140
Figura 16 - Principais grupos de pesquisa por IES em trabalhos sobre povos indígenas e comunidades quilombolas	141
Figura 17 - Distribuição regional da produção acadêmica sobre povos e comunidades tradicionais	143
Figura 18 - Principais palavras-chave em pesquisas que discutem povos indígenas nas pesquisas publicadas em Anais do SINGA (2003-2019)	144

Figura 19 - Principais palavras-chave em pesquisas que discutem comunidades quilombolas nas pesquisas publicadas em Anais do SINGA (2003-2019).....	146
Figura 20 - Presença de contribuições teóricas de outras áreas do saber em pesquisas sobre povos indígenas	147
Figura 21 - Presença de contribuições teóricas de outras áreas do saber em pesquisas sobre comunidades quilombolas.....	148
Figura 22 - Contribuições interdisciplinares em pesquisas sobre povos indígenas (2003-2019)	149
Figura 23 - Contribuições interdisciplinares em pesquisas sobre povos indígenas (2003-2019)	151
Figura 24 - O conceito de território ao longo de eixos temáticos/ grupos de trabalho construídos ao longo das edições do SINGA (2003-2019).....	153
Figura 25 - Principais definições de território detectadas em trabalhos que discutem comunidades quilombolas e povos indígenas no SINGA.....	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Modelo “1” de planilha utilizada para levantamento inicial de pesquisas do SINGA.....	21
Quadro 2 - Modelo “2” de planilha utilizada para análise de pesquisas selecionadas nos anais do SINGA.....	22
Quadro 3 - Categorias e Conceitos	27
Quadro 4 - O sistema territorial de Claude Raffestin.....	48

LISTA DE ACRÔNIMOS E SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros

ENG – Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos

ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

GDEA - Grupo de Pesquisas sobre Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia

Gestar – Gestar: território, trabalho e cidadania

GTs – Grupos de Trabalho

LEPEC - Núcleo de Estudos do Espaço Agrário, Campesinato e Agroecologia

NEA - Núcleo de Estudos em Agroecologia

NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura

NEER – Núcleo de Estudos em Espaço e Representações

NERA - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questões Agrárias

NETAJ - Núcleo de Estudos sobre Território, Ações Coletivas e Justiça

NURBA - Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

SINGA – Simpósio Internacional de Geografia Agrária

TERRHA - Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UNESP – Universidade Estadual Paulista

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 CAPÍTULO I - O CONCEITO DE TERRITÓRIO: GÊNESE E ABORDAGENS GEOGRÁFICAS	24
1.1 A origem do conceito de território.....	25
1.2 O território a partir do prisma da História do Pensamento Geográfico ...	34
1.3 A abordagem cultural na geografia: olhares e compreensões acerca do território	49
1.4 Trajetos do conceito de território nos estudos agrários brasileiros.....	59
2 CAPÍTULO II - TERRITÓRIO NAS CIÊNCIAS HUMANAS: CAMINHOS REFLEXIVOS DE UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR.....	76
2.1 A abordagem interdisciplinar a partir da leitura de autores que versam sobre a temática.....	76
2.2 O conceito de território em uma perspectiva interdisciplinar: as contribuições da ciência política e da sociologia.....	92
2.3 O conceito de território em uma perspectiva interdisciplinar: as contribuições da antropologia e sua utilização em pesquisas do SINGA.....	100
3 CAPÍTULO III - O CONCEITO DE TERRITÓRIO NOS ESTUDOS SOBRE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS PUBLICADOS NOS ANAIS DO SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA.....	116
3.1 Os Simpósios Internacionais de Geografia Agrária: Olhares sobre a construção do evento	116
3.2 Povos indígenas e comunidades quilombolas através de pesquisas publicadas no Simpósio Internacional de Geografia Agrária.....	135
3.3 O conceito de território nos estudos sobre povos indígenas e comunidades quilombolas publicados nos anais dos Simpósios Internacionais de Geografia Agrária (SINGAS).	153
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
REFERÊNCIAS	175
APÊNDICE	189

INTRODUÇÃO

O percurso do conceito de território na história da geografia é marcado pela presença de distintas abordagens e conceituações do que o constitui, sendo necessário evidenciar que esses debates em torno desta definição estão articulados aos contextos sociais, políticos e culturais em associação com as correntes de pensamento que têm influenciado a produção do discurso geográfico.

Nessa conjuntura, vale mencionarmos que os caminhos percorridos pelo conceito no prisma da produção geográfica não são lineares, ou seja, dentro da história da geografia, alternaram fases em que a definição de território possuía pouca representatividade (geografias clássica e teórico-quantitativa, por exemplo) e outros em que ele assumiu maior centralidade (geografias crítica e cultural).

No quadro dos estudos em geografia agrária, a questão do território esteve presente desde a sua fase clássica, notadamente ligada à visão jurídico-política. Entretanto, a consolidação do termo como base teórica importante para o estudo do campo, através de outras abordagens, só ocorreu a partir da geografia agrária crítica. Atualmente, também destacamos as contribuições vindas da geografia cultural, que ampliaram o debate acerca dos seus significados.

Nesta perspectiva, o território na geografia agrária tem assumido gradualmente uma posição de maior centralidade, destacando-se como conceito importante em publicações de eventos, livros, artigos e demais trabalhos acadêmicos, notadamente em pesquisas vinculadas à investigação dos povos e comunidades tradicionais.

Nos próprios Simpósios Internacionais de Geografia Agrária (SINGA), evento de grande importância para os estudos agrários desenvolvidos no Brasil e que espelha parte significativa dos olhares projetados por esse campo do conhecimento sobre o agrário, o conceito vem assinalando forte presença e assumido centralidade na análise de dinâmicas dos sujeitos que se territorializam no campo.

Nesse contexto, destacamos que o objetivo geral da pesquisa é analisar as abordagens do conceito de território em estudos relacionados à discussão de povos e comunidades tradicionais a partir dos anais do SINGA (2003-2019). Na perspectiva dos objetivos específicos, elencamos:

- Sistematizar a produção bibliográfica sobre o conceito de território na geografia a partir de suas matrizes teóricas;
- Discutir, a partir da perspectiva interdisciplinar, a contribuição de outras áreas do conhecimento em torno das abordagens do conceito de território;
- Analisar as abordagens do conceito de território utilizadas em trabalhos vinculados à discussão sobre povos e comunidades tradicionais nos anais do SINGA.

Nesse sentido, delimitamos a seguinte problemática da pesquisa: Quais abordagens territoriais estão relacionadas a pesquisas que lançam olhares sobre povos e comunidades tradicionais nos anais do SINGA? Como questões secundárias, elegemos: quais as principais abordagens que têm influenciado o debate em torno do conceito de território no campo da ciência geográfica¹? Como as ciências humanas, notadamente a antropologia, a sociologia e a ciência política têm contribuído para o debate acerca do conceito de território nas pesquisas publicadas nos anais do SINGA que discutem povos e comunidades tradicionais? Como a discussão de temáticas referentes aos povos e comunidades tradicionais a partir da ótica territorial tem sido analisada nos trabalhos publicados nos anais do SINGA?

Dito isso, a justificativa da pesquisa possui duas dimensões: uma teórica e outra social. No prisma teórico, tem a potencialidade de trazer contribuições referentes à utilização do conceito de território como categoria analítica nos estudos da geografia agrária brasileira. Corroborando, desse modo, para evidenciarmos a importância que esse conceito vem assumindo para pensar o campo brasileiro à luz das distintas correntes de pensamento da ciência geográfica.

¹ O recorte bibliográfico adotado para o desenvolvimento deste questionamento será apontado no tópico referente à fundamentação teórico-metodológica.

Ademais, a justificativa relaciona-se à relevância social da pesquisa, a qual pode colaborar na compreensão das bases teóricas utilizadas nas demandas por demarcações de territórios reivindicadas por povos indígenas e populações quilombolas, como nos casos dos territórios de uso e ocupação tradicional, nos quais a identidade étnica é entendida como fator de alteridade e de garantia de direitos desses grupos.

O estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica em que acessaremos livros, artigos, anais de evento e, destacadamente, trabalhos publicados nos Simpósios Internacionais de Geografia Agrária (SINGA). A justificativa para utilização deste recorte bibliográfico está fundamentada no pensamento de Marques (2018), que destaca o SINGA como um evento reconhecido entre acadêmicos e ativistas da América Latina na área da geografia, no que diz respeito às discussões sobre lutas no campo e questão agrária e por estabelecer diálogos com os movimentos sociais num debate horizontal.

Isso posto, é importante destacarmos algumas questões fundamentais sobre os povos e comunidades tradicionais, grupos que são juridicamente reconhecidos por meio da Constituição Federal de 1988, destacadamente, nos artigos 231 e 232, nos quais são reconhecidos um conjunto de direitos aos indígenas, inclusive à posse permanente das terras tradicionalmente ocupadas. Já o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), estabelece que as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos devem ser reconhecidas como propriedades definitivas, devendo o estado emitir os títulos.

Já o Decreto 6.040 de 2007, no qual é estabelecida a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, considera-os como grupos culturalmente diferenciados e reconhecidos enquanto tais. Destaca ainda, seus modos próprios de organização social, territórios ocupados, usados e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, religiosa, social, econômica e ancestral, além de utilizarem conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição. (Brasil, 2007)

Ademais, destaca a questão dos **Territórios Tradicionais**, os quais são entendidos como espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais. Podendo ser utilizados de

forma permanente ou temporária, observando as especificidades que dizem respeito aos povos indígenas e comunidades quilombolas. (Brasil, 2007)

Outro marco legal que dimensiona a questão territorial de grupos tradicionais é a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que estabelece uma série de medidas a serem tomadas a fim de garantir uma sequência de direitos fundamentais aos povos indígenas e tribais, totalizando 44 artigos. O terceiro artigo desta convenção é fundamental, uma vez que estabelece que os povos indígenas e tribais desfrutarão integralmente dos direitos humanos e das liberdades fundamentais sem quaisquer formas de impedimento e discriminação.

Nesse contexto de emergência do debate em torno de direitos fundamentais dos povos e comunidades tradicionais, destacaremos algumas produções que vêm refletindo e analisando questões importantes em torno desta temática no contexto do grupo de pesquisa Gestar: território, trabalho e cidadania.

Nessa perspectiva, uma das publicações que busca construir esse diálogo a partir do prisma da geografia com comunidades e povos tradicionais é o livro **Geografia dos Povos Tradicionais (volumes I e II)**. A sua segunda edição conta com sete capítulos de pesquisadoras e pesquisadores que investigam temáticas como território e territorialidade étnica em comunidades quilombolas, cartografia social e identidades territoriais indígenas e quilombolas, relações de gênero e poder em comunidades negras sertanejas, racismo ambiental além da análise da relação entre geografia e quilombos na esfera dos Programas de Pós-Graduação no Brasil.

Outra obra fruto de diversas pesquisas publicadas no Gestar é o livro **Do campus ao campo: olhares sobre Políticas Públicas dirigidas à pobreza rural no Estado da Paraíba, Brasil**. Esta obra traz resultados de diversas pesquisas que analisaram políticas públicas direcionadas à pobreza rural no estado, entre as quais, destacamos dois capítulos contidos na sua parte III, que discutem políticas públicas e etnia no âmbito dos territórios quilombolas (Moreira; Rodrigues; Silvestre, 2011) e políticas de “desenvolvimento” aos territórios de identidade em territórios indígenas (Marques; Rodrigues; Maracajá, 2011).

Além disso, diversos integrantes do grupo Gestar têm contribuído com a discussão que versa sobre povos e comunidades tradicionais, a partir da perspectiva da geografia. Marques (2015), em pesquisa intitulada **Fronteira Étnica: Tabajara e Comunidades Negras no Processo de Territorialização do Litoral Sul Paraibano**, buscou estudar o processo de territorialização da microrregião do Litoral Sul paraibano, adotando especificamente a territorialidade étnica dos Tabajara e de Comunidades Negras do Gurugi e Ipiranga. A tese apresenta entre seus conceitos centrais na investigação do objeto de estudo território, territorialidade e etnia, além de fundamentar sua argumentação a partir de uma leitura pós-colonial.

Fredrich (2018), em sua tese: **Tramas Territoriais e Tessituras Multidimensionais em Comunidades Quilombolas na Paraíba**, analisou as dinâmicas e as tramas territoriais da comunidade quilombola Pedra D'Água, a qual está localizada no município de Ingá, na Mesorregião do Agreste paraibano. Além disso, a pesquisa procurou reconstruir questões como a ascendência histórica e os referenciais multidimensionais entre os territórios de Pedra D'Água, Matão, Grilo e Matias. Os conceitos fundamentais da pesquisa foram território, rede, territorialidade e identidade.

Além dessas duas produções, diversas pesquisas do Gestar têm se dedicado em estudos sobre povos indígenas e comunidades quilombolas, a partir de enfoques e temáticas variadas, como podemos verificar nos trabalhos de Moreira (2009), Santana (2011), Cavalcante (2013), Silvestre (2015), Sousa (2017), Silva (2018), entre outros.

Isso posto, é imprescindível destacar que a hipótese central da pesquisa é a ideia que a abordagem territorial é central nas pesquisas ligadas aos estudos dos povos e comunidades tradicionais, no contexto da geografia agrária. Já as secundárias são: aplicação do conceito de território nos estudos agrários em múltiplas matrizes teóricas, com destaque para as perspectivas integradora e relacional; existência de contribuições das ciências humanas (antropologia, ciência política e sociologia) no que diz respeito à abordagem territorial nos estudos sobre povos e comunidades tradicionais e a ideia que nos estudos sobre essas coletividades a abordagem territorial fundamentada nas perspectivas filosóficas incluídas no binômio materialismo/idealismo estão presentes.

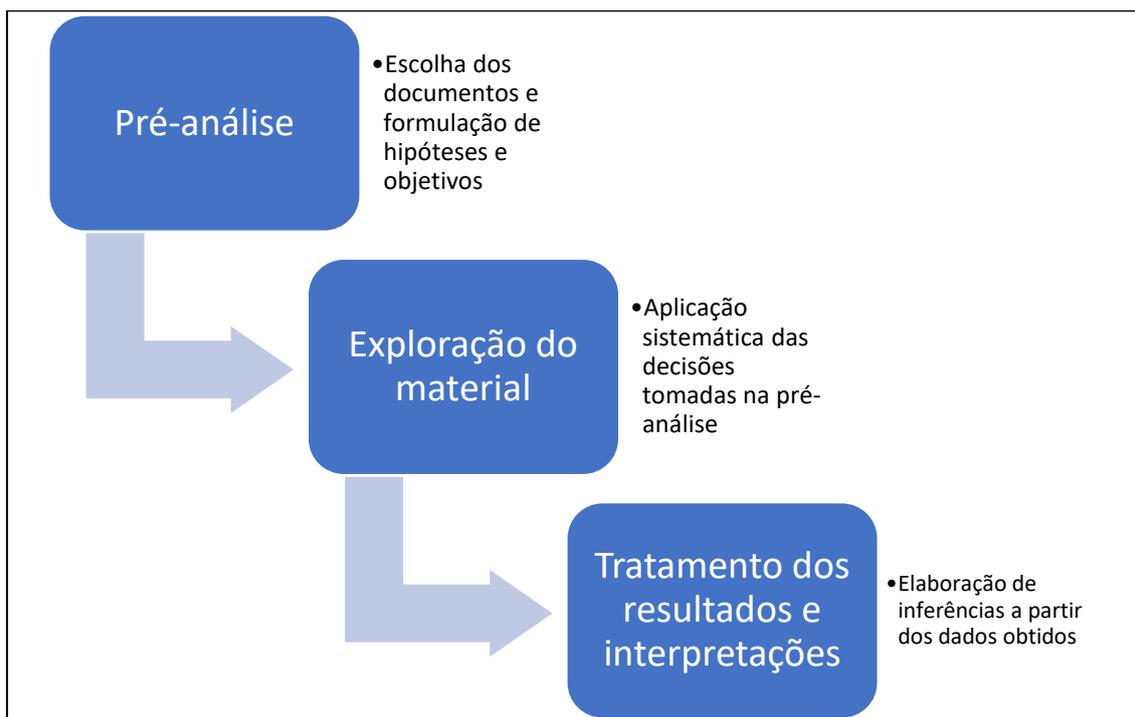
No que tange à estruturação da pesquisa, destacamos que ela está organizada em três capítulos. Nesse contexto, ao longo do capítulo 1, refletiremos sobre as raízes do conceito de território, destacadamente, a partir da perspectiva da geografia, evidenciando as trajetórias percorridas por esse conceito, desde as primeiras correntes do pensamento geográfico até aos estudos mais recentes que vêm sendo desenvolvidos no campo da geografia cultural.

Ao longo do segundo capítulo, a reflexão é centrada em torno das contribuições de outras áreas do saber no que tange à discussão acerca do território, por meio de uma abordagem interdisciplinar fundamentada em Morin (2001), Fazenda (1994) e Santos (2021), em que traremos, inicialmente, considerações sobre o conceito de interdisciplinaridade e, posteriormente, detalharemos as corroborações efetuadas por ciências como antropologia, ciência política e sociologia em torno do território.

No terceiro capítulo, delinearemos a história do SINGA, detalhando aspectos que revelam os grandes temas e preocupações dos estudos agrários no transcorrer de suas edições, além de elucidar como as pesquisas sobre povos e comunidades tradicionais têm utilizado o conceito de território, com ênfase nas principais correntes de pensamento que têm subsidiado a reflexão em torno da abordagem territorial.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos da pesquisa, destacamos que nos embasamos na metodologia conhecida como análise de conteúdo, conforme Bardin (2022), que serviu de fundamento para analisarmos as abordagens do conceito de território utilizadas em trabalhos vinculados à discussão dos povos e comunidades tradicionais nas nove edições disponíveis dos anais do SINGA (2003, 2005, 2007, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017, 2019). Nesta etapa, selecionamos os textos presentes nesses anais que discutem de forma aprofundada a abordagem do conceito de território no estudo dos povos e comunidades tradicionais, notadamente indígenas e quilombolas. No organograma abaixo, ilustramos a esquematização das três fases da metodologia conhecida como análise de conteúdo e que procuramos seguir na construção de nosso estudo.

Figura 1 - As fases da análise de conteúdo



Elaboração: autor. Fonte: Bardin (2022).

A fim de fundamentar a etapa de seleção dos trabalhos, a qual integra a pré-análise, definindo nosso *corpus* de pesquisa, utilizamos a técnica qualitativa da análise de conteúdo presença ou ausência de palavras-chaves como povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades negras, povos originários, povos e comunidades tradicionais.

Essa técnica foi aplicada de modo individual nas 4.971 pesquisas disponíveis nos anais para identificarmos de forma precisa as que, desse conjunto, estavam preocupadas em refletir sobre indígenas e quilombolas. Vale mencionarmos que utilizamos o atalho “Ctrl + F” para auxiliar-nos nesta etapa, visto que essa função de busca está presente na maioria dos programas em que os textos estão publicados, como é o caso dos que estão no formato “PDF”.

Após esse momento inicial de definição do *corpus* de análise, identificamos, através da leitura dos trabalhos selecionados, quais as abordagens mais recorrentes e vertentes de pensamento que mais têm influenciado o debate em torno do conceito de território nas pesquisas selecionadas.

Além disso, identificamos os autores prevalentes no referenciamento teórico sobre território, as principais temáticas e teorias vinculadas à discussão territorial, as instituições dos autores das pesquisas, os locais analisados pelos estudos selecionados, tendo em vista que estes elementos são importantes para a compreensão do modo como o território vem sendo usado nos textos analisados e de suas articulações com o que vem sendo pensado, analisado e produzido nos estudos agrários publicados nos anais dos SINGA.

Nesta etapa, utilizamos o programa “Microsoft Excel” para organizar as informações obtidas de cada um dos 421² artigos do *corpus* de análise em dois modelos de planilhas principais. O primeiro modelo foi construído para cada uma das edições do SINGA, a fim de organizarmos as primeiras informações das pesquisas, conforme ilustra o quadro abaixo:

Quadro 1 - Modelo “1” de planilha utilizada para levantamento inicial de pesquisas do SINGA

	Artigo
Título	
Autores	
Instituição vinculada	
Área estudada	
O conceito de território está presente na pesquisa?	
Base teórica do conceito de território	
Comunidade estudada	
Grupo de Trabalho no qual a pesquisa está vinculada	

Elaborado pelo autor

Esse primeiro modelo foi essencial para destacarmos as informações principais dos textos selecionados, especialmente, a presença ou não do

² Esse número refere-se às pesquisas presentes nos anais do SINGA que discutem povos indígenas e/ou comunidades quilombolas. Chegamos a esse quantitativo aplicando a análise de conteúdo.

conceito de território nas pesquisas. Além disso, elaboramos um segundo modelo de planilha, que contou com mais itens a serem preenchidos após a leitura detalhada de cada uma das 421 pesquisas, como exemplificamos no modelo abaixo:

Quadro 2 - Modelo “2” de planilha utilizada para análise de pesquisas selecionadas nos anais do SINGA

	Artigo
Título	
Citações relevantes	
Conceitos-Chave	
Possibilidade analítica com autores de outras áreas do saber	
Diálogo interdisciplinar	
Comunidade/ etnia	

Elaboração: autor.

O preenchimento dessa segunda planilha foi fundamental para sintetizarmos elementos que foram importantes para o levantamento de informações sobre alguns pontos referentes à contribuição interdisciplinar na discussão das pesquisas. Ademais, vale destacarmos que além dessas duas planilhas principais, elaboramos outras específicas para auxiliar no processo de geração e organização de dados, como planilhas específicas referentes à análise institucional, a comunidades e etnias estudadas e a autores que têm contribuído nas definições sobre território.

Após esta etapa de preenchimento das planilhas, realizamos a construção de quadros teóricos, gráficos e diagramas, com base nos resultados detectados a partir da análise bibliográfica contidos nas planilhas, que sintetizam as informações obtidas. Na sequência, realizamos o processo de escrita do texto da dissertação além de efetuamos a revisão de língua portuguesa e a normatização do texto a partir das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Posto isso, destacamos que os caminhos percorridos na construção da pesquisa apontaram resultados notáveis acerca da discussão do território nos estudos sobre povos indígenas e comunidades quilombolas. Um dos primeiros elementos identificados foi a ampliação progressiva de pesquisas dedicadas ao estudo desses sujeitos sociais, conjuntura que pode ser comprovada quando comparamos as pesquisas pontuais com esse foco temático publicadas nas primeiras edições do SINGA (2003 e 2005) com as expressivas publicações presentes em edições mais recentes (2017 e 2019).

Outro ponto identificado no transcorrer da pesquisa foi a abordagem do território como um conceito central na maioria das pesquisas analisadas sobre povos indígenas e comunidades quilombolas. Essa centralidade é expressa não somente pela presença do vocábulo de forma recorrente em grande parte dos textos que compõem o *corpus* de análise, como também pelas reflexões aprofundadas que algumas das pesquisas elaboraram em torno do conceito, articulando a temática dos povos tradicionais com a abordagem territorial a partir de autores da geografia e de outros campos do saber, como a antropologia.

E, na perspectiva dessas discussões acerca do conceito, compreendemos que no recorte bibliográfico analisado há uma pluralidade de correntes de pensamento que lastreiam essas reflexões, ou seja, identificamos abordagens que vão desde as noções integradora e relacional de território, representadas respectivamente por pensadores³ como Haesbaert (2019) e Raffestin (1993), por exemplo, até às vertentes vinculadas a abordagens que enfatizam especificamente dimensões como a econômica, a política e a cultural na construção dos territórios.

³ É importante pontuarmos que nossa pesquisa buscou apresentar esse conjunto de pensadores e pensadoras que subsidiam o debate acerca do conceito de território em trabalhos sobre povos e comunidades tradicionais de forma bastante detalhada, todavia em decorrência do expressivo volume (mais de uma centena) de autores que conceituam território no recorte bibliográfico analisado não foi viável trazer reflexões aprofundadas de todas essas concepções.

1 CAPÍTULO I - O CONCEITO DE TERRITÓRIO: GÊNESE E ABORDAGENS GEOGRÁFICAS

Ao longo deste capítulo, refletiremos sobre as origens do conceito⁴ de território, notadamente, a partir da ótica da geografia, além de destacarmos as trajetórias percorridas por esse conceito, desde as primeiras correntes do pensamento geográfico até aos estudos mais recentes que vêm sendo desenvolvidos no prisma geografia cultural.

A fim de alcançar esses objetivos, ancoramo-nos em autores que trazem reflexões sobre o que constitui um conceito, destacadamente a partir de Deleuze e Guattari (2010), e de autores que discutem propriamente a questão do território, como Haesbaert (2019), Saquet (2020), Andrade (2004), Bonnemaison (2012), Claval (1999), Gottmann (2012), Raffestin (1993) e Almeida (2005).

Ademais, como nossa pesquisa dialoga intensamente com reflexões referentes à história e à epistemologia da geografia, autores como Paul Claval, Roberto Lôbato Côrrea, Ruy Moreira e Milton Santos são fundamentais por nos oferecerem os aportes teórico-metodológicos necessários para discutir a temática do território de forma interseccionada com a história do pensamento geográfico.

O presente capítulo subdivide-se em quatro subseções, uma primeira destinada à análise do que constituem conceitos e da origem do conceito de território, uma segunda voltada para reflexão acerca dos caminhos percorridos pelo território no transcorrer da evolução do pensamento geográfico, uma terceira centrada na compreensão do território a partir da abordagem cultural e, por fim, uma última relacionada à discussão do termo através da ótica da geografia agrária.

⁴ O território constitui-se como um conceito-chave da ciência geográfica, podendo também ser utilizado como uma categoria de análise. Sobre a distinção entre categoria e conceito, Souza (2009) aponta que é importante ressaltar que as categorias teriam uma dimensão mais geral, que revelam propriedades de categorias empíricas e analíticas, como espaço e tempo, enquanto os conceitos teriam uma dimensão mais particular que se expressam nas categorias empíricas e analíticas. Aprofundaremos essa distinção no decorrer da pesquisa.

1.1 A origem do conceito de território

O desenvolvimento de estudos em torno de conceitos, categorias e noções na ciência geográfica não é uma tarefa simples, muito pelo contrário, envolve notadamente diálogos interdisciplinares entre os subcampos da geografia, as contribuições advindas de outras áreas do conhecimento, além das grandes discussões que se fundamentam na ótica da epistemologia⁵ ou “teoria do conhecimento”, conforme Dutra (2010).

Sobre a epistemologia, Bachelard (2006) em capítulo dedicado à chamada noção de região epistemológica, partindo de uma abordagem filosófica ligado ao racionalismo aplicado, destaca a presença da autonomia dos setores particulares da experiência científica sobre seus objetos, exemplificando os casos da física e da química. Tendo essa discussão como referência, entendemos que a geografia, enquanto campo autônomo do conhecimento científico, também possui sua própria epistemologia regional.

Neste contexto da seara epistemológica, é essencial apontarmos alguns debates sobre o que constituem conceitos, e para essa tarefa, nos embasaremos em leituras efetuadas por pensadores como Deleuze e Guattari (2010), Haesbaert (2015), Suertegaray (2001), entre outros. Nesse âmbito, Haesbaert (2015) aponta que, dentro do pensamento filosófico, a definição de conceito pode ter distintas acepções. A primeira significação refletida pelo autor é a perspectiva clássica kantiana, a qual entende conceitos como uma abstração, como uma “representação” de algo ou reflexão de um real que ele deve elucidar e/ou desvendar. Segundo Kant apud Haesbaert (2015):

todos os conhecimentos, isto é, todas as representações conscientemente referidas a um objeto, são ou intuições ou conceitos. A intuição é uma *representação singular*, o conceito, uma *representação universal* ou *representação refletida* (Kant apud Haesbaert, 2015, p. 92).

⁵Conforme Dutra (2010), o surgimento e a consolidação da epistemologia como uma disciplina filosófica – de meados do século XVII ao final do século XVIII - deriva do período que compreende os trabalhos dos racionalistas continentais europeus – René Descartes e Immanuel Kant – e da tradição empirista britânica de Locke, Berkeley e Hume. Através do exame da obra desses autores e de pensadores do século XIX, Dutra (*op. cit.*) aponta que os estudiosos dessa área se dedicaram a elaborar dois tipos principais de teorias sobre o conhecimento humano: teorias “do conhecimento” e teorias “da investigação”.

Além da leitura de conceito na perspectiva racionalista⁶ kantiana, que privilegia a concepção dos conceitos como representações universais ou representações refletidas do real, Haesbaert (*op. cit.*) aponta como outras vertentes do pensamento filosófico entendem os conceitos. Nesse quadro, em uma leitura da filosofia positivista, o conceito seria algo estanque que classifica e divide claramente um universo, tanto empírico, quanto eminentemente teórico. É visto nessa corrente como uma representação, é tratado como uma classificação diferenciadora, que distingue claramente “elementos do real”.

Entretanto, o autor se contrapõe a essas perspectivas de entendimento do que são conceitos, tanto em relação à visão clássica kantiana, quanto em relação à tendência positivista estática que classifica e recorta a realidade. Nesse sentido, o autor aponta que entende conceito mais na perspectiva deleuziana de “transformadores” e não como meras “representações” da realidade. Dessa forma, o conceito só seria claramente distinguível do “real-empírico” numa visão tradicional. Mais do que uma reapresentação do real, o conceito é uma mediação a que recorreremos para sua compreensão, mesmo que não se restrinja a este caráter mediador ou de meio. (Haesbaert, 2015)

De acordo com Deleuze e Guattari (2010), os conceitos, pensados a partir da perspectiva filosófica, possuem algumas características, a primeira que os autores chamam atenção é que não existe conceito simples, os conceitos possuem componentes e se definem por eles além de sempre remeterem a outros conceitos. Adicionalmente, destacam que todo conceito remete a um problema, todo conceito tem uma história e é absoluto e relativo, como aponta o excerto abaixo:

O conceito é, portanto, ao mesmo tempo absoluto e relativo: relativo a seus próprios componentes, aos outros conceitos, ao plano a partir do qual se delimita, aos problemas que se supõe deva resolver, mas absoluto pela condensação que opera, pelo lugar que ocupa sobre o plano, pelas condições que impõe ao problema. É absoluto como todo, mas relativo enquanto fragmentário (Deleuze; Guattari, 2010, p. 29-30).

⁶ Acerca do Racionalismo, Dutra (2010) aponta algumas características centrais dessa vertente do pensamento epistemológico, como o método axiomático, o fundacionismo e o entendimento de que o próprio intelecto humano era a fonte das primeiras verdades, as chamadas “verdades de razão”.

Nessa reflexão filosófica sobre os conceitos, Deleuze e Guattari (2010) alertam que os conceitos, pensados nesse plano filosófico delineado pelos autores, são criados na filosofia e pertencem à filosofia, como é o caso do *cogito* cartesiano, que os dois pensadores utilizam para exemplificar o que constitui um conceito na filosofia. Enquanto a ciência se preocupa, segundo os autores, com o estado das coisas e de suas condições, elaborando proposições.

Após esses apontamentos que sintetizam algumas das grandes contribuições trazidas pelo pensamento epistemológico em torno do questões conceituais, é importante destacarmos que entendemos, nesta pesquisa, território enquanto um conceito em consonância com estudiosos do pensamento geográfico, como Claval (1999), Haesbaert (2019), Saquet (2020) e Suertegaray (2001) que partilham dessa perspectiva, ainda que reconheçamos que outros autores trabalhem com território enquanto categoria ou que concebam categoria e conceito enquanto sinônimos.

Nesse contexto, é essencial apontarmos as reflexões de alguns pensadores acerca do que são conceitos e categorias e, para isso, sintetizamos as definições dos dois vocábulos no quadro seguinte, que retoma pontos discutidos por Deleuze e Guattari (1992) e que adiciona contribuições advindas de geógrafas (os):

Quadro 3 - Categorias e Conceitos

	Categoria	Conceito
Suertegaray (2001)	Fundamentando-se em Genro Filho (1986), entende categorias como palavras ou conceitos aos quais se atribui dimensão filosófica, como natureza, sociedade, tempo e espaço.	A autora discute conceitos a partir do prisma geográfico, mencionando que os conceitos geográficos expressam níveis diferenciados de abstração. São citados como exemplos: território; paisagem; ambiente; lugar e espaço geográfico.
Deleuze e Guattari (1992)	X	Não existem conceitos simples. Todos os conceitos possuem componentes e definem-se a partir deles. Um exemplo citado pelos autores é o <i>Cogito</i> de Descartes, o qual possui como componentes: o duvidar, o pensar e ser. A reflexão sobre conceitos, nessa obra, parte da

		ótica filosófica.
Mitidiero Jr (2009)	De acordo com o autor, atribuir a um termo o estatuto de categoria significa lhe atribuir uma concepção universal.	Na ótica do autor, o conceito é entendido como algo mais preciso, específico. O próprio território pode ser visto enquanto conceito quando no sentido temporal, datado. A definição de território enquanto um espaço e um resultado da luta de classes discutida pelos geógrafos marxistas é um exemplo citado pelo autor para exemplificar o uso do território enquanto conceito.

Organização: autor.

Assim, partindo do exposto no quadro, notadamente das reflexões de Suertegaray (2001) e Mitidiero Jr (2009), compreendemos que categorias têm um caráter mais amplo, mais universal que os chamados conceitos. E, dentro dessa perspectiva, entendemos que território, tendo em vista a sua especificidade, pode ser trabalhado enquanto um conceito utilizado para explicar e transformar a realidade. Desse modo, fundamentamos nossa deliberação por trabalhar com território enquanto um conceito da geografia a partir de autores que também o discutem enquanto conceito, como Andrade (2004), Claval (1999) e Saquet (2020).

Tendo como referência esse posicionamento, é importante refletirmos sobre como ocorreu o surgimento do território no pensamento geográfico, mas para esse exercício é imprescindível ter em mente que o conceito, segundo pesquisadores⁷ que já se debruçaram sobre essa temática, não nasce especificamente na ciência geográfica, nesse sentido, Rogério Haesbaert, aponta que:

Desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreoterror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo - especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no "territorium" são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por outro lado, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o

⁷ Algumas das pesquisas que seguem essa linha de raciocínio são Gottmann (2012), Bonnemaïson (2012) e Haesbaert (2019).

território pode inspirar a identificação (positiva) e a efetiva "apropriação" (Haesbaert, 2007, p. 20).

Destarte, a partir do pensamento de Rogério Haesbaert, o conceito de território estaria sempre ligado à ideia de poder, não apenas na perspectiva do poder "político", mas incluindo nesse entendimento tanto o poder mais explícito de dominação, quanto o poder no sentido mais implícito de apropriação. Além disso, considera as duas dimensões, material e simbólica, na construção originária de seu significado, situação que, de certo modo, antecipa algumas das principais vertentes de análise do conceito, que são usualmente discutidas na esfera das ciências sociais, como apresentaremos no transcorrer do capítulo.

Desse modo, na trajetória da busca pelas origens da utilização do conceito de território na geografia, é importante apontarmos que o termo já existia antes mesmo do processo de surgimento do que conhecemos hoje como geografia moderna⁸. É o que atesta Gottmann (2012), autor pioneiro no estudo do território na ótica da geografia, ao analisar que o termo território, na teoria política, já era utilizado nas línguas europeias desde o século XIV, com a função de delimitar a jurisdição ou até mesmo a influência econômica de algumas unidades governamentais como feudos, cidades livres ou reinos.

Além disso, Gottmann (2012) esclarece que o papel do conceito de território transformou-se muito ao longo dos séculos. Segundo o autor, certamente, pode-se afirmar que o conceito existiu até mesmo desde muito antes do século XIV e adquiriu mais significado desde então. Nessa perspectiva, é importante destacar que essa análise feita por Jean Gottmann evidencia a existência do conceito num período anterior ao nascimento da ciência moderna e de estruturação das ciências sociais, fatos que, conforme Claval (2014b), efetivaram-se nos séculos XVII e XIX/XX, respectivamente.

⁸ Entendemos a concepção de geografia moderna, surgida a partir do pensamento do filósofo Immanuel Kant, como um projeto da revolução burguesa. É uma geografia que nasce no contexto da Revolução Burguesa, que ocorre na Inglaterra no século XVII e na França no século XVIII e da Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII na Inglaterra e no século XIX na França, com a Alemanha ficando de fora. É essa realidade que incomoda o pensamento de Kant na busca pela combinação de uma sistematização do conhecimento criado pela ciência no plano da natureza e de uma integração do homem ao seu discurso. Em sua busca de encontrar o ponto comum de pensar o homem e a natureza, tanto no campo empírico trilhado pela ciência quanto no abstrato característico da filosofia, encontra na Geografia e na História seus pontos de apoio. (Moreira, 2015)

Em sua análise sobre a evolução do conceito de território, Gottmann (2012) nos aponta que o debate sobre questões como estrutura, tamanho e uso do território de uma comunidade é tão antigo quanto as primeiras formas de vida política e, para comprovar esta tese, ele volta-se ao pensamento filosófico clássico, destacando as discussões dos filósofos Platão e Aristóteles, que foram fundamentais para moldar as bases da Teoria Política Ocidental, através do debate entre isolamento *versus* cosmopolitismo.

Conforme Gottmann (*op.cit*), sobre este antigo debate, Platão foi um defensor da perspectiva do isolamento em sua obra “Leis”, ao discutir as características básicas de um *polis* ideal. No excerto abaixo, Jean Gottmann, em leitura da obra de Platão, destaca:

Ele a queria isolada, especialmente do mar, para evitar a influência estrangeira. A população estaria agrupada no centro do território e as relações exteriores e trocas seriam responsabilidades de um pequeno número de funcionários públicos especialmente treinados, que seriam um anteparo da vida política interna ao envolvimento ou à influência estrangeira. Se a população estivesse em crescimento, o excedente seria realocado numa outra ilha similarmente planejada. Sua teoria alegava que um alto grau de isolamento promoveria uma política melhor e mais estável (Gottmann, 2012, p. 526).

Nesse contexto, a sua teoria tinha a premissa de que um significativo grau de isolamento possibilitaria uma conjuntura política melhor e mais estável, longe da influência estrangeira. A premissa de Platão, de que o território deve ser suficientemente grande para garantir a manutenção de um certo número de homens de ambição modesta e não maior do que isso, é considerada a mais antiga precursora das doutrinas de isolamento, contenção político-econômica e de autossuficiência. (Gottmann, 2012)

Esse isolacionismo platônico foi pouco seguido ao longo da história, seu próprio discípulo – Aristóteles – teve divergências com ele, admitindo a necessidade de atividades marítimas e de comércio externo. Estas ideias foram amplificadas pelo pupilo de Aristóteles – Alexandre, o Grande – que, no processo de formação do Império Macedônico, adotou uma filosofia política e um planejamento imperial mais cosmopolitas e pluralistas, o que originou o chamado cosmopolitismo alexandrino. (Gottmann, 2012)

Essas duas vertentes, isolacionismo platônico e cosmopolitismo alexandrino, continuaram a promover debates sobre a organização do território

ao longo da história. No entanto, é apenas em fins da Idade Média que ocorre o surgimento do reconhecimento da soberania territorial, como atesta Gottmann (*op. cit.*, p. 527) “Somente após o século XIV, em meio a lutas dinásticas na Europa Ocidental, e especialmente na França, é que vemos o reconhecimento da soberania sobre um território nacional emergir como uma convenção essencial do poder político.”

É a partir dessas colocações que Jean Gottmann considera o território como um termo surgido na teoria política, muito vinculado à discussão em torno da gênese dos estados nacionais europeus, sendo tratado como um dos três elementos fundamentais na constituição dum Estado, junto à população e à soberania.

Após esta discussão proposta por Jean Gottmann no quadro do pensamento filosófico, é essencial delinear como o conceito de território foi assimilado noutro contexto histórico e social, especificamente numa fase de ciências sociais mais sistematizadas e institucionalizadas que no período discutido por Gottmann até então. No contexto científico⁹, Andrade (2004) menciona o caráter antigo do uso do território, tanto no campo das ciências naturais quanto no das ciências sociais. No contexto das ciências sociais, o autor destaca obras do século XIX de geógrafos como Ratzel e Reclus, que trataremos com maior detalhe no tópico seguinte.

Na esfera dos estudos das ciências naturais, Andrade (2004, p.19) cita as pesquisas vinculadas à territorialidade animal, nas quais “território seria a área de influência e domínio de uma espécie animal que exerce o domínio dela, de forma mais intensa no centro, perdendo esta intensidade ao aproximar-se da periferia, onde passa a concorrer com domínios de outras espécies”.

Essa perspectiva é partilhada por outros autores que realizaram estudos em torno do conceito de território no campo das ciências sociais, evidenciando que uma das mais antigas abordagens, mas com pouca veiculação atualmente, é justamente a vertente natural ou naturalista. Essa vertente aborda o conceito, seja no sentido de sua vinculação com o comportamento dos animais, seja na

⁹ Utilizamos essa terminologia nos referenciando teoricamente na classificação dos estados científicos efetuada por Bachelard (1996), na qual o estado científico se iniciaria em fins do século XVIII, substituindo o estado pré-científico.

relação da sociedade com a natureza, na qual o território humano é delimitado através da relação com a dinâmica ou “poder” natural do mundo. (Haesbaert, 2019)

Ao aprofundar essa discussão, Haesbaert (2019) nos aponta que a etologia, área da zoologia que estuda o comportamento animal, teve um papel fundamental no desenvolvimento dessa vertente de abordagem do território. Sobre a forma como o conceito é visto a partir do prisma dessa subárea das ciências biológicas, o trecho abaixo esclarece que:

o território é a área geográfica nos limites da qual a presença permanente ou frequente de um sujeito exclui a permanência simultânea de congêneres pertencentes tanto ao mesmo sexo (machos), à exceção dos jovens (território familiar), quanto aos dois sexos (território individual) (Di Méo apud Haesbaert, 2019, p. 45).

Essa noção de território exemplifica claramente a abordagem naturalista do conceito, na qual o território é visto como a área delimitada por comportamentos realizados pelos animais. Segundo Haesbaert (*op. cit.*) os estudos sobre territorialidade animal são relativamente antigos na etologia, tendo como trabalho de referência os estudos efetuados por Elliot Howard.

Sobre os estudos territoriais efetuados na seara da etologia, Bonnemaïson (2012), especifica que essa discussão foi introduzida na seara científica em 1920, notadamente, com os trabalhos acerca da vida social dos toutinegras do ornitólogo inglês Elliot Howard. Estes estudos possibilitaram o desenvolvimento de conceitos revolucionários para a época, como o entendimento de que os pássaros têm uma sociedade territorial, na qual os conflitos entre os indivíduos se assentam na delimitação do território, cuja posse determinava não apenas a hierarquia social, como também o acesso às fêmeas.

Adicionalmente, Bonnemaïson (2012), destaca que os trabalhos de Elliot Howard não ficaram circunscritos apenas ao território, desenvolvendo também alguns conceitos derivados, como é o caso da territorialidade animal, que corresponde a uma conduta característica adotada por um organismo para apossar-se de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie.

Bonnemaïson (*op. cit.*), nos alerta que essa concepção de “territorialidade inata” foi estendida por etólogos a outras sociedades animais e,

posteriormente, alguns chegaram a ampliar e aplicar essa abordagem ao estudo do comportamento humano. Baseado nesses estudos produzidos na etologia, Joël Bonnemaïson explica que o território animal está ligado à apropriação biológica, sendo exclusivo para os membros de uma mesma espécie, possuindo além de fronteiras, uma área segura, chamada de núcleo central, e uma zona fronteira, que se degrada em zona perigosa à medida que se afasta do núcleo.

Ademais, quando consideramos a transposição da aplicação dessa leitura da territorialidade animal ao estudo do comportamento humano, o autor que mais longe levou esta perspectiva em seus trabalhos foi Robert Ardrey, pensador referência no que diz respeito à interpretação neodarwinista de territorialidade. Afirmava Ardrey que não apenas o homem é uma “espécie territorial”, como também este modo de comportamento territorial apresenta correspondência com o que é detectado entre os animais. (Haesbaert, 2019)

Haesbaert (*op. cit*), aponta algumas críticas ao pensamento de Robert Ardrey, o qual considera que nossas atitudes são motivadas em decorrência de nosso passado evolutivo e não pela nossa cultura, sendo o nosso comportamento uma marca de nossa espécie, assim como são nossos ossos ou a configuração de nossos nervos em uma área do cérebro humano. Para Ardrey apud Haesbaert (*op. cit*), elementos como a defesa dos títulos de nossa terra ou até mesmo a soberania de nosso país são motivados por razões inatas que não podem ser eliminadas, para Ardrey a natureza territorial do homem é genética e inextirpável.

Rogério Haesbaert esclarece que essa visão é muito antiga na esfera das ciências sociais, sem embargo é pouco utilizada atualmente. Ao efetuar uma análise dessa vertente de estudos, o autor supracitado realiza algumas críticas ao pensamento ardreyano, como pode ser percebido no trecho a seguir:

Ao expandir a noção a todos “os seres animados”, entre os quais se encontra o homem, Ardrey promove a argumentação completamente equivocada de que os homens, como os animais, possuem uma “compulsão íntima” ou um impulso para a posse e defesa de territórios, e de que todo o seu comportamento seria moldado de forma idêntica... (Haesbaert, 2019. p. 46).

Diante disso, o autor afirma que essa interpretação da territorialidade como um instinto básico, apesar de ser considerada completamente superada nas ciências sociais, ainda angaria alguns escritores credenciados, como é o caso do geógrafo sueco T. Malmberg, pensador que redigiu em 1976 o livro **Territorialidade humana**, no qual o território é lido em seu aspecto cotidiano mais por meio do uso de recursos do que de defesa e agressão.

Entretanto, alguns autores discutiram essa perspectiva de um modo mais radical, como é o caso de Konrad Lorenz, para o qual há uma associação direta entre a defesa do território e o instinto de agressividade, tanto no campo animal, quanto no contexto do comportamento humano. Para esse pensador, a função mais importante da agressão intraespecífica é a distribuição uniforme de animais de uma espécie em uma área habitável. (Haesbaert, 2019)

De forma geral, Haesbaert (*op. cit*), alerta sobre os riscos de pensar erroneamente a territorialidade humana do mesmo modo que entendemos a territorialidade animal, caminho que pode nos levar a uma interpretação neodarwinista que, apesar de todas as críticas, ganha novo fôlego, acentuadamente, a partir dos progressos nos campos da biogenética, da etologia e da sociobiologia que têm trazido considerações polêmicas e um retorno à “armadilha biologicista” na interpretação da territorialidade.

Por fim, ao termos em mente essa reflexão introdutória sobre a origem do território como um elemento muito antigo, que surge no pensamento político ocidental do século XV, conforme atestou Gottmann (2012), e ao ter sua inserção no pensamento científico a partir de uma perspectiva, muitas vezes, naturalista, destacaremos no próximo tópico como essa discussão do conceito de território esteve presente ao longo da história do pensamento geográfico, evidenciando que a geografia, até mesmo em seu período clássico, não se privou desse debate.

1.2 O território a partir do prisma da História do Pensamento Geográfico

A discussão do território a partir da perspectiva da história da geografia é uma tarefa complexa, tendo em vista que, como nos aponta Paul Claval (2014a) em sua obra **História da Geografia**, a evolução dessa ciência reflete os grandes debates intelectuais que afloraram no mundo ocidental e responde

às necessidades da sociedade, notadamente, dos governantes. Ainda conforme Claval (2014a), sua história somente pode ser verdadeiramente compreendida levando em conta os contextos intelectual e político-administrativo que marcam cada época.

Destarte, tendo como fundamentação teórica esses apontamentos de Paul Claval no que diz respeito à evolução da geografia, buscaremos analisar a posição que o território assumiu no pensamento de geógrafos de diferentes paradigmas que influenciaram a produção geográfica ao longo do tempo, sem ter o objetivo de esgotar essa temática já amplamente debatida por autores como Haesbaert (2019) e Saquet (2020).

Como citamos anteriormente, é notável que o território é um conceito que esteve presente no pensamento geográfico desde o período que integrou a chamada geografia clássica. Acerca da geografia clássica, cabe destacar que a entendemos a partir da leitura efetuada por Claval (2013), o qual delimita a fase da geografia clássica a partir dos anos de 1880 até 1950, constituindo não um período de estagnação, mas sim de expansão de campos de estudo, como a geografia econômica, a geografia política, a geografia histórica e os estudos sobre o campo e a cidade.

Em análise interpretativa semelhante à de Paul Claval, Andrade (2008) destaca que a geografia clássica integra as contribuições dos pensadores responsáveis por sua institucionalização, que ocorreu, em linhas gerais, entre os anos de 1901 e 1946. Porém, como assevera o mesmo autor, essa tentativa de periodização é um processo difícil, uma vez que as transformações na orientação do estudo e do ensino em geografia se processam lentamente e em uma fase há autores que se encontram em um e em outro período, do mesmo modo que um único autor integra, por meio de seus trabalhos, de dois períodos que se sucedem.

Especificamente na discussão sobre o conceito de território na história da geografia, ao tomar como referência analítica a produção de geógrafos, assevera Andrade (2004), que na geografia clássica o termo já era debatido, ainda que com menor representatividade que conceitos mais tradicionais como região e espaço. Nesse sentido, o autor supracitado destaca dois geógrafos

importantes desse período clássico, que discutiram o território em suas obras: Élisée Reclus¹⁰ e Friedrich Ratzel.

Segundo Capel (1981), Élisée Reclus foi um geógrafo francês e militante anarquista que, apesar de não ter exercido influência na geografia oficial francesa, gozou de grande prestígio da comunidade culta europeia, das classes populares e de geógrafos universitários, inclusive, considerava-se um continuador das ideias difundidas por Karl Ritter, devido à utilização do método comparativo em sua Geografia Universal. Em Reclus¹¹ (1985), ao discutir a origem da família, do estado e da propriedade, o conceito de território é mencionado pelo autor e sua significação pode ser compreendida a partir do seguinte trecho:

Na ausência de qualquer direito escrito, só um sentimento de equidade natural devia regulamentar as relações entre os diversos bandos. Uma “espécie de direito internacional”, oriundo do próprio estado das coisas, interditava ao grupo de caçadores, pescadores ou exploradores o prosseguimento de sua indústria em território habitado por outro grupo, e tais convenções tácitas, favoráveis ao interesse coletivo, geralmente eram observadas. A propriedade coletiva se constituía, portanto, sem que limites precisos indicassem a partilha de territórios entre as tribos ... (Reclus, 1985, p. 66).

Nesse sentido, apesar de Élisée Reclus no trecho não definir claramente o que ele considera território, podemos subentender que há um elemento que é a habitação de uma área como um território, área essa com “limites precisos”, que constituiriam as fronteiras do que o autor denomina território.

¹⁰ Além desses dois autores que discutem o território na fase clássica da geografia, é importante pontuarmos que existem outros autores que pensaram essa questão, entre os quais mencionamos a reflexão sobre território a partir da perspectiva libertária de Piotr Kropotkin. Em Kropotkin (2018, p. 117), o autor traz uma breve definição do conceito, mencionando que “O território ocupado por uma nação é igualmente um tecido muito variado de solos e climas, de montes e vales, de encostas, que conduzem a variedades ainda maiores de territórios e de raças. A variedade é o caráter distintivo, tanto do território quanto de seus habitantes, e essa variedade implica também uma variedade de ocupações.”. Ademais, Kropotkin (2018) tece críticas ao privilégio que a economia política clássica deu à divisão como elemento estruturante, que acabou por originar o que hoje conhecemos como divisão territorial do trabalho, e faz a defesa de que o progresso estaria vinculado à produção para uso doméstico nos territórios e não para exportação.

¹¹ Vale destacar que a reflexão que fazemos sobre o conceito de território em Élisée Reclus e F. Ratzel foram efetuadas a partir de leituras de traduções de obras desses autores publicadas na coleção “Grandes Cientistas Sociais”, cujos organizadores foram Antônio Robert Carlos Moraes e Florestan Fernandes.

Além de Reclus, outro pensador do período clássico da geografia que trouxe o território em sua obra com maior centralidade foi o geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904). Consoante Claval (2014a), F. Ratzel é considerado um autor central no nascimento da geografia humana e teve sua produção intelectual influenciada pelos fundadores da geografia científica: Alexander von Humboldt e Karl Ritter. No entanto, Paul Claval realça que a estruturação de seu pensamento se deu por meio da influência da corrente darwinista, bastante difundida por Moritz Wagner (1813-1877) na Alemanha do século XIX.

Aditivamente, ainda na fundamentação teórico-metodológica, Friedrich Ratzel embasou-se, principalmente em sua obra *Antropogeografia*, numa fundamentação filosófica e metodológica vinculada ao positivismo, associado ao uso do método indutivo, o qual incluía as práticas da observação, descrição, comparação e classificação. (Saquet, 2020)

Tendo como norte esse referencial teórico-metodológico na sua discussão acerca do território, para Ratzel (1990) é uma obviedade que ele seja uma necessidade para a existência de um Estado, justamente porque é inconcebível haver estado sem território e sem fronteiras, como demonstravam os estudos na seara da geografia política em curso da época. Nesse âmbito, o trecho abaixo reforça essa afirmação:

Que o território seja necessário à existência do Estado é coisa óbvia. Exatamente porque não é possível conceber um Estado sem território e sem fronteiras é que vem se desenvolvendo rapidamente a *geografia política*; e embora mesmo a ciência política tenha frequentemente ignorado as relações de espaço e a posição geográfica, uma teoria do Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro (Ratzel, 1990, p. 73).

Desse modo, Ratzel (1990), destacava como evidencia o excerto anterior, em sua obra, a relevância da reflexão em torno do território para pensar o estado, tanto que realizou críticas a teorias sociais que não consideravam o ambiente físico em suas relações com o estado, como a sociologia moderna, que segundo ele, salvo poucas exceções, não tinham obras que tratavam do território de modo aprofundado e acabavam considerando o homem como separado da terra.

Nesse quadro, Friedrich Ratzel considera que não é possível compreender o homem, seja individualmente ou coletivamente, sem considerar, junto ao indivíduo ou ao grupo em questão, o território. Desconsiderando-se a dimensão territorial, é impossível compreender o desenvolvimento dos agrupamentos humanos como tribos, comunas, famílias e o próprio crescimento da potência e da solidez dos estados. (Ratzel, 1990)

A centralidade dada por Ratzel à questão do território é evidente nas relações que ele estabelece no estudo de alguns pontos, como na concepção de que as relações entre sociedade e território são determinadas pelas necessidades de habitação e alimentação. À medida que se torna mais sólido o vínculo que prende a sociedade ao solo através da alimentação e da habitação, torna-se mais urgente a necessidade de manter a propriedade de seu território que, em última instância, passa a ser efetuada pelo Estado¹², o qual tem o dever de proteger o território contra violações externas. (Ratzel, 1990)

Destarte, a concepção de território proposta por Friedrich Ratzel teve sua importância na história do pensamento geográfico pelo fato do autor ser um dos primeiros a atribuir centralidade ao conceito de território para pensar a realidade social, além de se distinguir de outros autores do período clássico que davam centralidade a outros conceitos na geografia, especialmente o de região. Esse pioneirismo é verificado em Saquet (2020), quando este destaca que após ser trabalhado por Ratzel, o território só renasce de forma renovada na filosofia e em estudos de geografia, sociologia e economia a partir das décadas de 1950/1960 e 1970.

Nesse contexto, ainda que com discussões pontuais sobre território em autores como Reclus e Ratzel, de modo global, a história do pensamento geográfico registra que no período compreendido entre 1870 e 1960, que compreende ao paradigma denominado geografia clássica, predominaram os conceitos de região natural ou região geográfica e de paisagem, em detrimento de outros que tiveram menor representatividade. (Côrrea, 2000)

¹² Essa relação entre território e estado, como já é algo amplamente debatido, é evidente e confirmada em obras como Gottmann (2012), Andrade (2004), Machiavelli (2019), entre outros.

Após essa reflexão sobre o lugar ocupado pelo conceito de território no que hoje conhecemos como geografia clássica, destacando o conceito de território na perspectiva de Élisée Reclus e de Friedrich Ratzel, é essencial pontuarmos que as mudanças ocorridas no contexto social, econômico, político e acadêmico¹³ após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) impactaram fortemente o modo de produzir ciência dentro da geografia. Sobre esse contexto, relata Santos (2021):

A Geografia não podia escapar às enormes transformações ocorridas em todos os domínios científicos, após a Segunda Guerra Mundial. No que toca às ciências humanas, tratava-se muito mais de uma revolução que de uma evolução. Para isso contribuíram três razões essenciais: em primeiro lugar, os próprios suportes do trabalho científico progrediram muito; em segundo lugar, as necessidades dos utilizadores mudaram; e, finalmente, o objeto da atividade científica se modificou² (Santos, 2021, p.59).

Nesse contexto pós-guerra, passou-se a se falar, notoriamente no mundo anglo-saxão¹⁴, numa nova geografia, que buscou se distanciar e se diferenciar da chamada “geografia tradicional”, considerada ultrapassada, mas acima de tudo como uma “não geografia”. A chamada nova geografia passa a ter maior representatividade a partir dos anos 1960, caracterizando-se como uma escola que buscava sobrepor-se aos exclusivismos locais da “geografia tradicional”, sendo manifestada através de organizações e publicações próprias e objetivando sua difusão por meio de congressos, colóquios, intercâmbio de professores, entre outras estratégias. (Santos, 2021)

¹³ Sobre as mudanças na esfera acadêmica da geografia, destacamos a análise efetuada por Santos (2021) que discorre sobre a falência da geografia clássica fundamentada na tradicional noção de região, que num contexto de expansão da economia internacional não é mais uma realidade viva, dotada de uma coerência interna, passa a ser determinada pelo exterior e seus limites mudam em função de critérios diversos, conforme observado por Bernard Kayser.

¹⁴ De acordo com Claval (2014a), alguns motivos são apresentados para elucidar por qual razão a geografia teórico-quantitativa teve como nascedouro os países anglo-saxônicos. O primeiro deles é que a partir da década de 1950 a renovação da geografia advém, destacadamente, dos departamentos de universidades americanas e britânicas em decorrência do papel crescente dos países anglófonos nos domínios da vida internacional. Outro motivo apontado por P. Claval é que os membros do círculo de Viena, fundadores do pensamento neopositivista (matriz epistemológica da corrente teórico-quantitativa), são perseguidos pelo nazismo e se refugiaram em países anglo-saxônicos.

Sobre as fundamentações teóricas da nova geografia, Côrrea (2000) denomina essa corrente de pensamento como geografia teórico-quantitativa, a qual possui como base filosófica o positivismo lógico¹⁵ e a visão de unidade epistemológica da ciência, baseada principalmente na física. Como método, Roberto Lôbato Côrrea destaca a adoção do raciocínio hipotético-dedutivo escolhido como o mais pertinente, além da adoção de modelos matemáticos nos estudos, que em sua prática, vinculavam-se aos planejamentos público e privado.

No plano dos conceitos que essa corrente do pensamento geográfico destacou, o espaço aparece como conceito-chave, fato inédito na história da geografia, outros conceitos perdem a centralidade que outrora tiveram, como região, que ficou reduzida aos resultados do processo de classificação espacial com base na estatística. Já o conceito de território é apontado como um conceito que não é significativo na geografia teórico-quantitativa. (Côrrea, 2000)

Já Saquet (2020) evidencia que até meados da década de 1950/1970 as abordagens na geografia de base positivista e neopositivista, pragmática e quantitativa, muito presentes no pensamento geográfico francês, negligenciaram o conceito de território em favor do conceito de região, entendido como um recorte espacial com aspectos físicos e humanos definidos.

Tendo como referência esse contexto da geografia teórico-quantitativa, no qual o conceito de território não tinha representatividade, Saquet (*op. cit*) destaca que o conceito de território somente foi redescoberto no movimento de renovação da geografia que ocorreu entre os anos de 1950 e 1970, em nível internacional, no qual ocorriam fortes contestações às abordagens positivista e neopositivista. Acerca deste processo que recoloca o território como um conceito importante no pensamento geográfico, o excerto abaixo traz alguns detalhes:

¹⁵ De acordo com Dutra (2010) o termo neopositivismo, empirismo lógico ou ainda positivismo lógico, refere-se a uma doutrina surgida na década de 1920 vinculada ao Círculo de Viena, sob a liderança intelectual de Moritz Schlick e sob a influência do atomismo lógico propugnado por Bertrand Russell e Ludwig Wittgenstein e do positivismo de Ernst Mach.

Passa mais de um século, como afirma Dematteis (1985), para que se faça uma discussão crítica e se recoloca no centro das atenções, no pensamento geográfico, o conceito de território. Neste movimento de renovação da geografia, estão nomes de estudiosos como Pierre George, Pierre Monbeig, Yves Lacoste, David Harvey, Massimo Quaini, Calogero Muscarà, Giuseppe Dematteis, Claude Raffestin, Paul Claval, Horácio Capel, Jean Gottmann, Lucio Gambi, Milton Santos, Manuel Correia de Andrade, Roberto Lôbato Côrrea, entre tantos outros e outras menos conhecidos(as), desta e de outras ciências sociais que influenciam a geografia. Nem todos dão centralidade ao conceito de território em suas abordagens, mas há os “pioneiros”, como J. Gottmann, G. Dematteis, M. Quaini e C. Raffestin (Saquet, 2020, p. 37).

Esse movimento de reelaboração do pensamento geográfico não ocorre de forma isolada da realidade, na verdade é fruto de transformações que vinham ocorrendo no contexto social das décadas de 1950/1960 e 1970, como a degradação do meio ambiente, a expansão da urbanização e o aumento das desigualdades sociais, além de mudanças que vinham ocorrendo no pensamento filosófico. Essa convergência de elementos materiais e imateriais possibilitaram a emergência de reflexões geográficas pautadas em pontos de vista antipositivistas em obras de autores que defendiam a utilização da fenomenologia ou do materialismo histórico. (Saquet, 2020)

Paul Claval (1999) chama atenção para o fato de compreender o território também como uma descoberta recente da geografia humana. O autor menciona que nos anos 1960 os geógrafos atribuíam tudo ao espaço, sendo que hoje em dia trabalha-se de modo mais usual com território, mudança que reflete, parcialmente, debates epistemológicos internos da própria geografia e que testemunha transformações no mundo e nas maneiras de compreendê-lo. Cabe destacarmos que esse interesse pelo território não anulou a centralidade do espaço geográfico enquanto objeto¹⁶ da geografia, mas sim proporcionou um instrumental conceitual para compreendê-lo.

¹⁶ A discussão do objeto da geografia foi refletida profundamente pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, o qual propôs, em Santos (2020, p. 63) que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” Essa definição acaba avançando em relação a proposições anteriores do autor sobre o objeto da geografia – o espaço geográfico - como a dos fixos e fluxos que juntos, em interação, delineariam a realidade geográfica e outra que trabalhava com a possibilidade de compreender o espaço à luz das categorias, as relações sociais e a configuração territorial. Esse interesse de Milton Santos pelo objeto da geografia é justificado em Santos (2021), obra em que o autor demonstrou preocupação com a definição do objeto da geografia e destacou

De acordo com Claval (2022), essas transformações ocorridas na epistemologia da geografia são denominadas de “virada cultural”, termo cunhado para sintetizar as transformações que a geografia vivenciou a partir do final da década de 1970, não sendo fruto de uma única orientação geográfica, mas um resultado compartilhado de uma multiplicidade de movimentos: geografia radical, abordagem fenomenológica ou geografia humanista, teoria dos sistemas, bem como as abordagens estrutural e pós-estrutural.

Esse processo de renovação do pensamento geográfico e de redescoberta do conceito de território, fundamentado na fenomenologia, base de campos como a geografia humanista e cultural, ou no materialismo histórico, teoria fundamental para a geografia crítica radical, possui, como detectado por Marcos A. Saquet diversos representantes, como Jean Gottmann, Giuseppe Demattein, Claude Raffestin, Milton Santos, Manuel Correia de Andrade, entre outros que contribuíram para a renovação do pensamento geográfico e para o conceito de território como importante para compreensão/transformação do real.

Tendo como objeto essa redescoberta do conceito de território na geografia, de acordo com Saquet (2020) um dos autores que traz um salto qualitativo no que tange às concepções renovadas de território, na década de 1950, é o geógrafo Jean Gottmann, o qual atribui uma dimensão dinâmica a análise geográfica e que inovou ao trazer para essa ciência o entendimento dos fatores psicológicos ou espirituais. Dessa forma, Jean Gottmann construiu, conforme relata Saquet (2020), uma abordagem histórico-cultural, com elementos materiais e imateriais do território. No trecho a seguir, pode-se verificar a concepção de território em Gottmann, o qual destaca que:

Território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. [...]

O território consiste, é claro, de componentes materiais ordenados no espaço geográfico de acordo com certas leis da natureza. Entretanto, seria ilusório considerar o território como uma dádiva divina e como um fenômeno puramente físico. Os componentes naturais de qualquer território dado foram delimitados pela ação humana e são usados por um certo número de pessoas por razões específicas,

sendo tais usos e intenções determinados por e pertencentes a um processo político. Território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos (Gottmann, 2012, p.523).

Por conseguinte, a abordagem proposta pelo autor possui algumas características notáveis, as quais a diferenciam de outras abordagens mais disseminadas em meados do século XX, como a naturalista advinda dos estudos etológicos, dado que em sua concepção de território há uma centralidade da dimensão política, tanto na construção, quanto na manutenção do território.

Para Jean Gottmann, o território não é apenas entendido como substrato composto por materiais dispostos por determinadas leis do ambiente natural, mas sim como um elemento construído pelos indivíduos no processo de organização do espaço, consoante com as delimitações de seus próprios objetivos. Com isso, a dimensão imaterial do território, composta pelas intencionalidades e objetivos dos indivíduos, acaba possibilitando a delimitação do território, a organização do espaço.

Em relação aos usos do território, Gottmann (2012) menciona que, o território pode ser usado tanto como abrigo quanto como recurso e, sobre essa questão, o autor esclarece ao citar que:

Ele pode tentar desenvolver os recursos como um sistema autocontido, tendo em mente o uso como abrigo. Pode também adotar uma atitude completamente diferente e usar o território para desenvolver os recursos próprios dos lugares, numa grande rede de relações diversas, com uma mentalidade expansionista. Ter de realizar essa escolha cria um dilema permanente para um país. Não há uma resposta fácil para o problema: teoricamente, a solução residiria em um consenso balanceado entre isolamento e expansão. A expansão não envolve necessariamente alargamento territorial, mas pressupõe confiar política e economicamente numa vasta rede de relações externas (Gottmann, 2012, p. 532).

De certa forma, essa discussão proposta por Jean Gottmann acerca do território enquanto recurso ou enquanto abrigo é consequência da reflexão que o autor realiza entre o isolacionismo platônico e o cosmopolitismo alexandrino do pensamento filosófico clássico ocidental, fato que evidencia a ampla relação existente entre as utilidades do território e os grandes debates intelectuais produzidos ao longo do tempo.

Ademais, destaca Saquet (2020) que, em adição às contribuições de Gottmann, autor fortemente influenciado pelas escolas francesa e norte-americana, os estudos desenvolvidos a partir da década de 1960 por Giuseppe Dematteis, marcos da reelaboração do pensamento geográfico centrado no conceito de território possibilitaram também um salto qualitativo na abordagem territorial, na qual esse conceito passa a ser entendido como produto social, lugar de vida e de relações sociais.

Além do mais, em pesquisas em torno das características das casas rurais, Giuseppe Dematteis detectou que as relações sociais entre os indivíduos são um fator condicionante das suas formas e da organização interna, tendo as casas rurais distintas influências territoriais, como a família, a vizinhança, a comunidade e a sociedade urbana. O autor traz à tona uma abordagem material e imaterial do território e da territorialidade humana, por meio da consideração dos fatores psicológicos e econômicos que destaca nos estudos sobre o rural. (Saquet, 2020)

Além desses autores, outro estudioso que tem contribuição no plano da discussão da abordagem territorial, produzindo saltos qualitativos nas análises territoriais, é o geógrafo Claude Raffestin, responsável por influenciar toda uma reflexão intelectual em torno da questão do conceito de território na obra de outros geógrafos, inclusive em pensadores brasileiros, além de trazer centralidade à discussão no Brasil em torno de uma geografia do poder que está amplamente relacionada com o conceito de território, como pode ser visto em Raffestin (1993).

Dentro desta discussão, é importante destacarmos que Claude Raffestin faz parte do grupo de autores que entende território e espaço como conceitos que não são equivalentes, compreende que o espaço seria um ente anterior ao território, posto que o território teria sua constituição marcada pela apropriação material ou, até mesmo, imaterial do espaço por diferentes atores.

Nesse quadro, antes de discutirmos a concepção de território no pensamento de Claude Raffestin, apontaremos uma discussão fundamental que é a reflexão sobre a noção de poder, a partir de pensadores que se dedicaram ao tema, entre os quais, o próprio C. Raffestin e teóricos como Michel Foucault e Byung-Chul Han.

A discussão em torno da noção de poder é objeto de reflexão que transpassa a obra de diversos autores, entre os quais, Michel Foucault. Para Foucault (2023), a discussão da noção de poder em sua obra se torna mais proeminente a partir de 1968, tendo em vista que no período anterior, em razão da situação política em que se achava, a discussão não se voltava para o problema do poder, tanto na direita (que o tomava na perspectiva jurídica), quanto na esquerda marxista (que o colocava em termos de aparelho de estado). Nesse âmbito, de acordo com Michel Foucault:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (Foucault, 2023, p.44-45).

Nesse sentido, através de seus estudos sobre o poder, Foucault (2023) busca superar as definições do referido termo que não se preocupavam com sua concretude e com a especificidade de suas técnicas e táticas e que só denunciavam o poder no “Outro”, no adversário. Esses estudos sobre poder desenvolvidos por Michel Foucault foram concebidos, conforme Han (2017), na conjuntura da chamada sociedade disciplinar¹⁷, marcada pela negatividade da proibição.

Já Raffestin (1993), inicia sua análise sobre o poder delineando-o como um termo de complexa definição e que possui ambiguidade, podendo ser representado com letra maiúscula (representando o poder institucional advindo do Estado) ou com letra minúscula (poder como nome comum), este último se escondendo por trás do Poder, mas presente em toda ação e em todas as relações.

¹⁷ De acordo com Han (2017), hoje a nossa sociedade não é mais a “sociedade disciplinar” estudada por Michel Foucault, mas sim uma sociedade do desempenho, na qual a crescente desregulamentação vai abolindo gradualmente a negatividade da proibição característica da sociedade disciplinar. Ademais, segundo o autor, na sociedade do desempenho do século XXI, os sujeitos não são mais os “sujeitos da obediência”, mas sim os sujeitos da produção e de desempenho, empresários de si mesmo. E sobre o poder, nisso que o autor chama de paradigma de sociedade, Han (2017, p. 24) aponta: “o poder ilimitado é o verbo modal positivo da sociedade de desempenho. Em Han (2019), o autor entende poder como diferente da violência, entende o poder enquanto um elemento complexo, não possível de ser descrito pelo modelo coercitivo clássico, mas sim compreende que ele atua silenciosamente e que o poder consiste em induzir sem precisar “ordenar” claramente, através de ações e decisões.

De acordo com Raffestin (1993), o Poder advindo das relações institucionais do Estado, maciço e visível, é mais fácil de se detectar por sua manifestação em aparelhos complexos que delimitam o território, controlam a população e os recursos. Enquanto o poder, nome comum, não é facilmente identificável, manifestando-se na multiplicidade de relações de força presentes nos domínios que ele exerce e que são constitutivas de sua organização. Na tentativa de especificar o poder, Claude Raffestin se fundamenta na análise produzida por Michel Foucault, o qual destaca que:

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos;
2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), mas são imanentes a elas;
3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados;
4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas;
5. Onde há poder há resistência e no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder (Foucault *apud* Raffestin, 1993, p.53).

Essa discussão sobre o poder efetuada por Raffestin, tendo como parâmetro teórico os estudos de Michel Foucault sobre poder, estudos esses presentes em obras como História da sexualidade e Microfísica do poder, é essencial para entender a proposta que ele estabelece acerca do conceito de território, uma vez que a noção de poder e sua utilização para apropriação de um espaço é fundamental para delimitar o território e diferenciá-lo do espaço. O excerto abaixo ilustra claramente como o autor entende o território e como ocorre o processo de territorialização do espaço:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço" (Raffestin, 1993, p.143).

Logo, de acordo com o pensamento de Raffestin (1993), território e espaço não são sinônimos, sendo necessário realizar essa distinção teórica,

visto que foram feitas por geógrafos confusões em torno do significado dos dois vocábulos. Adicionalmente, o autor menciona que outras distinções vêm sendo constatadas, como o fato de o espaço ter recebido estatuto de noção e o território de conceito, quadro que possibilita uma formalização mais específica.

Para Claude Raffestin, em seu livro **Por uma Geografia do Poder**, o território é um espaço onde foi depositado trabalho, seja na forma de energia ou de informação, as quais revelam relações marcadas pelo poder. Nesse sentido, Raffestin (1993, p. 144) destaca que “O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si”.

No entanto, vale destacar que as contribuições dessa abordagem relacional de território vão além desses aspectos basilares apontados até o momento. Uma contribuição notável do autor é justamente a discussão acerca das formas que as sociedades organizam o espaço através do que Raffestin (1993) denomina de sistema territorial. O sistema territorial, nos seus termos, é composto por tessitura, nós e redes estabelecidos pelos atores sociais no processo de produção territorial. O trecho abaixo detalha como ocorre a formação desse sistema territorial e qual sua principal função:

Os indivíduos ou os grupos ocupam pontos no espaço e se distribuem de acordo com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados. São, em parte, respostas possíveis ao fator distância e ao seu complemento, a acessibilidade [...]. Sendo que a distância pode ser apreendida em termos espaciais (distância física ou geográfica), temporais, psicológicos ou econômicos¹¹. A distância se refere à interação entre os diferentes locais. Pode ser uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem, de algum modo, o território. Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações (Raffestin, 1993, p. 150-151).

Conforme Claude Raffestin (1993), esta organização do espaço em um sistema territorial composto por nós e redes permite o controle sobre tudo aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. De modo geral, permite a realização de dois processos fundamentais: “a coesão e a integração dos territórios”. (Raffestin, 1993, p.151)

De acordo com Raffestin (1993), esses três elementos – tessituras, nós e redes – constituem o invólucro no qual se constroem as relações de poder nas sociedades, mesmo que de formas distintas de uma para outra, mas sempre presentes. Além do mais, consoante o autor, através das tessituras, dos nós e das redes, obtemos três subconjuntos estruturais que são responsáveis por subsidiar a prática espacial, formam o sistema territorial, como exemplifica o quadro abaixo elaborado por Claude Raffestin e reproduzido aqui para fins de exemplificação:

Quadro 4 - O sistema territorial de Claude Raffestin

Sist. de objetivos e sistemas de ações, conhecimentos e práticas Elementos do espaço	Econômicos	Políticos	Sociais	Culturais
Superfícies	Tessituras	Idem	Idem	Idem
Pontos	Nós	Idem	Idem	Idem
Linhas	Redes	Idem	Idem	Idem

Fonte: Raffestin (1993)

Esse quadro, conforme Raffestin (1993), sintetiza o que ele denomina produção territorial, composto de tessituras, que resumidamente envolvem sempre a noção de limites e o exemplo mais claro desse elemento é justamente as divisões políticas de um território. Os nós correspondem às nodosidades territoriais (podendo ser representadas por vilas, aldeias, cidades, metrópoles, capitais *etc*) e as redes funcionam como a imagem do poder ou, especificamente, dos atores dominantes.

Por conseguinte, os estudos desenvolvidos por C. Raffestin partem de uma abordagem relacional do território, embasado em uma noção de poder igualmente relacional. Traz contribuições também em relação a outros elementos relacionados à análise territorial, como é o caso do conceito de territorialidade. Em linhas gerais, o conceito de território proposto pelo autor,

teve forte influência em pensadores da geografia brasileira, inclusive do campo dos estudos agrários, sendo considerado por Saquet (2020) como um dos pensadores que mais têm influenciado a geografia no Brasil.

1.3 A abordagem cultural na geografia: olhares e compreensões acerca do território

Outra corrente de pensamento que trouxe reflexões importantes em torno do conceito de território, trazendo maior centralidade à dimensão cultural dele, é a chamada geografia cultural. Alguns autores que participaram do movimento de renovação do pensamento geográfico entre as décadas de 1950 e 1970 integram essa corrente, como é o caso do francês Paul Claval.¹⁸ Com isso, procuraremos evidenciar algumas das contribuições em torno do território advindas do pensamento de autores que enfatizam a dimensão cultural em sua construção, como Paul Claval e Joël Bonnemaïson.¹⁹

Sem embargo, antes de delinear os principais pontos da produção intelectual de P. Claval e J. Bonnemaïson no que tange à discussão de território, cabe destacarmos alguns apontamentos referentes ao nascimento e à fase de renovação que ocorreu na história da geografia cultural a partir da década de 1970, que são essenciais para entendermos o contexto em que esses autores pensaram a produção geográfica sob a perspectiva cultural.

Acerca de seu nascimento, Cosgrove (1998), notável geógrafo da literatura anglo-saxônica, compreende a geografia cultural não especificamente como algo novo no pensamento geográfico, uma vez que autores da geografia clássica como Vidal de La Blache e Carl Sauer são considerados figuras-chave no início da geografia cultural europeia e norte-americana, respectivamente.

Em linha concordante, segundo alguns textos de Paul Claval, como em “A Geografia Cultural” e em “Geografia Cultural: um balanço”, a gênese dessa abordagem tem como referência temporal o século XIX, surgiu no mesmo

¹⁸ Essa informação está fundamentada na análise efetuada por Marcos Aurélio Saquet no livro “Abordagens e concepções de território”.

¹⁹ Deliberamos por incluir também a discussão de Joël Bonnemaïson em torno do conceito de território tendo como parâmetro o fato dele ter uma forte contribuição na renovação da geografia cultural que ocorre a partir dos anos 1970, como atesta Claval (2007).

momento que a geografia humana. Espacialmente, foi desenvolvida a partir de estudos produzidos na Alemanha, nos Estados Unidos e na França.

Na produção de geógrafos alemães, destacamos Friedrich Ratzel como um autor que introduziu a cultura como um fator-chave da geografia humana, produzindo já em 1880 um estudo sobre os fundamentos culturais da diferenciação regional da Terra. Seu pensamento foi influenciado pelo darwinismo, o qual tivera contato quando estudou história natural na Universidade de Heidelberg, essa influência acabou limitando o interesse pelos fatos culturais e dando à sua obra um caráter essencialmente político (Claval, 2007). No trecho abaixo, é possível detectar essa orientação:

Além das influências fisiológicas e geográficas a natureza exerce ainda outras na medida em que pode permitir pelo menos a um povo ou a uma fração deste ampliar ou reforçar cada uma de suas características ou adquirir outras através de associações adequadas. Um território fechado em si mesmo favorece a formação de um povo homogêneo impedindo ou limitando a penetração de elementos estranhos [...]. Ao contrário, um território muito aberto favorece a miscigenação e o cruzamento dos povos (Ratzel, 1990, p. 59).

Essa influência do darwinismo é notável na relação que o autor estabelece entre território e etnia ou composição étnica nos estudos sobre as influências do ambiente no homem. Adicionalmente, ainda na Alemanha, outro autor que contribuiu nos primeiros estudos culturais foi Otto Schlüter. Para esse autor, o objeto da geografia seria a morfologia da paisagem, conceito que integraria tanto aspectos naturais quanto humanos, caberia à geografia descrevê-la e compreender sua gênese. (Claval, 2007)

Isso posto, outros autores alemães como Eduard Hahn e August Meitzen também tiveram preocupações com os chamados “fatos de cultura”. August Meitzen desenvolveu, entre outros, trabalhos sobre o universo rural europeu, sendo que um de seus principais trabalhos voltou-se para o estudo das migrações, sedentarização e direito agrário dos povos europeus do norte dos Alpes. Já Eduard Hahn desenvolveu trabalhos sobre origem da agricultura e domesticação dos animais, com especial interesse, assim como A. Meitzem e O. Schlüter, nos elementos materiais da cultura e de sua tradução na paisagem. (Claval, 2007)

Na produção geográfica norte-americana, a geografia cultural nasce a partir da liderança do geógrafo e professor da Universidade de Berkeley, Carl Ortwin Sauer. Esse estudioso foi o responsável pela fundação da chamada “Escola de Berkeley”, a qual foi importante por fazer uma contraposição à Escola do Meio-Oeste, que dominou a geografia norte-americana de 1910 até à Segunda Guerra Mundial e que desconsiderava as relações entre espaço e cultura. (Claval, 2007)

De acordo com Moreira (2022), Carl O. Sauer integra a segunda fase de evolução da geografia norte-americana, sendo um autor no qual se constata diferentes fases de desenvolvimento no seu pensamento, evidenciadas pelas suas principais obras publicadas. Segundo Moreira (2022), é um autor que rompe com o ambientalismo norte-americano em sua obra “A morfologia da paisagem” de 1925 e que através da publicação das obras “Desenvolvimentos recentes em geografia cultural” (1927) e “Geografia cultural” (1931) constrói o formato de geografia cultural que caracterizou sua maturidade²⁰ intelectual.

Dentro desse conjunto de obras centrais no pensamento de Carl O. Sauer, o texto “A morfologia da paisagem” é considerado uma obra de ruptura na geografia norte-americana com a corrente determinista e marca mudanças nos rumos seguidos por Carl Sauer, como a incorporação da visão corológica e de diferenciação de áreas da geografia hettneriana²¹. É no período de publicação desse texto que Carl Sauer transfere-se da Universidade de Michigan para a Universidade de Berkeley, onde se dedicará a criar a sua versão de geografia cultural. (Moreira, 2022)

A geografia cultural produzida por Carl O. Sauer tinha como principais aspectos teóricos, segundo análises efetuadas por Claval (2007), a sua semelhança com as preocupações de Eduard Hahn no que tange à origem da

²⁰ Segundo Moreira (2022), vários autores e correntes influenciaram o pensamento de Carl O. Sauer ao longo de sua produção intelectual, como o romantismo alemão, o historicismo de Alfred Kroeber, Robert Lowe e de Robert Bolton, além da influência de geógrafos como Karl Ritter e Vidal de La Blache.

²¹ A influência do pensamento de Hettner via corologia é visível logo no início do texto “A morfologia da paisagem”, no qual Sauer (2012, p. 184) destaca que “Insistimos em um lugar para uma ciência que encontra seu campo inteiramente na paisagem, na base da realidade significativa da relação corológica. Os fenômenos que compõem uma área não estão simplesmente reunidos, mas sim associados ou interdependentes. Descobrir essa conexão e a ordem dos fenômenos em área é uma tarefa científica e, de acordo com nossa posição, a única à qual a geografia deveria dedicar suas energias.”

agricultura, entendendo a cultura não somente como um conjunto de instrumentos e artefatos que permitem ao homem intervir no mundo, mas também integrando na sua acepção as associações de plantas e animais desenvolvidas pela humanidade para transformar o ambiente natural e torná-lo mais produtivo.

Ao refletir sobre aspectos teórico-metodológicos da geografia cultural, o próprio Sauer (2013, p. 4) destaca que ela “se interessa, portanto, pelas obras humanas que se inscrevem na superfície terrestre e imprimem uma expressão característica”, além de mencionar que a área do geógrafo cultural se volta para o conjunto cultural que registra o uso humano da superfície da terra. Adicionalmente, destaca que o método da geografia cultural é evolutivo, notadamente histórico até onde a documentação alcança, tratando de detectar a sucessão de culturas que ocorreram numa determinada área.

Em relação à produção de geógrafos franceses, a abordagem cultural centra-se em dois conceitos fundamentais: gênero de vida e paisagem. Os principais expoentes na França dessa abordagem são Paul Vidal de La Blache, Jean Brunhes e Pierre Deffontaines, fortemente influenciados pelas contribuições advindas da modernização da geografia francesa via influência de autores alemães, como Karl Ritter, F. Ratzel e Alexander Von Humboldt. (Claval, 2007)

De acordo com Claval (2003), a tradição em geografia cultural na França era baseada na observação dos aspectos materiais da cultura (regiões rurais, paisagens agrárias, forma das casas, forma dos utensílios), através de uma ótica naturalista. Segundo o autor supracitado, apesar de Vidal de la Blache ter se dedicado à descrição dos gêneros de vida, foi com Jean Brunhes que a abordagem cultural se tornou mais sistemática com a incorporação da geografia como uma ciência da paisagem.

Isso posto, conforme Claval (2003), algumas mudanças ocorrem no contexto técnico e social a partir das décadas de 1960 e 1970 que acabam retirando da geografia cultural o interesse que antes possuía. Há uma perspectiva de uniformização das técnicas que levariam a geografia cultural a não mais explicar o presente, mas apenas o passado. Esse contexto leva a geografia cultural a passar, em diversos países, por uma série de transformações.

É nesse processo de mudança que surge a “Nova Geografia Cultural”, vertente dos estudos culturais em geografia que surgiu por meio de transformações ocorridas na geografia cultural a partir dos anos 1970. Inicialmente no mundo anglo-saxão através de autores como David Sopher, Denis Cosgrove e James Duncan que, apesar de terem interesses distintos, partilhavam de preocupações pelas representações. Ela se caracteriza, no âmbito dos estudos anglo-saxônicos, por um rompimento com orientações antigas da disciplina e volta-se para a pós-modernidade. (Claval, 2007)

No contexto do pensamento francês, o processo de reconstrução da geografia cultural foi mais regular, tendo como preocupação não o rompimento total com os estudos desenvolvidos até à metade do século XX, mas de integrá-los e enriquecê-los num prisma mais global. Participaram desse movimento, que se interessa tanto pelas representações quanto pelos elementos materiais da cultura, intelectuais como Joël Bonnemaison, Paul Claval, Augustin Berque, Armand Frémont, entre outros. (Claval, 2007)

Consoante Claval (2011), esse processo de renovação da abordagem cultural em geografia se insere dentro dum contexto no qual alguns elementos são fundamentais para catapultar essa mudança. Conforme o autor, um desses elementos é justamente a transformação no quadro epistemológico dominante, que deixou a tutela majoritária do positivismo e do neopositivismo e abriu espaço para outras epistemologias, como o estruturalismo e o estruturacionismo. Essa conjuntura possibilitou o reconhecimento da subjetividade humana como um domínio no campo de pesquisa das ciências sociais.

Um segundo elemento elencado por Claval (2011), que contribuiu para a renovação dos estudos culturais, foi justamente a mudança na definição do conceito de cultura²². Com efeito, Paul Claval destaca que nos Estados Unidos esse processo ocorreu na antropologia²³ que passou a valorizar a dimensão

²² A fim de uma leitura aprofundada, em nível epistemológico, sobre as acepções de cultura em distintos paradigmas (funcionalismo, desenvolvimentismo, marxismo cultural, difusionismo historicista, pós-estruturalismo, pós-modernismo etc.), conferir Hoefle (2012)

²³ É importante destacarmos, pela relevância que o conceito de cultura adquire em nossa pesquisa, que esse conceito, consoante Laraia (2001), surgiu a partir da confluência de dois termos que eram utilizados em fins do século XVIII e início do XIX, o termo alemão Kultur o qual era usado para ilustrar os aspectos culturais de uma comunidade e a palavra francesa civilization que era empregada para denominar as realizações materiais de uma população.

simbólica da cultura em detrimento da curiosidade pela base material de vida e pelas técnicas de produção.

No Reino Unido, a transformação do significado do termo cultura foi produto da confluência de duas correntes: os estudos sobre modos de comunicação e modos de produção de Raymond Willians e os estudos culturais desenvolvidos na Universidade de Birmingham sob a liderança de Stuart Hall.

Acerca das mudanças na geografia nesse contexto, destaca Claval (2011) que:

Depois de 1970, a evolução da abordagem cultural teve motivações diversas e desenvolveu-se num longo período de tempo, mais ou menos trinta anos. Nos anos setenta, os motivos para enfatizar as dimensões culturais das distribuições geográficas eram vários: - para um primeiro grupo de geógrafos, a nova orientação foi seqüência das suas pesquisas no domínio da nova geografia; - para um segundo, foi seqüência da sua crítica da estandardização da conceituação do homem e da sociedade na nova geografia; - para um terceiro grupo, foi o resultado da crítica do caráter conservador dela (Claval, 2011, p. 8).

Ulteriormente, já na década de 1980, a curiosidade pela cultura generaliza-se como resultado das fortes críticas efetuadas ao modernismo ocidental e pelo surgimento do movimento pós-moderno, que buscava resgatar a curiosidade pelo espaço humano e pela sua diversidade cultural. Nessa década há o processo de estruturação da nova geografia cultural, que nos países anglo-saxônicos desenvolve-se a partir da leitura de cultura de Raymond Willians e de Stuart Hall. Na França, a abordagem cultural tomou orientação distinta, focalizou a experiência espacial e manteve o conceito de cultura utilizado no período clássico. (Claval, 2011)

Já em fins dos anos 1980 e início da década de 1990, as críticas à modernidade, base do pensamento ocidental, continuam a partir das técnicas de desconstrução de Derrida e dos estudos desenvolvidos sobre orientalismo

Conforme Laraia (2001), esses dois termos foram resumidos por Edward Tylor no vocábulo inglês culture, todavia esse conceito de Tylor apesar de romper com as teorias inatistas difundidas no senso comum, apresentava a cultura numa perspectiva evolutiva, na qual a cultura europeia estaria em posição superior. Posteriormente, Laraia (2001) aponta outros pensadores que contribuíram para apresentar novos rumos ao conceito de cultura, como Alfred Kroeber que, por meio de seus trabalhos, demonstrou como a cultura atua no homem e que graças a ela a humanidade se distancia do mundo animal.

por Edward Said. É nesse contexto que surgem as chamadas “viradas”, as quais ocorrem em diversos campos do saber, nas ciências sociais acontece a “virada espacial”, na história a “virada linguística” e na geografia a “virada cultural”. Esta última significando que a totalidade dos saberes geográficos possuem uma dimensão cultural, ou seja, são relativos a uma época, a um lugar ou a uma área, com isso, a geografia cultural passa a ser uma base comum na geografia. (Claval, 2011)

Com esse contexto, a abordagem cultural em geografia ganha maior representatividade e muitos geógrafos contribuíram nesse processo, como é o caso do francês Paul Claval, o qual segundo Almeida (2013), é um autor que possui importantes pesquisas desenvolvidas em diversos ramos da geografia, como geografia econômica, geografia cultural, geografia regional e epistemologia da geografia, além de ser considerado na França como criador e renovador de alguns ramos dessa ciência.

Sobre a sua corroboração na ótica geografia cultural, destacamos a contribuição através da chamada abordagem cultural²⁴, que segundo Marques (2008, p. 34) “leva em consideração que todos os fatos geográficos, sejam políticos, econômicos e/ou sociais são de natureza cultural.” Nessa abordagem, a acepção de cultura é fundamental, sendo concebida por Paul Claval como:

... soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é portanto (*sic*) um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos. (Claval, 2007, p. 63)

Conseqüentemente, é uma concepção de cultura que tem como um dos aspectos centrais entendê-la a partir da noção de herança, ou seja, de concebê-la não apenas como conjunto de elementos construídos no tempo presente, mas sim como algo que possui raízes em práticas ancestrais.

²⁴ Consoante Côrrea e Rosendahl (2012), a abordagem cultural em geografia é fruto do trabalho de geógrafos franceses liderados por Paul Claval, englobando nela a tradição vidaliana, os estudos desenvolvidos por geógrafos franceses com experiência ultramarina e a tentativa de aproximação com a geografia cultural anglo-americana. É uma perspectiva teórica que faz parte da chamada geografia cultural renovada, integrando a diversidade metodológica, teórica e temática que caracteriza esse campo do conhecimento científico.

Adicionalmente, essa conceituação de cultura a entende como dinâmica, mutável, aberta.

Ao discutir o conceito de território na perspectiva cultural, Claval (1999) destaca que a discussão desse conceito, refletido a partir de sua dimensão simbólica, desenvolveu-se a partir dos anos 1970 e 1980 através de pesquisas sobre o espaço vivido. É nesse contexto que os estudos efetuados na seara da geografia tropical, caracterizados por longa permanência em trabalhos de campo e pela atenção dada às monografias de detalhe, aproximaram-se dos métodos que os etnólogos utilizavam em pesquisas acerca de povos primitivos. (Claval, 1999)

Um desses estudos foi desenvolvido por Jean Pierre Raison, em Madagascar, no qual o autor detectou a incapacidade dos indígenas locais de se definirem sem referência ao espaço, os grupos só existem ao ter como referência o território que se identificam. Outro autor apontado por Paul Claval como integrante dessa geografia tropical que se aproxima da etnologia é o francês Joël Bonnemaïson, o qual desenvolveu pesquisas acerca dos povos nativos de Vanuatu, na Oceania. (Claval, 1999)

Apresentaremos, sinteticamente, a concepção de território em Joël Bonnemaïson, tendo em vista a representatividade que esse autor tem na geografia brasileira no que diz respeito a território e territorialidade e por trazer centralidade na sua abordagem cultural ao conceito de território. Joël Bonnemaïson (2012), assim como Paul Claval, atribui um papel central à cultura, não vista apenas como um “resíduo” ou uma superestrutura vaga e fluida como o materialismo propugna. É entendida segundo Bonnemaïson:

... como outra vertente do real, um sistema de representação simbólica existente em si mesmo e, se formos ao limite do raciocínio, como uma “visão de mundo” que tem sua coerência e seus próprios efeitos sobre a relação da sociedade com o espaço (Bonnemaïson, 2012).

Essa concepção de cultura é fundamental na abordagem cultural defendida por J. Bonnemaïson, que possui como conceitos centrais território e etnia. Para Bonnemaïson (2012), o conceito de etnia pode ser compreendido como o campo de experiência e de cultura, vivenciado coletivamente, não podendo ser visto como uma realidade congelada e biológica, mas sim

dinâmica, referenciada por diversos modelos culturais e que só pode ser entendida através da escala do grupo vivido. Essa definição é importante, pois se articula diretamente com a aceção de território apreendida pelo autor. Para J. Bonnemaïson, não existe etnia ou grupo cultural que, de um modo ou de outro, não invista tanto física quanto culturalmente num território.

Nesse contexto, para o autor supracitado, o território nas sociedades humanas, diferentemente do território do mundo animal, não possui um aspecto obrigatoriamente fechado, não é necessariamente um tecido espacial unido e não induz a um comportamento obrigatoriamente estável. Muito pelo contrário, o que o autor detectou em pesquisas realizadas na Oceania, é que o território:

...antes de ser uma fronteira [...] é, sobretudo, conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários [...] um território é coisa bem diferente de um espaço fechado, protegido por uma fronteira. No fundo, ele é muito mais um “núcleo” do que uma muralha, e um tipo de relação afetiva e cultural com uma terra, antes de ser um reflexo de apropriação ou exclusão do estrangeiro” (Bonnemaïson, 2012, p. 287-288).

Nesse sentido, J. Bonnemaïson entende o território como um elemento que pode ser aberto, não estritamente delimitado por fronteiras, especialmente, quando consideramos povos tradicionais. Ele propõe uma leitura geocultural, na qual o território é, concomitantemente, “espaço social” (reprodução no espaço da organização social e hierárquica e das atribuições políticas sociais e econômicas) e “espaço cultural” (significação e relação simbólica), ou seja, está associado tanto à sua função social, quanto à função simbólica. (Bonnemaïson, 2012)

Ademais, do ponto de vista da abordagem cultural, Bonnemaïson (2012) estabelece uma importante distinção²⁵ entre território e espaço geográfico, concebendo este como um conceito lógico, o espaço é plano, uniforme e não possui mistérios enquanto aquele é apreendido como tudo que foge ao discurso científico, é o vivido, é afetividade e subjetividade. Em síntese, a aceção de J. Bonnemaïson entende o território como lugar de mediação entre os homens e sua cultura.

²⁵ Apesar de serem distintos, na concepção de Joël Bonnemaïson, são vistos também como complementares.

Ainda nessa esfera reflexiva, é essencial pontuarmos que as reflexões advindas dessa ótica cultural do território são fundamentais para a compreensão das relações estabelecidas entre os povos e comunidades tradicionais com a materialidade de seu espaço vivido. E, nesse sentido, uma das contribuições mais notáveis quando pensamos essa valoração subjetiva do espaço é a proposta dos geossímbolos de Bonnemaison (2012).

Para Bonnemaison (2012), um geossímbolo²⁶ constitui um lugar, um itinerário ou uma extensão que por motivos religiosos, culturais ou políticos, sob o prisma de certos indivíduos ou de grupos étnicos, assimila uma dimensão simbólica que acaba os fortalecendo em suas identidades. Para o autor, o espaço cultural é um espaço geossimbólico, permeado de afetividade e significações.

Assim, a geografia cultural renovada atribuiu, tendo como referência autores como Joël Bonnemaison e Paul Claval, importância ao conceito de território, visto a partir da centralidade da dimensão cultural²⁷, enfoque que abriu caminhos para estudos referentes aos territórios dos povos e comunidades tradicionais. Todavia, é importante mencionar que outros conceitos aparecem com centralidade nessa corrente, como é o caso de paisagem²⁸ e espaço.

Destarte, a partir das considerações levantadas acerca do conceito de território nas escolas do pensamento geográfico discutidas até então, chegamos a um entendimento que o percurso do conceito é composto de luzes e sombras, que, de certa forma, são reflexos da diversidade de orientações que o pensamento geográfico assumiu em sua trajetória e das prioridades elencadas em cada uma delas (geografia clássica, nova geografia, geografia

²⁶ O conceito de geossímbolos é recorrentemente utilizado em pesquisas geográficas que voltam suas atenções para povos e comunidades tradicionais. Como exemplo dessa utilização, citamos a pesquisa de Risso (2008), na qual a autora identifica que na perspectiva da etnia Apurinã a floresta do Igarapé Mucum é considerada um geossímbolo, pois é o centro do mundo dessa etnia e um lugar sagrado dentro de sua cosmogonia.

²⁷ Na sistematização efetuada por Haesbaert (2019), essa abordagem é entendida dentro do binômio materialismo-idealismo, sendo identificada como pertencente às perspectivas idealistas, nas quais autores como o próprio J. Bonnemaison, junto a outros autores, é mencionado como um integrante delas.

²⁸ A discussão por parte de autores da geografia cultural acerca do conceito de paisagem pode ser detectada em diversos trabalhos, entre os quais destacamos Cosgrove (2012), cuja discussão se volta para a decodificação de paisagens simbólicas e Berque (2012), que discute os conceitos de paisagem-matriz e paisagem-marca dentro da perspectiva cultural.

radical, geografia humanista, geografia pós-moderna), como bem evidencia Claval (2014a).

Na sequência, destacaremos como o conceito de território tem sido empregado nos estudos agrários brasileiros, a fim de aprofundarmos a discussão em torno das vertentes do pensamento que têm impactado nas acepções de território utilizadas para estudar os sujeitos do campo, como camponeses, faxinalenses, caiçaras, indígenas, quilombolas, entre outros povos que integram a diversidade presente no rural brasileiro.

1.4 Trajetos do conceito de território nos estudos agrários brasileiros

A geografia agrária, como subcampo da ciência geográfica, não esteve alheia às transformações proporcionadas pelas correntes destacadas no tópico anterior (geografia clássica, geografia teórico-quantitativa, geografia crítica e geografia cultural), que, certamente, em articulação com os contextos sociopolíticos e aos grandes debates epistemológicos vindos da filosofia, afetaram a forma de produzir e orientar a produção dos estudos agrários.

Desse modo, antes de analisarmos a trajetória delegada ao conceito de território pelas correntes da geografia agrária produzida no Brasil, destacaremos alguns pontos referentes ao surgimento desse subcampo da ciência geográfica, que, tal como a geografia do modo geral, é profundamente enraizado no pensamento europeu.

Nesse âmbito, de acordo com Claval (2014a), a geografia rural, tal quais outras subáreas como a geografia econômica, a geografia política, a geografia tropical e a geografia urbana, originou-se no chamado “tempo das escolas nacionais”, mais precisamente na geografia clássica, que tem como recorte temporal os anos entre 1890 e 1950.

Consoante Claval (2014a), os trabalhos de geografia humana se diversificaram²⁹ intensamente nas primeiras décadas do século XX e, nessa

²⁹ Essa fragmentação é lida por Moreira (2022) como fruto do caráter descritivo que a geografia caiu na década de 1930. De acordo com o autor, esse movimento não ocorre de forma brusca, mas se inicia, especificamente no caso do pensamento geográfico francês, com a criação da geografia humana e da geografia física, esta por meio do “Tratado de geografia física de Emmanuel de Martonne (1909) e aquela via “Geografia humana: ensaios de classificação positiva” de Jean Brunhes (1910). No caso desse último livro, R. Moreira nos

conjuntura, o autor destaca uma diferença fundamental entre os estudos de geografia rural e de geografia urbana com os efetuados na geografia econômica e política. Estas sofreram com limitações teóricas ao negligenciarem os processos e priorizarem apenas o concreto, enquanto aquelas não encontraram os mesmos obstáculos.

Desse modo, Claval (2014a) aponta que a geografia rural dividiu-se em dois campos principais de análise, o primeiro focado na economia agrícola, através de conceitos importados da agronomia e um segundo voltado para o estudo das paisagens agrárias e do *habitat*. Ademais, menciona que são trabalhos, em sua origem, bastante descritivos e que se iniciam primeiramente na Alemanha, Grã-Bretanha e Escandinávia e que, posteriormente, são introduzidos na França (década de 1930 do século XX) por meio de estudos de autores como Marc Bloch, Roger Dion e Gaston Roupnel.

Já na perspectiva do pensamento brasileiro, o surgimento de trabalhos propriamente geográficos no quadro acadêmico, inclusive os que se dedicavam ao estudo do rural, somente aparecem após a institucionalização da geografia, como aponta Andrade (2008), no período pós-revolução de 1930. Contribuíram, segundo o autor supracitado, para essa institucionalização as ações desenvolvidas pelas universidades, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB).

No contexto dos estudos agrários, Orlando Valverde apud Ferreira (2001), ao fazer a primeira periodização dos estudos desenvolvidos nessa subárea da geografia, aponta que há duas fases para o desenvolvimento desses estudos no país: uma primeira circunscrita aos séculos XVIII e XIX, quando a preocupação com o método científico era inexistente, na qual as obras eram frutos de cronistas, viajantes e estudiosos que se interessavam pelo registro das culturas.

A segunda fase delimitada por Orlando Valverde vai de 1900 até 1950, período de sua institucionalização, e tem como característica diferenciadora da fase anterior, o fato de possuir trabalhos produzidos especificamente por geógrafos de formação acadêmica. Nesta fase, Orlando Valverde destaca autores que trouxeram as primeiras contribuições nos estudos agrários, sendo

esclarece que os próprios capítulos da obra de J. Brunhes são centrados em temas que, posteriormente, originarão os subcampos da geografia humana.

os pioneiros Pierre Denis, Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig e Leo Waibel³⁰. (Ferreira, 2001)

Alguns desses autores, como Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, participaram do processo de implantação dos primeiros cursos de ensino superior de geografia no Brasil. Especificamente em 1934, quando o então governador Armando de Sales Oliveira convidou professores franceses para exercer o magistério na Universidade de São Paulo, teve a colaboração na área da geografia, inicialmente, do professor Pierre Deffontaines e do professor Pierre Monbeig, em 1935, quando ocorreu a transferência de P. Deffontaines para o Rio de Janeiro. (Andrade, 2008)

De acordo com Andrade (2008) e com Valverde apud Ferreira (2001), a fundamentação teórica prevalente nesse período da geografia agrária, que se insere no contexto da geografia clássica, foi a da matriz francesa, notadamente a doutrina lablacheana. Adicionalmente, Andrade (2008) destaca que Pierre Monbeig, devido à sua sólida formação histórica, já se preocupava com o papel do capital na geografia e trabalhava classe social como categoria de análise.

Em relação aos temas discutidos³¹ pelos autores na geografia agrária clássica, destacam-se estudos variados sobre gêneros de vida, habitats rurais, pecuária, estrutura agrária, gêneros agrícolas, sistemas agrícolas, regimes de exploração, entre outros. São obras em que o conceito de região possui maior centralidade, devido à forte influência do pensamento lablacheano que, como afirmou Orlando Valverde, predominou nessa fase dos estudos agrários desenvolvidos no Brasil. (Silva; Lima, 2021)

O conceito de território na geografia agrária clássica aparece, como detectamos em pesquisas anteriores, principalmente ligado à perspectiva que Gottmann (2012), designa como jurisdicional, ou seja, apesar do conceito

³⁰ Sobre Leo Waibel, é importante abrirmos uma discussão específica ao destacar que, segundo Andrade (2008), esse geógrafo alemão veio ao Brasil de modo distinto de autores como P. Deffontaines e P. Monbeig, tendo em vista que ele veio como geógrafo contratado do IBGE e possuía preocupações e abordagens que diferiam dos mestres franceses, como a aplicação da teoria do estado isolado de Von Thünen e o entendimento das paisagens mais a partir dos seus aspectos naturais, que possuíam influência do homem via cultura.

³¹ Como exemplos de trabalhos clássicos desse período com influência lablacheana, citamos Monbeig (1949, 1953) e Deffontaines (1953a, 1953b). Adicionalmente, é importante destacarmos que nessa fase do pensamento geográfico, outras fundamentações teóricas também se faziam presentes, como é o caso da influência do pensamento geográfico alemão, como pode ser detectado em obras de Leo Waibel (1948, 1954).

aparecer de modo relevante, ele é apenas visto, em parte dessas obras, como o “território nacional” ou como o território das unidades federativas, é uma perspectiva de entendimento do conceito de território que sobrevaloriza sua dimensão política, em detrimento das outras dimensões em que o conceito pode ser abordado.

Dito isso, a geografia clássica permaneceu preponderante até meados dos anos 1950, quando as transformações na realidade, destacadamente a destruição causada pela Segunda Guerra Mundial e o aprofundamento dos processos de industrialização e urbanização, imprimiram novos desafios para o desenvolvimento da geografia, inicialmente nos países desenvolvidos, e levaram à constatação do esgotamento da geografia clássica por parte dos geógrafos. Todavia, as respostas buscadas para esse esgotamento não foram unívocas, voltaram-se para a reforma ou revolução³² do saber geográfico. (Andrade, 2008)

De acordo com Andrade (2008), nesse período pós-guerra, várias correntes influenciaram o pensamento geográfico que buscava ou se renovar considerando as bases do passado ou romper totalmente com o que havia sido produzido na dita “geografia tradicional”. Uma dessas correntes foi a teórico-quantitativa, a qual rompeu totalmente com a geografia clássica.

No Brasil, segundo Andrade (2008), ela foi difundida nas décadas de 1960 e 1970 no contexto em que o estado autoritário buscou integrar a economia brasileira ao mercado mundial e implantar um crescimento econômico linear. Nesse contexto, o governo militar acionou o IBGE, órgão que possuía riquíssimas informações acerca do território nacional e de um corpo de geógrafos, que, em parte, adotaram a perspectiva teórica e quantitativa.

Na esfera dos estudos agrários, essa corrente, segundo Manuel Correia de Andrade, esteve bastante representada no curso de geografia da UNESP - Rio Claro ao lado dos estudos urbanos. Neste centro universitário, foram produzidas diversas dissertações de mestrado e teses de doutorado, que tornaram sua pós-graduação num centro difusor do neopositivismo/positivismo lógico e da teoria dos sistemas na geografia. (Andrade, 2008)

³² Vale destacar que segundo Andrade (2008) os movimentos de reforma foram mais revolucionários que os que propunham rompimento total com às antigas condições, posto que se propôs mudar para manutenção da realidade de antes.

Como mencionamos no tópico anterior, segundo Côrrea (2000), de forma geral, o conceito de território, assim como o conceito de lugar, não teve centralidade na geografia teórico-quantitativa. Nessa corrente dos estudos agrários, detectamos em pesquisa³³ efetuada através de trabalhos publicados em dois importantes periódicos da geografia brasileira (Boletim Geográfico e Revista Brasileira de Geografia), que as preocupações dos estudos que se inserem nessa corrente se voltavam, entre outros pontos, para realização de regionalização agrícola via cálculos estatísticos e organização do espaço agrário.

Em linhas gerais, o território na geografia agrária teórico-quantitativa não teve a importância que irá obter em outras correntes que influenciaram a produção dos estudos agrários. Nesse sentido, uma das correntes que surge como contraponto ao neopositivismo da abordagem teórico-quantitativa nos estudos sobre o campo é a geografia agrária crítica, a qual conforme Marques (2018) é fundamentada no materialismo dialético enquanto método.

Sobre esse processo de introdução do pensamento crítico, em artigo especialmente dedicado à história da geografia agrária crítica, Marques (2018) realiza uma contextualização, na qual destaca a importância de transformações que ocorreram na sociedade brasileira e na esfera epistemológica como fundamentais para o florescimento do pensamento crítico em geografia, como ela relata no excerto abaixo:

No fim dos anos 1970, o Brasil iniciava um movimento em direção à retomada da democracia após um período de 20 anos sob um regime autoritário, e a geografia se fez presente, atuante, comprometida com o projeto de construção de uma sociedade mais justa. Esse compromisso foi a base a partir da qual a geografia brasileira se renovou, cresceu e ganhou estatura, produzindo um conhecimento crítico, capaz de contribuir para o enfrentamento dos dilemas de seu tempo.

Essa mudança veio junto com uma ruptura epistemológica com a tradição positivista e a difusão do materialismo dialético entre os geógrafos e com o seu reconhecimento como instrumento eficaz para compreender nossos problemas, as suas raízes, os principais sujeitos sociais envolvidos e contribuir para identificar soluções ou delimitar o campo de possibilidades existente para o seu enfrentamento. Nesse processo, a perspectiva dialética se encontrou com velhas e novas abordagens presentes na geografia, que, como não podia deixar ser, também vão provocar as suas marcas no conhecimento que se desenvolveu a partir daí (Marques, 2018, p.505).

³³ A fim de maior aprofundamento, verificar Silva e Lima (2021).

Diante do exposto, é fundamental destacarmos dois pontos para compreender o contexto de gênese da geografia crítica: as lutas pela democratização da sociedade brasileira em um contexto dominado pelo estado autoritário, das quais a geografia participou ativamente, e a chamada ruptura epistemológica, advinda do contato de geógrafos com o pensamento dialético marxista que levaram a geografia a trilhar outro percurso teórico-metodológico, no qual o positivismo e o neopositivismo são fortemente contestados.

Nesse processo de ruptura com os estudos da geografia teórico-quantitativa e da “tradicional”, o ano de 1979 é considerado nevrálgico, uma vez que nele ocorreram a publicação do livro de Milton Santos *Por uma Geografia Nova*, que estabeleceu diálogos entre o marxismo e a geografia e a realização do 3º Encontro Nacional de Geógrafos (ENG-1978), em que a prática acadêmica e institucional da geografia que vinha sendo praticada foi duramente criticada. (Marques, 2018)

Esse é o contexto mais geral apontado pela autora que a geografia brasileira percorreu nesse movimento de “virada” epistemológica. No entanto, cabe a nós perguntarmos como a geografia agrária, subárea de destaque no pensamento geográfico brasileiro desde seu período clássico segundo relato de Andrade (2008), participou desse processo?

Essa não é uma questão de fácil resolução, mas algumas das pistas para respondê-la são apontadas por autoras(es) como Larissa Mies Bombardi, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inez Medeiros Marques. Nesse sentido, Marques (2018), menciona dois autores fundamentais e considerados precursores do pensamento crítico em geografia agrária: Manuel Correia de Andrade e Orlando Valverde.

Segundo Marques (2018), ambos possuíam posições políticas de esquerda e estavam na vanguarda de seu tempo, Orlando Valverde atuou, destacadamente, no IBGE e contribuiu para a formação de uma geração de geógrafos comprometidos com os grandes temas nacionais, como a reforma agrária e a defesa do meio ambiente. Já Manuel Correia de Andrade atuou tanto no âmbito acadêmico, quanto no da administração pública de Pernambuco, além de estar envolvido com as lutas emergentes no campo e com a defesa da reforma agrária.

Adicionalmente, Bombardi (2008), destaca que as contribuições da obra de Manuel Correia de Andrade nos estudos agrários introduziram, junto à obra de Orlando Valverde, as raízes do pensamento crítico que tem como base a dialética no Brasil. Segundo a autora, é indiscutível o salto teórico-metodológico promovido por esses dois geógrafos, os quais além de deixar a neutralidade científica de lado, passaram a se preocupar com os problemas sociais e econômicos que perturbavam as populações do campo.

Especificamente sobre a produção intelectual dos autores, Bombardi (2008), menciona duas obras importantes que, de certo modo, são marcos na produção desses dois autores, “Estudos de Geografia Agrária Brasileira” de Orlando Valverde e “A Terra e o Homem no Nordeste” de Manuel Correia de Andrade, as quais continham reflexões de temas importantes como questão agrária e reforma agrária.

A obra de Oliveira (2001), reforça essa visão, admitindo que o livro “A terra e o homem no Nordeste” foi um marco político na geografia em decorrência da discussão da questão agrária pautada no compromisso social e na transformação da realidade, fato que acabou repercutindo no movimento de renovação crítica da geografia. Portanto, o caráter precursor³⁴ da produção em geografia agrária de Manuel Correia de Andrade, considerando também a obra de outros autores como Orlando Valverde, acabou abrindo caminho para o florescimento da geografia agrária crítica no Brasil, pautada na transformação da realidade e no fortalecimento do conceito de território.

Aditivamente, vale destacarmos que Manuel Correia de Andrade, além das pesquisas relacionadas aos problemas agrários, notadamente, em Andrade (2011), também trouxe contribuições no estudo acerca do conceito de território, tendo uma obra dedicada exclusivamente ao estudo da questão do território no Brasil publicada na década de 1990. Acerca do conceito, destaca o autor:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a ideia de território à ideia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que

³⁴ Outros autores apontados nesse movimento de precursão crítica por Oliveira (2001) são Orlando Valverde e Pasquale Petrone.

estendem seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (Andrade, 2004, p. 19).

Por conseguinte, a discussão efetuada por Manuel Correia de Andrade acabou por destacar a relação entre poder e território, não restringindo a discussão do território apenas ao contexto das dimensões escalares dos estados nacionais. Segundo Sposito e Saquet (2016, p. 100), Manuel Correia “Enfatiza, em sua abordagem, as forças políticas e econômicas na constituição do território. Na dinâmica e econômica, reconhece o rompimento das fronteiras pela atuação de grandes empresas.”.

Outro autor fundamental na geografia agrária crítica é Ariovaldo Umbelino de Oliveira, autor que além de atribuir centralidade ao conceito de território em sua obra, contribuiu com o movimento de renovação da geografia agrária. De acordo com Marques (2018), Ariovaldo Umbelino integrou, ao lado de Iraci Gomes de V. Palheta e Maria Regina Cunha de Toledo Sader, um grupo de geógrafos agrários da Universidade de São Paulo, que contribuíram para a construção de uma nova geografia agrária fundamentada na incorporação do materialismo dialético e da teoria do campesinato advinda dos estudos da sociologia e da antropologia.

De acordo com Fernandes apud Bombardi (2008), a tese de doutorado de Ariovaldo Umbelino de Oliveira é um dos primeiros trabalhos de ruptura nos estudos da geografia agrária, sendo o responsável por introduzir conceitos do materialismo histórico como base para a crítica às ideologias dos trabalhos de geografia agrária desenvolvidos até então. A citação abaixo ilustra bem o tom das contestações da nascente geografia crítica e sua repercussão nos estudos agrários.

Nesta ótica é que reputamos da mais significativa importância uma revisão das obras que dão substrato teórico aos trabalhos empíricos (15) desenvolvidos na Geografia, porque a maioria delas (16), limita-se apenas à aplicação à realidade brasileira de esquemas propostos para análises em outras realidades, sem efetuar uma crítica às teorias e conceitos utilizados. Entre estas obras está a de Von Thünen, que é o objeto de nosso estudo. (Oliveira, 2016a, p. 16).

Partindo desta perspectiva de renovação, no contexto da produção acadêmica de Ariovaldo U. de Oliveira, no que tange às discussões de território, destacamos sua conceituação de território vinculada às disputas

entre as classes sociais no modo capitalista de produção. Nesse sentido, define:

o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.) onde o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra (Oliveira, 2003, p. 13).

Logo, a abordagem proposta por Oliveira (2003), dialoga com pensadores como Raffestin (1993), que contestam a equiparação que alguns geógrafos atribuem a espaço e território. Para Oliveira (2016b), este é posterior aquele, fruto da transformação impressa pelo homem no espaço, ou seja, por meio do trabalho, destarte, o território constitui-se enquanto uma construção humana.

Outros³⁵ pensadores da geografia agrária crítica têm dado contribuições na discussão do conceito de território, como é o caso de geógrafos que, inclusive, realizaram pós-graduação em geografia humana na USP, como Bernardo Mançano Fernandes, o qual concebe o território como um “espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder [...] O território é, ao mesmo tempo, uma

³⁵ No âmbito dos pensadores da geografia agrária crítica, é importante apontarmos também a contribuição referente ao conceito de território proposta por Moreira e Targino (2007, p. 76), na qual é discutida a noção de “território de esperança”, fundamental para pensarmos a luta pela terra na ótica camponesa e apreendido enquanto “aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terra; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política pré-existente no agro brasileiro. Na verdade, trata-se de um território novo, construído com base na utopia e na esperança, “Território de Esperança”, “Território de Solidariedade” e também, parafraseando Félix Guattari, “Território de Desejo”, carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experienciada de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração. Desse modo, “Território de Esperança” representa a superação do “Território de Exploração” gestado no semi-árido, desde o período colonial, e que tinha como marcas maiores a concentração fundiária, a subordinação do trabalho, a dependência cultural e política dos trabalhadores e pequenos produtores aos “coronéis”.

convenção e uma confrontação [...] é um espaço de conflitualidades.”. (Fernandes, 2005, p. 27)

Adicionalmente, Bernardo Mançano Fernandes propõe uma tipologia dos territórios para contribuir na leitura das disputas territoriais e de suas conflitualidades, fundamentando essa abordagem na indissociabilidade entre classe social e território. Sinteticamente, há o primeiro território, espaço de governança dos países organizado em várias escalas e instâncias, o segundo território corresponde ao território enquanto propriedade (propriedade privada capitalista, propriedades privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias) e, por fim, há o terceiro território, que é entendido como o espaço relacional.

Não obstante, dentro da história da geografia agrária brasileira que vem sendo construída nas últimas décadas, outras correntes de pensamento têm influenciado a discussão de questões referentes ao campo. Dentro dessa perspectiva, destacaremos as contribuições dos estudos que dão centralidade à dimensão da cultura na geografia, como é o caso da abordagem cultural que delega ao conceito de território um papel importante em sua fundamentação teórico-metodológica e que vem obtendo cada vez mais representatividade nos estudos sobre o campo.

Inicialmente, é importante destacarmos que este processo de ampliação de pesquisas que partem da abordagem cultural está relacionado ao que Claval (2014b) denomina de “virada cultural”, movimento que se insere num contexto de contestação da modernidade a partir da perspectiva do pós-modernismo e do pós-colonialismo³⁶, que resultaram na construção de uma geografia pós-colonial.

Essa “virada cultural” nasce do reposicionamento no olhar das ciências humanas nos anos 1970, simultaneamente ao fim das ideologias do progresso e filosofias da história e juntamente com as críticas ao pensamento ocidental e a tomada de consciência dos povos subalternos. Na geografia, a virada cultural

³⁶ Sobre o pós-colonialismo, Claval (2015) aponta que a emergência dos estudos que partem dessa temática foi resultado do efeito combinado de duas transformações maiores que ocorreram no campo das ciências sociais: a crítica da arrogância ocidental e a consideração do vivido. Nesse campo, Paul Claval menciona o papel do pós-modernismo nesse processo de crítica global ao pensamento ocidental através de teorias como o olhar enquanto instrumento de dominação de Foucault, o espaço social de Gilles Deleuze e Félix Guattari, marcado pelas ramificações múltiplas e ausência de centros de rizomas, e a desconstrução proposta por Jacques Derrida, a qual evidencia a vacuidade das metanarrativas propostas pelas ciências da sociedade.

evidencia que os lugares não são vivenciados pelos sujeitos do mesmo modo, que seus significados refletem a cultura dos indivíduos que vivenciam e frequentam os lugares. (Claval, 2013)

Nessa conjuntura, Claval (2013) aponta que uma das consequências sofridas pela abordagem cultural em decorrência dessa “virada” é a ênfase que ela passa a delegar às representações, aos imaginários, à experiência humana e aos sentidos que as populações atribuem ao seu meio e à sua inserção no mundo.

Especificamente refletindo acerca do objetivo da abordagem cultural, Claval (2002, p. 20), menciona que: “O objetivo da abordagem cultural é entender a experiência dos homens no meio ambiente e social, compreender a significação que estes impõem ao meio ambiente e o sentido dado às suas vidas.” Bonnemaïson (2012) também traz centralidade a essa dimensão simbólica, ao entender que o objetivo da abordagem cultural é procurar definir o espaço no qual a cultura se aloja, nesse sentido, o autor destaca o território como “derivado carnal da cultura”, muito mais que reflexo dela, uma encarnação.

Nessa perspectiva das contribuições da abordagem cultural, a geógrafa brasileira Maria Geralda de Almeida (2008), menciona que atualmente ela é um dos mais atraentes e estimulantes conhecimentos propiciados pela ciência geográfica, abarcando um amplo leque de variadas questões como representações da natureza, construção social, cotidiano, identidades, cultura “material”, costumes sociais e significados.

Diante desses apontamentos, é essencial destacar que referente à matriz epistemológica da abordagem cultural, Almeida (2008), aponta que essa corrente não parte da ideia de uma via metodológica única, mas são reconhecidas a importância e a riqueza de outras abordagens possíveis na geografia. Nesse sentido, a pensadora destaca que a exclusão é vista, dentro do contexto da abordagem cultural, como um risco de limitação e empobrecimento e é através desta concepção de teoria que procuraremos embasar a nossa pesquisa, considerando as contribuições e diálogos da abordagem cultural com outras perspectivas.

Assim, dentro do contexto específico da geografia agrária brasileira, a abordagem cultural tem proporcionado significativas contribuições,

notadamente nos estudos relacionados às pesquisas de territórios dos povos e comunidades tradicionais. Sobre essa questão, Alves (2013), ao realizar um levantamento sobre a questão cultural na geografia agrária em trabalhos publicados no Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA), detectou que há um crescimento do número de trabalhos na área cultural da geografia agrária, os quais se preocupam com os aspectos imateriais, simbólicos, identitários e de valores na formação dos territórios.

Nesta pesquisa, Alves (2013), chegou à conclusão de que a pluralidade da geografia agrária contemporânea reflete os grandes debates em voga na atualidade, como multiculturalismo *versus* enraizamento, globalização *versus* localismo, agronegócio *versus* campesinato. Nessa conjuntura, os resultados da pesquisa apontaram o crescimento de temas sob o enfoque cultural, notadamente em estudos sobre ruralidade e urbanidade, relações campo-cidade, questões de gênero e povos tradicionais.

Logo, a fim de introduzir a discussão trazida por essa abordagem em torno do conceito de território, trazemos a proposta de Almeida³⁷ (2005) que, em obra dedicada à análise da relação entre territórios, fronteiras e territorialidades, destaca importantes atributos do território, que vão além dos aspectos econômicos, sociais e políticos, como podem ser verificados a seguir:

Como organização do espaço, pode-se dizer que o território responde, em sua primeira instância, a necessidades econômicas, sociais e políticas de cada sociedade e, por isso, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Sua função, porém, não se reduz a essa dimensão instrumental; ele é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo (Almeida, 2005, p. 108).

Assim, partindo da análise proposta de Almeida (2005), podemos destacar que o território possui algumas atribuições, respondendo em um primeiro momento a necessidades básicas dos níveis econômico, político e social em que se assenta as relações sociais.

Sem embargo, a pensadora chama atenção para o fato de que o território e suas atribuições vão além dessas dimensões, perpassando também

³⁷ Maria Geralda de Almeida é uma das notáveis representantes da geografia cultural renovada. Sua produção intelectual é influenciada pela abordagem cultural do geógrafo francês Paul Claval, com o qual realizou pós-doutorado na Université de Paris IV Paris-Sorbonne.

pela perspectiva simbólica, cultural, na qual os sujeitos projetam suas visões de mundo e que o território se pluraliza de acordo com escalas e níveis que são historicamente construídos e sedimentados, abarcando distintas escalas, como o local, o município, o estado, a região e o país. Aprofundando o debate em torno do território, a autora destaca que:

Como também já dissemos, território ele o é, para aqueles que têm uma identidade territorial com ele, o resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas. Bonnemaïson e Cambrezy (1997; p. 10) consideram que “o vigor do laço territorial revela que o espaço é investido de valores não somente materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos”. A cultura, portanto, inscreve-se assim no território, deixando marcas pela história e pelo trabalho humano ... (Almeida, 2005, p.109).

Com isso, a pesquisadora trilha um caminho de entendimento do território a partir de uma apropriação simbólica e cultural expressiva do espaço, que é portador de significados e de relações simbólicas. Dessa forma, o conceito de território tem centralidade no pensamento da autora, que o utiliza em diversos trabalhos no campo dos estudos culturais, notadamente em pesquisas sobre povos e comunidades tradicionais, e também em pesquisas dedicadas a outros sujeitos de pesquisa, como a autora procedeu no estudo dos imigrantes brasileiros na Espanha em Almeida (2015).

Por exemplo, em Almeida (2010), no estudo da Comunidade Quilombola Kalunga, a autora discute o conceito de território visto como um espaço multidimensional, onde se processam relações sociais, políticas e simbólicas que ligam o homem a terra e que acabam construindo a sua identidade cultural. Nessa abordagem, conceitos como identidade e cultura estão entendidos a partir de Geertz (1978), enquanto condição essencial da existência humana e como fundamentais para a construção da identidade territorial.

Em Almeida (2022), a autora aprofunda a discussão sobre território e identidade territorial ao estudar os povos tradicionais do chamado Sertão brasileiro, como os geraizeiros, os vazanteiros e os caatingueiros. Nesse texto, a autora afirma que o que dá significação ao território e, ao mesmo tempo, constrói a territorialidade é justamente o que a autora denomina identidade cultural. Sobre essa questão, o trecho abaixo sintetiza que:

O território é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem a sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural [..]

Este vínculo do homem com o espaço ocupado nos remete à discussão sobre identidade territorial (Almeida, 2022, p. 235).

De modo geral, essa abordagem proposta por Maria Geralda de Almeida do conceito de território lembra a concepção que Haesbaert (2019), identificou como cultural ou simbólico-cultural, a qual prioriza a dimensão simbólica e subjetiva, sendo o território compreendido nessa perspectiva como resultado da apropriação ou valorização simbólica de um determinado grupo em relação ao seu espaço vivido.

Além de Maria Geralda de Almeida, outros (as) pensadores (as) que dão destaque à questão da cultura têm trazido reflexões em torno do conceito de território para pensar o campo. Entre eles, podemos destacar os estudos desenvolvidos por Rosa Maria Vieira Medeiros, autora com ampla produção na geografia agrária, notadamente no estudo de questões referentes à vitivinicultura da Região Sul do Brasil.

De acordo com Medeiros (2015), o território pode ser concebido como um espaço de identidade ou espaço de identificação, tendo o sentimento como sua base. Na concepção da autora, o território pode até mesmo ser imaginário ou sonhado, sendo que a forma espacial não possui tanta relevância, uma vez que pode ser variável.

Adicionalmente, Medeiros (2015), destaca que espaço e território não podem ser considerados separadamente, já que o espaço se faz necessário para demarcar a existência do território, o qual é a condição fundamental para que o espaço se humanize. A centralidade dada pela autora à dimensão cultural pode ser detectada no trecho, no qual afirma que:

“O território, é de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento. O território é, assim como um espaço político, um jogo político, um lugar de poder. Definir seus limites, recortá-lo, é sinônimo de dominação, de controle. O domínio entre pessoas e nações passa pelo exercício do controle do solo.

Não se pode julgar perigoso o território porque ele traz em si esta noção de poder de afirmação identitária. Esta é uma realidade que está inscrita no espaço e no tempo e que lhe dá a garantia de existência. Negar o território é o risco da crise. O território é pois, esta parcela do espaço enraizado numa mesma identidade e que reúne indivíduos com o mesmo sentimento (Medeiros, 2015, p. 215-216).

Nesse sentido, esta acepção de território traz centralidade à dimensão cultural, entendendo o território não apenas como apropriação de um espaço, mas sim indicando que é um espaço cultural de identificação. Assim, conceitos como identidade, cultura e sentimento são fundamentais para compreendermos o conceito.

Além disso, podemos destacar outros pesquisadores e pesquisadoras que vêm se dedicando a estudos agrários com foco no conceito de território, tendo com centralidade à dimensão cultural, como ocorre com integrantes do grupo “Gestar: território, trabalho e cidadania” vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Nesse sentido, diversos pesquisadores do grupo Gestar têm contribuído com a abordagem territorial através do desenvolvimento de estudos que versam sobre povos e comunidades tradicionais a partir da perspectiva da abordagem cultural. Como exemplos de pesquisas que seguem esse caminho teórico, mencionamos a já citada pesquisa de Marques (2015), intitulada “Fronteira Étnica: Tabajara e Comunidades Negras no Processo de Territorialização do Litoral Sul Paraibano”, e o trabalho de Fredrich (2018) “Tramas Territoriais e Tessituras Multidimensionais em Comunidades Quilombolas na Paraíba”.

Além dessas duas produções, diversas pesquisas do Gestar têm se dedicado em estudos sobre povos indígenas e comunidades quilombolas, a partir de enfoques e temáticas variados, como podemos verificar nos trabalhos de Moreira (2009), Santana (2011), Cavalcante (2013), Silvestre (2015), Sousa (2017), Silva (2018) entre outros. Em alguns desses trabalhos o conceito de território assume centralidade como instrumento para compreender as dinâmicas culturais próprias desses grupos.

Ademais, outros centros acadêmicos de reflexão e produção de estudos sobre povos e comunidades tradicionais têm trazido contribuições basilares para os estudos dessa temática sob a perspectiva do território e da cultura. Um grupo pioneiro nesses estudos culturais é o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC), que vem produzindo estudos sobre variados temas na perspectiva da geografia cultural. Sobre esse grupo, relatam Côrrea e Rosendahl:

“Em outubro de 1993 é criado por Zeny Rosendahl e Roberto Lôbato Côrrea um pequeno núcleo que deveria ser o foco de pesquisas sobre as relações espaço e cultura. Trata-se do [...] (NEPEC), sediado no Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde Zeny Rosendahl trabalha. Em outubro de 1995, é criado o periódico *Espaço e Cultura* e, em 1996, é publicado o primeiro volume da coleção de livros *Geografia Cultural*. O periódico já está em seu 25^o volume e foram publicados 15 volumes da referida coleção (Côrrea; Rosendahl, 2012, p. 91-92).

Dessa forma, o NEPEC constitui um importante *locus* de difusão da abordagem cultural em geografia e da própria geografia cultural, notadamente pela publicação dos textos da geografia cultural no periódico *Espaço e Cultura*, que já se encontra em sua quinquagésima edição, e na coleção de livros *Geografia Cultural* que conta, além dos textos de divulgação de pesquisas em âmbito nacional, com traduções³⁸ de obras de autores estrangeiros da geografia cultural, que são basilares para consolidação de referenciais teóricos da geografia cultural.

Além do NEPEC, o Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER), também desempenhou e desempenha um papel fundamental na produção de estudos sobre povos e comunidades tradicionais, incluindo a publicação de 7 livros, até o momento, dedicados a estudos geográficos, destacadamente os relacionados à geografia cultural.

Vale destacar que nesse grupo há notabilidade das contribuições da professora Maria Geralda de Almeida, cuja discussão de território e identidade foi refletida anteriormente, em estudos sobre comunidades quilombolas e de outros povos tradicionais, como os geraizeiros ou cerradeiros em obras como Almeida (2010), na qual a autora realiza um estudo sobre a comunidade quilombola Kalunga e Almeida (2022), no qual a autora traz uma reflexão sobre os povos tradicionais do cerrado e da caatinga, destacadamente os geraizeiros, os catingueiros e os vazanteiros.

Em linhas gerais, o conceito de território tem obtido centralidade na geografia agrária em pesquisas publicadas que se debruçam sobre variados temas, como a análise dos conflitos no campo, estudo das territorialidades construídas por povos indígenas e comunidades quilombolas, pesquisas sobre processos de territorialização e desterritorialização de povos do campo, etc. E,

³⁸ Entre as inúmeras traduções, citamos pesquisas como Sauer (1997), Sauer (2012), Bonnemaïson (2012), Berque (2012), Cosgrove (2012) etc.

nesse quadro, é importante reforçarmos a pluralidade de abordagens teóricas e metodológicas presentes nesses estudos, que possuem, entre outras, bases filosóficas que vão do materialismo histórico (geografia agrária crítica) a correntes como o pós-estruturalismo (base de parte dos estudos da geografia agrária cultural).

Portanto, como evidenciamos ao longo deste subcapítulo, o conceito de território tem um forte entrelaçamento com os estudos em geografia agrária, ainda que em certas fases (geografia teórico-quantitativa e clássica) tenha perdido terreno para outros conceitos mais difundidos e tradicionais, como região e espaço, refletindo, de certo modo, o que ocorreu de modo mais amplo no pensamento geográfico no tratamento desses conceitos, como nos aponta Côrrea (2000).

Notadamente na geografia agrária crítica e na geografia agrária que parte de uma abordagem cultural, o conceito floresceu e passou a ocupar uma posição de centralidade como elemento teórico fundamental para compreender e auxiliar na luta por direitos da diversidade de sujeitos do campo (indígenas, quilombolas, camponeses, faxinalenses, caiçaras, geraizeiros, pescadores tradicionais, caatingueiros, vazanteiros, entre outros). Desse modo, constituindo não apenas um instrumento teórico que reflete e explica a realidade, conforme nos revela a leitura kantiana dos conceitos, mas sim como um conceito que além de explicar, atua também como um transformador da realidade desses sujeitos, como nos lembra a filosofia pós-estruturalista deleuziana.

2 CAPÍTULO II - TERRITÓRIO NAS CIÊNCIAS HUMANAS: CAMINHOS REFLEXIVOS DE UM DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR

Antes de iniciarmos nossa reflexão, ancorando-nos nas produções intelectuais de autores como Edgar Morin, Ivani Fazenda e Marcelo Escolar, em torno das acepções acerca do que compreendemos por interdisciplinaridade, é importante mencionarmos que a deliberação por tratarmos da interdisciplinaridade ao longo de um capítulo de nosso trabalho é justificada pela importância que as ciências humanas delegaram ao conceito de território, algumas, efetivamente, com maior centralidade que outras.

Tendo em vista essa conjuntura que dispõe o conceito de território não apenas circunscrito, no âmbito da discussão científica, ao campo geográfico, compreendemos que buscar nos aproximar dos debates que áreas como antropologia e ciência política têm desenvolvido em torno da abordagem territorial, é um ponto importante no desenvolvimento da pesquisa, uma vez que a geografia e os debates sobre território em sua seara não estão isentos da influência de saberes construídos em outras áreas do conhecimento.

Destacamos que o presente subcapítulo está organizado estruturalmente em três subseções que dialogam sobre a questão do território a partir da ótica interdisciplinar. Isso posto, o primeiro subcapítulo trata acerca da noção de interdisciplinaridade nas ciências humanas e na própria geografia, o subcapítulo seguinte discute as contribuições da ciência política e da sociologia em torno da abordagem do conceito de território e, por fim, o último destaca as corroborações da antropologia em relação à questão do território nos estudos sobre povos e comunidades tradicionais.

2.1 A abordagem interdisciplinar a partir da leitura de autores que versam sobre a temática

De acordo com Haesbaert (2011), há uma redescoberta do território pelas ciências sociais em fins do século XX para, contraditoriamente, falar de seu desaparecimento, como apontam o pensador nipo-estadunidense Francis

Fukuyama com sua tese³⁹ sobre o fim da história e o cientista político francês Bertrand Badie na transformação do mundo territorial em um mundo reticular ou das redes. Apesar disso, R. Haesbaert aponta que o território é um conceito amplamente utilizado na ciência política, no que toca a discussão do Estado, e na antropologia, destacadamente, nas discussões sobre sociedades tradicionais, nas quais os vínculos espaciais são mais intensos.

Por conseguinte, ter uma concepção de diálogo entre as ciências é fundamental em nossa pesquisa e a fundamentamos a partir de trabalhos clássicos que tiveram o objetivo de discutir/analisar os trajetos percorridos pelo conceito de território na geografia. Na pesquisa efetuada por Haesbaert (2019), em uma das categorizações que o autor faz sobre as acepções do conceito de território considerando a produção das ciências sociais, podemos verificar que o autor agrupou as várias noções de território em três vertentes básicas, como segue no excerto abaixo:

- política (referida às relações de espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do estado.
- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no debate entre classes sociais e na relação capital-trabalho... (Haesbaert, 2019, p. 40).

Em adição a essas três correntes, Rogério Haesbaert aponta a existência de uma outra vertente, discutida anteriormente, que é a perspectiva naturalista de território. O que chamamos atenção é justamente que essa

³⁹ Fukuyama (1992) na obra “O fim da história e o último homem” defende a tese de que o sistema político representado pela democracia liberal constitui o ponto mais alto da evolução ideológica humana e a forma final de governo da humanidade, tendo em vista as vitórias que as democracias liberais obtiveram de ideologias rivais como o fascismo e o comunismo. De acordo com F. Fukuyama a democracia liberal estaria livre da irracionalidade e das imperfeições que caracterizaram formas de governo anteriores e que as levaram ao colapso. Dessa forma, essa conjuntura representaria na visão do autor o “fim da história”. No entanto, cabe refletirmos que, possivelmente, essa história não tenha acabado, haja vista os recentes embates entre algumas das chamadas democracias liberais, capitaneadas pelos Estados Unidos, contra novas potências econômicas, científicas e militares em ascensão, como a China.

categorização efetuada pelo autor é feita tomando como referência a produção das ciências sociais como um todo, abordagem que evidencia os olhares delegados por outras ciências ao território.

Adicionalmente, Saquet (2020), em seu estudo sobre as abordagens e concepções do conceito de território, também destaca contribuições advindas de outras ciências sociais, como a economia, a sociologia e a ciência política, em variados contextos históricos e espaciais. Em sua obra Marcos A. Saquet também realiza uma organização das tendências de abordagem do conceito de território, tomando como referências além da geografia, os debates presentes na filosofia e na sociologia.

Nesse quadro, Saquet (2020) detectou a presença de quatro tendências de abordagem do conceito de território. Uma primeira marcadamente econômica, centrada no materialismo histórico e na dialética, uma segunda enfocada na dimensão geopolítica do território, uma terceira baseada nas dinâmicas política e cultural, simbólica e identitária, que tratava das representações sociais lastreada na fenomenologia e, por fim, uma que ganhou força nos anos 1990, voltada às discussões sobre sustentabilidade ambiental e desenvolvimento local.

Por conseguinte, a discussão do conceito de território na geografia precisa considerar as contribuições das ciências sociais de modo mais amplo e, diante dessa constatação, a abordagem interdisciplinar desponta como um caminho que pode auxiliar na reconstrução dessa trajetória do conceito que não está circunscrita apenas ao campo geográfico.

Isso posto, vale destacarmos uma sintética reflexão acerca do que constitui a interdisciplinaridade e sobre o contexto intelectual que deu origem ao seu nascimento. Nesse sentido, Fazenda (1994), se debruça sobre esta temática e destaca que a discussão acerca da interdisciplinaridade surge na Europa, em países como França e Itália, em meados da década de 1960 num contexto de emergência de movimentos estudantis, reivindicando um novo estatuto de universidade e de escola.

Adicionalmente, Fazenda (1994), assevera que o contexto de crise mais amplo que se instalou no pensamento científico na década de 1970, no qual havia um entendimento de que a ciência fragmentada levaria à falência do conhecimento, afastou o conhecimento produzido da categoria totalidade. Essa

categoria é importante na perspectiva interdisciplinar, pois é retomada por Georges Gusdorf, um dos mais destacados precursores do movimento interdisciplinar, como categoria de reflexão num projeto de pesquisa interdisciplinar voltado às ciências humanas apresentado à Unesco em 1961.

Além desse projeto, Fazenda (1994), aponta a realização de um Colóquio em 1967, em Louvain, que teve o objetivo de refletir sobre o estatuto epistemológico da teologia a partir de uma problemática que incluía as pesquisas sobre as relações igreja/mundo. Como produto dessa reflexão foram indicados desafios e caminhos para a interdisciplinaridade e, desse mesmo colóquio, participaram os futuros teóricos da interdisciplinaridade — Houtart, Tödt, Ladrière e Palmade — os quais se encarregaram de definir o sentido da reflexão, os métodos e o meios para execução desse projeto.

Um terceiro elemento apontado por Fazenda (1994), que contribuiu para o contexto de gestação do movimento interdisciplinar, foi a organização de uma nova forma de conceber a universidade, em que as barreiras entre as disciplinas deveriam ser mitigadas e as pesquisas coletivas e atividades de inovação deveriam ser estimuladas. Essa proposta de reforma no nível universitário partiu, sob patrocínio da OCDE, de um documento formulado por um grupo de experts — Guy Berger, Leo Apostel, Asa Brigs, Guy Michaud — que tinha o intuito de contemplar os principais problemas que afetavam o ensino e a pesquisa nas universidades.

Acerca dessa nova forma de conceber o ensino e a pesquisa nas universidades e conceituando a interdisciplinaridade nesse contexto, resume Fazenda (1994):

Do ensino universitário deveria se exigir uma atitude interdisciplinar que se caracterizaria pelo respeito ao ensino organizado por disciplinas e por uma revisão das relações existentes entre as disciplinas e entre os problemas da sociedade.

A interdisciplinaridade não seria apenas uma panacéia para assegurar a evolução das universidades, mas, um ponto de vista capaz de exercer uma reflexão aprofundada, crítica e salutar sobre o funcionamento da instituição universitária, permitindo a consolidação da autocrítica, o desenvolvimento da pesquisa e da inovação (Fazenda, 1994, p. 21-22).

Dessa forma, essa nova concepção do ensino superior trilharia não um caminho de extinguir as especificidades disciplinares construídas histórica e

culturalmente, mas sim de estabelecer maiores diálogos entre as áreas do conhecimento e entre os problemas impostos na sociedade.

Destarte, assevera Fazenda (1994), que esses elementos apontados anteriormente, nova concepção de ensino e pesquisa nas universidades, colóquio realizado em Louvain do qual participaram os futuros teóricos da interdisciplinaridade e crise no paradigma fragmentário da ciência, impulsionaram uma busca de explicitação filosófica para o movimento interdisciplinar nos anos 1970.

Todavia, mesmo com essas possibilidades de maior integração entre os saberes, Ivani Fazenda nos alerta, com base em reflexões do teórico Guy Palmade, sobre a necessidade de explicitação conceitual, pois com essa clareza teórica os desafios no desenvolvimento do trabalho interdisciplinar podem ser clarificados. O risco que se corre com a não abordagem crítica, não levando em conta essas problematizações sobre a interdisciplinaridade, é justamente o risco de se cair em modismos vazios e passageiros que são frutos de dicotomias surgidas nos anos 1970, como aponta a autora.

Além das discussões iniciadas na década de 1970 que apontamos anteriormente e que buscavam uma explicitação filosófica para a interdisciplinaridade, Fazenda (1994) destaca a década de 1980 como um momento importante na busca de epistemologias que explanassem o teórico e o abstrato através da prática e da realidade.

Como resultado concreto dessas investidas epistemológicas, Fazenda (1994), destaca o documento Interdisciplinaridade e ciências humanas (1983) elaborado por pensadores como Gusdorf, Apostel, Bottomore, Druifrenne, Mommsen, Morin, Palmarini, Smirnov e Ui. É um documento que, segundo a autora supracitada, aborda as intersecções e corroborações entre as ciências humanas, discute as influências históricas e filosóficas de umas sobre as outras, evidencia algumas relações que existem entre as ciências humanas e naturais além de apresentar conclusões relevantes, tanto sobre o alcance, quanto em relação à natureza da interdisciplinaridade.

Resumidamente, os principais resultados das reflexões efetuadas por esse grupo de autores entendem que a interdisciplinaridade é uma categoria de ação e não de conhecimento, é uma síntese imaginativa e audaz e não apenas uma simples síntese, ela nos conduz ao exercício do conhecimento que é o

questionar e o perguntar, ela se desenvolve a partir do desenvolvimento das próprias disciplinas e pode ser entendida como um tecido, o qual não deixa ocorrer a separação de seus elementos, mas é ao mesmo tempo bem articulada e flexível. Ademais, entre a interdisciplinaridade e as disciplinas há uma diferença de categoria. (Fazenda, 1994)

Após essa discussão sobre o contexto de nascimento da perspectiva interdisciplinar, é essencial refletirmos sobre as discussões efetuadas no plano filosófico e epistemológico por Edgar Morin⁴⁰ que fundamentam a defesa da interdisciplinaridade como novo paradigma da produção científica. Nesse sentido, Edgar Morin é um filósofo que, para fazer uma defesa em direção a um saber interdisciplinar, parte de uma severa crítica à chamada hiperespecialização do conhecimento, que impede de ver o global (fatiado em parcelas) e o essencial (diluído na hiperespecialização).

Em contestação a essa visão parcelar da realidade, Morin (2001), assevera que os problemas particulares não podem ser pensados e posicionados fora de seu contexto. Além disso, destaca que:

Efetivamente, a inteligência que só sabe separar fragmenta o complexo do mundo em pedaços separados, fraciona os problemas, unidimensionaliza o multidimensional. Atrofia as possibilidades de compreensão e de reflexão, eliminando assim as oportunidades de um julgamento corretivo ou de uma visão a longo prazo. Sua insuficiência para tratar nossos problemas mais graves constitui um dos mais graves problemas que enfrentamos. De modo que, quanto mais os problemas se tornam multidimensionais, maior a incapacidade de pensar a sua multidimensionalidade; quanto mais a crise progride, mais progride a incapacidade de pensar a crise; quanto mais planetários tornam-se os problemas, mais impensáveis eles se tornam (Morin, 2001, p. 14-15).

Nessa crítica, Edgar Morin nos chama atenção para as consequências de uma característica fundamental da ciência contemporânea: a fragmentação do conhecimento. Na visão de Morin (2001), essa fragmentação não trouxe apenas o desenvolvimento disciplinar das ciências com suas vantagens de divisão do trabalho, como também os inconvenientes da superespecialização, confinamento e despedaçamento do saber.

⁴⁰ Vale destacar que existem outras discussões que ancoram o debate interdisciplinar no âmbito filosófico, a escolha de fazermos a discussão partindo de Edgar Morin se relaciona com nossa perspectiva teórico-metodológica de abordagem da interdisciplinaridade.

Essa fragmentação, que hoje impera na ciência, é fruto de um paradigma originalmente refletido e consolidado filosoficamente por René Descartes⁴¹, como atesta Morin (2005, p. 77) ao mencionar que: “Descartes separou de um lado o campo do sujeito, reservado à filosofia, à meditação interior, de outro lado o campo do objeto em sua extensão, campo do conhecimento científico, da mensuração e da precisão.”.

Ao aprofundar essa análise, Morin (2001), admite que as raízes do chamado paradigma disjuntivo, que é a base filosófica da hiperespecialização verificada atualmente, nascem a partir dos segundo e terceiro princípios do Discurso sobre o Método de René Descartes, como aponta o excerto abaixo:

“Divisar cada uma das dificuldades, que examinarei em tantas parcelas quanto seja possível e requerido para melhor resolvê-las...”
 “Conduzir meus pensamentos por ordem, começando pelos assuntos mais simples e mais fáceis de conhecer, para atingir, pouco a pouco, como que degrau por degrau, o conhecimento dos assuntos mais complexos.” (Descartes *apud* Morin, 2001, p.87).

Nesse quadro, Morin (2005), atesta que esse paradigma, que ele chama de simplificador ou de simplificação, baseado em dois tipos de operações lógicas (disjunção e redução), domina nossa cultura atualmente e foi responsável por separar, de modo cada vez mais intenso, a ciência da filosofia, além de apartar a cultura dita humanista, composta pela literatura, pelas artes e pela poesia, da cultura científica, que ficou impedida de refletir e pensar sobre si própria.

Nesse sentido, esse paradigma⁴², além de possibilitar a drástica diminuição das comunicações entre o conhecimento científico e a reflexão

⁴¹ Acerca de René Descartes, cabe um breve comentário sobre sua obra em virtude da importância que ela possui para constituição do pensamento ocidental e de sua ciência. René Descartes integra o quadro, ao lado de Gogttfried W. Leibniz, Baruch Spinoza e Immanuel Kant, dos quatro grandes representantes do racionalismo moderno europeu. Descartes, assim como outros filósofos, sejam racionalistas sejam empiristas, possuía o objetivo de reformar o saber humano e, para isso, inicialmente seria necessário alcançar as chamadas primeiras verdades, as quais são evidentes por si só, e, a partir disso, ampliar o conhecimento através da dedução de outras verdades. De modo geral, um elemento fundamental do pensamento de René Descartes é a influência do pensamento racional rigoroso vindo da matemática, cristalizado pelo chamado método axiomático, que é um método que pressupõe tomar-se determinados conhecimentos enquanto verdadeiros sem necessidade de comprovação e, a partir deles, obter verdade derivadas. (Dutra, 2010)

⁴² Em virtude da recorrência da utilização desse termo, cabe um detalhamento em torno de sua significação. Morin (2000) compreende que os paradigmas podem ser definidos a partir de dois elementos centrais, um primeiro relacionado à seleção dos conceitos-mestres da inteligibilidade (ordem nas concepções deterministas, matéria nas materialistas, espírito nas espiritualistas,

filosófica, privou a ciência de quaisquer possibilidades de que ela pudesse conhecer a si mesma e de se conceber cientificamente. Além disso, o paradigma simplificador isolou fortemente as três grandes áreas do conhecimento científico: ciências do homem, biologia e física. (Morin, 2005)

Como contraponto a esse paradigma disjuntivo, em sua obra *Introdução ao pensamento complexo*, E. Morin aponta alguns caminhos, mas sem trazer respostas simplistas, como é caso do princípio da conjunção complexa, que é entendido não como algo pronto, acabado, mas como produto de uma tarefa cultural, histórica, profunda e múltipla.

Nessa perspectiva de encontrar percursos que possibilitem a superação desse paradigma simplificador, Morin (2001), destaca que é fundamental mudanças mais amplas, entre as quais executarmos uma reforma do pensamento, a qual construa uma forma de pensar distinta da perspectiva disjuntiva, como aponta o trecho subsequente:

Há, efetivamente, necessidade de um pensamento:
 — que compreenda que o conhecimento das partes depende do conhecimento do todo e que o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes;
 — que reconheça e examine os fenômenos multidimensionalmente, em vez de isolar, de maneira mutiladora, cada uma de suas dimensões;
 — que reconheça e trate as realidades, que são, concomitantemente solidárias e conflituosas (como a própria democracia, sistema que se alimenta de antagonismos e ao mesmo tempo os regula);
 — que respeite a diferença, enquanto reconhece a unicidade (Morin, 2001, p. 88-89).

Por conseguinte, essa reforma do pensamento⁴³ abarca diversas dimensões que vão de encontro com postulados da visão cartesiana de mundo,

estrutura nas estruturalistas etc.) e um segundo ligado à delimitação das operações lógicas-mestres, por exemplo é o paradigma que privilegia determinadas operações lógicas em detrimento de outras, como a disjunção ao invés da conjunção. Em linhas gerais, sobre os paradigmas discorre Morin (2000, p. 25): “o paradigma efetua a seleção e a determinação da conceptualização e das operações lógicas. Designa as categorias fundamentais da inteligibilidade e opera o controle de seu emprego. Por conseguinte, os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo paradigmas inscritos culturalmente neles.” Além de Morin, outros estudiosos da teoria do conhecimento têm concepções próprias de paradigma, como Kuhn (2013) que entende paradigmas como teorias que, para serem aceitas enquanto tal, necessitam serem vistas como melhores que teorias competidoras, todavia não precisam elucidar todos os fatos com os quais podem ser confrontados.

⁴³ Em Morin (2000), o autor apresenta uma outra justificativa para o que ele considera como a necessária reforma do pensamento, que se vincula justamente à crítica à tecnociência, fruto da racionalização, esta entendida como uma forma de racionalidade que não se mantém vigilante em relação à sua autocrítica, que constrói um mito em torno da razão enquanto instância todo-

que hoje é predominante na ciência. O primeiro ponto postula a interdependência cognoscitiva entre o todo e as partes, situação bem distinta da perspectiva defendida pelo paradigma simplificador, que entende que o conhecimento das partes leva ao conhecimento do todo. O segundo ponto, de certa forma, reforça esse entendimento, defendendo a ideia da multidimensionalidade no estudo dos fenômenos, multidimensionalidade essa que, em nossa visão, considere as dimensões cultural, política, econômica, natural e social das distintas realidades.

Adicionalmente, em Morin (2001), pensando essa questão da reforma do pensamento na perspectiva da educação e do ensino, o autor discute a interdisciplinaridade como um caminho para construção de um saber multidimensional, plural, que esteja preparado para responder às questões complexas planetárias, que não podem ser respondidas através de saberes fragmentados.

Essa fragmentação é vista por Morin (2001), como consequência da priorização que nossa civilização e, logo, nosso ensino deu à separação ao invés da ligação e à análise em detrimento da síntese. De acordo com o autor, como nossa forma de produção de conhecimento separa os objetos entre si, isola-os de seu contexto natural e do conjunto do qual fazem parte, é uma necessidade cognitiva inserir o conhecimento particular em seu contexto e localizá-lo em seu conjunto.

Essa perspectiva, de entender os objetos do conhecimento em forma conjunta e não fragmentada, é essencial para o desenvolvimento do que Edgar Morin denomina “cabeça bem-feita”, que corresponde a uma mente apta a organizar os conhecimentos e não apenas os acumular de maneira enciclopédica. Nesse quadro, E. Morin aponta que o desenvolvimento de ciências transdisciplinares, ao longo do século XX, pode auxiliar na construção dessa cabeça bem-feita, uma vez que são ciências que possuem como objeto

poderosa que nos levará, inevitavelmente, ao progresso. De acordo com o autor, a tecnociência possui contradições fundamentais, ela possibilitou a interligação entre os diversos pontos do Planeta, desenvolveu instrumentos de ligação que ligaram os continentes e construiu as bases para a produção agrícola em larga escala capaz de abastecer a humanidade. No entanto, essa mesma tecnociência criou as piores condições para morte e destruição, que se materializam em invenções como a bomba atômica, que tem capacidade para destruir o Planeta inteiro, além das ameaças ambientais e ecológicas, frutos dos dejetos da nossa produção urbano-industrial.

não uma parcela da realidade, mas um sistema complexo que formula um todo organizador. (Morin, 2001)

Nesse contexto, são apontadas como áreas do conhecimento transdisciplinares, além das mais antigas como a geografia, que é considerada multidimensional e complexa por princípio, a ecologia, a qual conheceu progresso expressivo a partir da década de 1960 com a disseminação da noção de sistemas⁴⁴ por Ludwing von Bertalanffy, as ciências da terra, que tiveram avanços notáveis a partir da descoberta da tectônica de placas e a cosmologia, que ressurgiu a partir de descobertas sobre o processo de dispersão das galáxias efetuadas através das imagens do Telescópio Espacial Hubble. (Morin, 2001)

Após essa exposição que E. Morin efetua em relação aos avanços das áreas transdisciplinares, o autor aponta algumas questões fundamentais acerca do conceito de disciplinas e de interdisciplinaridade ou inter-poli-transdisciplinaridade. De acordo com o autor, a disciplina pode ser definida como uma categoria organizadora no conjunto do conhecimento científico, ela implementa a divisão e a especialização do trabalho e responde à variedade dos campos que as ciências abarcam. (Morin, 2001)

Acerca da origem histórica das disciplinas e de suas formas de organização, o trecho abaixo desta que:

A organização disciplinar foi instituída no século XIX, notadamente com a formação das universidades modernas; desenvolveu-se depois, no século XX, com o impulso dado à pesquisa científica; isto significa que as disciplinas têm uma história: nascimento, institucionalização, evolução, esgotamento, etc.; essa história está inscrita na da Universidade, que, por sua vez, está inscrita na história da sociedade; daí resulta que as disciplinas nascem da sociologia das ciências e da sociologia do conhecimento. Portanto, a disciplina nasce não apenas de um conhecimento e de uma reflexão interna sobre si mesma, mas também de um conhecimento externo. Não basta, pois, estar por dentro de uma disciplina para conhecer todos os problemas aferentes a ela (Morin, 2001, p. 105).

⁴⁴ De acordo com Claval (2014a), Ludwing von Bertalanffy (1901-1972) foi o responsável por conceber a análise de sistemas para interpretar os fenômenos naturais. Ademais, acrescenta que essa perspectiva foi rapidamente disseminada aos sistemas sociais e aos que incidem sobre a natureza e os grupos humanos, estes com especial interesse por parte dos geógrafos. Morin (2005) partilha da compreensão de que a teoria dos sistemas de von Bertalanffy, surgida através de interpretações da biologia, disseminou-se rapidamente em várias direções, trazendo em si um princípio de complexidade.

Nesse quadro, Morin reconhece que há aspectos positivos advindos com a organização disciplinar do conhecimento, como o fato de que foi ela que tornou o conhecimento tangível. Entretanto, detecta resultados negativos, como o isolamento disciplinar, ocasionado pela instituição das fronteiras entre as áreas do conhecimento, pelas linguagens próprias dos campos do saber e pelos conceitos desenvolvidos em cada área.

De modo geral, Morin (2001), faz críticas a essa perspectiva disciplinar de produção do conhecimento e defende uma abordagem transdisciplinar ou interdisciplinar, que considere o olhar aberto e extra disciplinar, que rompa com as chamadas fronteiras disciplinares, como ocorreu com o desenvolvimento da “revolução biológica” de 1950 e que originou a biologia molecular por meio de permutas de ciências como física, química e biologia. Ademais, reflete que objetos e projetos inter-poli-transdisciplinares atuam nessa abordagem, uma vez que mantêm a vitalidade ao recusarem o fechamento disciplinar.

No pensamento de Edgar Morin, essa abordagem transdisciplinar ou interdisciplinar é essencial para a construção do que ele defende em seu livro *Os sete saberes necessários à educação do futuro* e define como inteligência geral. Nesse sentido, Morin (2000), entende que o desenvolvimento de uma inteligência geral, através de conhecimentos contextualizados, multidimensionais, complexos e globais permite o desenvolvimento de competências particulares ou especializadas de modo mais eficiente.

Além do mais, segundo Morin (2000), à medida que aumentamos a inteligência geral, maior é o desenvolvimento da faculdade de tratar os problemas específicos. Também assevera que no tratamento de dados particulares, a inteligência geral tem um papel fundamental, uma vez que ela opera e organiza a mobilização de conhecimentos de conjunto.

Nesse processo de uso total da inteligência geral construído pela educação, o autor aponta o cultivo da curiosidade, faculdade bastante pronunciada durante a infância e que, majoritariamente, é cerceada pela instrução. Em síntese, Morin (2000), nos alerta que a educação tem um papel basilar na construção dessa inteligência geral através da formulação e resolução de problemas essenciais, que são, cada vez mais, esquecidos pelas disciplinas que levam a especialização até às últimas consequências. É dessa

constatação que concordamos com E. Morin que a interdisciplinaridade pode ser um caminho que auxilia na construção dessa inteligência geral.

Destarte, consideramos que uma das principais contribuições de Morin, que parte da teoria da complexidade, é nos chamar atenção para pensar os objetos científicos e, dentro dessa perspectiva o objeto dessa pesquisa — as abordagens do conceito de território — não com um olhar parcelar, fatiado, fragmentado, mas sim a partir de um ponto de vista contextual, global, multidimensional e interdisciplinar, que propicie a visualização das interações e retroações de outras áreas do saber com o que vem sendo pensado na geografia em torno da abordagem territorial.

Na ciência geográfica, cabe realizarmos também uma reflexão sobre como os geógrafos têm pensado essa perspectiva interdisciplinar na construção das pesquisas em geografia. É um debate que não apresenta consenso quanto às opiniões, que ora se posicionam a favor de uma visão mais interdisciplinar, ora se voltam à necessidade de consolidação dos aspectos teóricos e conceituais próprios da geografia.

De início, vale ressaltarmos que os contatos interdisciplinaridades da geografia com outras áreas do conhecimento não são exatamente uma novidade, como atesta Claval (2014a), ao destacar a crítica efetuada por pensadores de outras disciplinas à geografia clássica por ter um caráter caleidoscópico, no qual era fácil nos perdermos em decorrência de avanços mais velozes de áreas muito especializadas como geomorfologia e climatologia em comparação com as chamadas abordagens sintéticas.

Conforme Moreira (2022), uma das grandes críticas à produção geográfica veio da sociologia francesa, através de nomes como Émile Durkheim, F. Simiand, M. Mauss e M. Halbwachs, e se deu em torno do seu campo de atribuição acadêmica. Relata Ruy Moreira que Émile Durkheim elaborou pesadas críticas⁴⁵ aos dois volumes da obra de F. Ratzel “Antropogeografia”, questionando aspectos centrais como a sua validade

⁴⁵ A fim de maior detalhamento sobre esse embate da geografia com a sociologia francesa, Moreira (2022) destaca que coube a Lucien Febvre, um historiador, sair em defesa da geografia frente aos ataques dos sociólogos através da publicação da obra *A terra e a evolução humana: introdução geográfica à história*. Todavia, é necessário ressaltar que a defesa feita por Lucien Febvre ao mesmo tempo que defendia os geógrafos e a geografia vidaliana dentro da França, corroborava também com as críticas dos sociólogos ao pensamento antropogeográfico de Ratzel.

científica e pertinência enquanto campo acadêmico. Além de contrapor o discurso antropogeográfico ao da morfologia social e inferir críticas também à geografia francesa baseada no pensamento de Vidal de la Blache.

Essa conjuntura revela as tensões que existiram desde os primórdios da geografia moderna em torno de questões centrais, como o desenvolvimento de um corpo teórico e metodológico próprio da geografia, que a possibilitasse alcançar o *status* e o reconhecimento que outras ciências sociais estavam obtendo no início do século XX.

Sobre essa questão do arcabouço teórico da geografia, um dos autores que adverte a necessidade desse campo do saber possuir um corpo teórico próprio é Marcelo Escolar. De acordo com Escolar (1996), essa concepção parte da constatação de que a geografia não possui ainda uma consistência, entendida como a relação entre os pressupostos epistemológicos ou ontológicos e as teorias substantivas. Sobre essa questão, o excerto abaixo esclarece:

Quero dizer com isso que a Geografia, como disciplina e como saber, tem existência própria, mas que, não contando geógrafos com discursos teóricos explícitos desenvolvidos em e para suas práticas, por meio de certas perguntas que problematizam a realidade em um ou outro sentido, a forma em que os processos de investigação encontram fundamento em padrões teóricos se dá através da produção de certos “temas” geográficos, em teorias sociais alheias à disciplina (Escolar, 1996, p. 13).

Nessa perspectiva, entendemos que a reflexão crítica efetuada por Escolar (1996), volta-se para uma questão fundamental e que, muitas vezes, não tem centralidade no discurso geográfico: os aportes teóricos e conceituais da disciplina. Nesse contexto, Marcelo Escolar destaca que a geografia como uma disciplina e como um saber possui existência própria, mas o problema reside justamente no fato dessa ciência não possuir construções teóricas explícitas, construídas na sua prática e para sua prática, sendo necessário recorrer a teorias sociais de outras ciências sociais para estudar os temas que são objeto da geografia.

Sobre os padrões teóricos externos que vem influenciando o pensamento geográfico, Marcelo Escolar não os considera, em termo de juízo de valor, como algo negativo, muito pelo contrário, mas entende que estudar a

realidade de forma coerente enquanto disciplina não é possível sem um arcabouço teórico próprio da geografia. Acerca dessa questão, o excerto abaixo detalha as nuances dessa problematização:

Não é que considere negativa a introdução de padrões teóricos cuja origem seja externa à “Geografia”; creio, rigorosamente, que os temas e as problemáticas concretas reais que estes tentam expressar também se realizam em discursos teóricos. É por isso que uma Geografia que não conceitualiza suas noções, teorizando seus problemas, não pode abordar a realidade de forma coerente (como disciplina) ainda que, sem dúvida, certos geógrafos possam fazê-lo de forma pessoal. O que ocorre é que isso tem mais a ver com a autoimagem da comunidade e com interesses corporativos, que com a validade social e a consistência epistemológica dos produtos efetivos do discurso (Escolar, 1996, p. 36).

A partir do exposto no trecho acima, Marcelo Escolar traça um cenário bastante complicado para a geografia enquanto campo disciplinar, envolvendo suas práticas crítico-acadêmicas e de docência e a relação desses elementos com seus respectivos aportes teóricos. Assim, surge a questão de como pode uma disciplina estudar temas da geografia partindo de referenciais teóricos e de discursos que não são propriamente geográficos?

Esse é um problema registrado desde o nascimento da ciência geográfica e, como ressaltado anteriormente, foi razão de contestação de outras ciências sociais à validade da geografia enquanto ciência. Sobre essa questão, Escolar (1996), apresenta um exemplo que ilustra claramente a falta de arcabouço teórico que, muitas vezes, o pensamento geográfico padecia ao apontar que no embate entre a sociologia liderada por Émile Durkheim e a geografia clássica, os sociólogos fizeram duras críticas à antropogeografia ratzeliana, mas sequer contestaram os fundamentos teóricos da escola regional francesa de geografia, porque não existiam.

Dessa forma, ao refletir sobre essas questões vinculadas ao embasamento teórico do discurso geográfico, Escolar (1996), alerta que essa conjuntura só pode ser ultrapassada através de uma reflexão acerca da própria história da geografia, na compreensão das implicações ideológicas de suas práticas e de suas mais elementares noções.

Essa é uma tarefa que o autor percorre no livro “Crítica do discurso geográfico”, que integra um amplo debate sobre a historiografia da geografia, mas que de modo mais direto nos alerta para pensarmos a necessidade de

construção de um discurso geográfico com um embasamento teórico desenvolvido a partir das práticas da disciplina e para o estudo de suas práticas.

Sem embargo, como mencionamos anteriormente, o debate sobre a interdisciplinaridade na geografia é tensionado por opiniões que nem sempre estão no mesmo espectro. Santos (2021), destaca que a geografia é uma ciência que padece, de modo mais intenso que outras disciplinas, da interdisciplinaridade pouco profunda em razão da natureza diversa e plural dos fenômenos que estuda e da própria formação universitária dos geógrafos.

Além disso, Santos (2021), considera que a interdisciplinaridade proporciona algumas vantagens, entre elas, a de contribuir na evolução conceitual de outras disciplinas por meio do que ele denomina “transgressão” do campo de atuação de uma ciência por especialistas de outras áreas. Como exemplo dessa ideia, comenta que o historiador Marc Bloch escreveu que as obras de Émile Durkheim e Vidal de La Blache deixaram contribuições maiores para os estudos históricos do início do século XX que quaisquer outros historiadores.

Ao refletir sobre a história da interdisciplinaridade na geografia, Santos (2021), assevera que desde a época de Karl Ritter a interdisciplinaridade constituiu uma busca, mas que não chegou a se efetivar concretamente. Um dos motivos apontados para isso foi a confusão entre interdisciplinaridade e multidisciplinaridade. Segundo o autor, a interdisciplinaridade é constituída pela imbricação de diversas disciplinas em torno de um mesmo objetivo de estudo, enquanto a multidisciplinaridade seria o estudo de um fenômeno com a colaboração multilateral de diversas áreas, mas sem a necessidade de integração entre elas.

Na geografia, podemos conceber três fases da interdisciplinaridade ao longo de sua história, uma primeira que entendia a história e a geografia como irmãs siamesas, posição amplamente fundamentada pelo filósofo Immanuel Kant, que entendia que a história era a ciência que descrevia os acontecimentos ao longo do tempo, enquanto a geografia descreveria esse mesmo objeto de acordo com o espaço. (Santos, 2021)

De acordo com Santos (2021), essa visão, apesar de permanecer atualmente, foi fortemente contestada a partir da teoria da relatividade de Albert

Einstein, que torna as categorias de tempo e espaço como inseparáveis. Ademais, M. Santos aponta que essa afirmação alimenta um grave problema de método, porque, em sua ótica, a geografia deveria se ocupar de entender como o tempo se torna espaço e de como os tempos passado e presente atuam no funcionamento do espaço atual.

Uma segunda etapa da interdisciplinaridade integra uma discussão que já realizamos anteriormente ao apontarmos os embates da geografia com a sociologia francesa, como bem evidenciaram Moreira (2022) e Escolar (1996). Acerca dessa questão, Santos (2021), realiza uma análise crítica da posição adotada por Vidal de La Blache de rechaçar a integração da geografia na classificação básica de ciências sociais proposta por Émile Durkheim, na qual a geografia seria pensada como uma “morfologia social” que trataria das modalidades de transformação da sociedade em espaço.

De acordo com Santos (2021), essa recusa trouxe como resultado duas consequências gerais. A primeira delas foi o empobrecimento da geografia em decorrência do isolamento em relação às discussões das outras ciências, notadamente a sociologia. A segunda foi a perda da primazia no estudo de aspectos que antes a geografia se preocupava e que, com as disputas disciplinares, esses aspectos passaram a ser estudados por ciências paralelas, situação que se mantém na atualidade.

A terceira fase da interdisciplinaridade observada na história da geografia integra um contexto de mudanças históricas, como o pós-segunda guerra, os quais ampliaram tanto o campo das ciências sociais quanto o das técnicas. Nesse período, com o avanço do progresso científico e econômico ocorre o surgimento de novas realidades que exigem o aparecimento de explicações que são efetuadas por novas disciplinas. Essa conjuntura marca a morte da antiga interdisciplinaridade e o aparecimento de uma nova, na qual se recusam as explicações parciais, que antes eram úteis, mas que agora não conseguem mais dar conta da realidade. (Santos, 2021)

Nesta terceira fase da interdisciplinaridade, a variedade de ciências ditas afins da geografia se amplia, como relata o excerto abaixo:

Em realidade a lista de ciências chamadas afins da geografia que se escrevia acompanhada de nomes como história, sociologia, economia (se nos limitamos à geografia humana) tornou-se muito mais longa

porque devemos acrescentar-lhe outros domínios do saber como a tecnologia (ciência das forças produtivas), a ciência política, o urbanismo, a técnica gerencial, a semiologia, a epistemologia, os negócios internacionais, a história das ciências, a ciência das ciências, chamada cienciologia, e mesmo a lógica e a dialética (Santos, 2021, p. 137).

Dito isso, a partir dessa trajetória relatada por Milton Santos em relação à presença da interdisciplinaridade na geografia, é importante concebê-la como uma abordagem importante frente à realidade que o saber científico se propõe a explicar. Ademais, vale destacar que Milton Santos nos alerta que uma interdisciplinaridade que não leve em conta a multiplicidade de aspectos que uma mesma realidade apresenta pode nos encaminhar para a construção de uma totalidade cega e confusa.

Portanto, no caso da geografia, para evitar esse problema Santos (2021), aponta que é essencial ter clareza do objeto de pesquisa dessa ciência e de suas categorias fundamentais. De certo modo, essa ideia dialoga com a defesa feita por Escolar (1996), que advoga a necessidade de um arcabouço teórico próprio para a ciência geográfica. Nesse sentido, entendemos que a abordagem interdisciplinar, conservando-se as especificidades teóricas da geografia, pode contribuir para entendermos o real, que não está simplesmente fatiado em partes, e que, desse modo, necessita de uma visão de conjunto para compreendê-lo.

2.2 O conceito de território em uma perspectiva interdisciplinar: as contribuições da ciência política e da sociologia

Diversas ciências sociais têm discutido, em diferentes graus de importância, o conceito de território e as abordagens em que esse conceito é utilizado para controlar/organizar o espaço. Dentro desse conjunto de disciplinas, além da própria geografia, ciências como a sociologia, a antropologia e a ciência política têm dado destaque, em alguns de seus estudos, aos aspectos relacionados ao território.

Na ciência política, a preocupação com a questão territorial, como apontamos anteriormente, esteve presente, de acordo com estudos efetuados por Gottmann (2012), desde antes do século XV em textos de língua europeia

que se dedicavam a definir a jurisdição e até mesmo a órbita econômica de cidades livres, feudos e reinos.

Dentro desse contexto do pensamento acerca do território sob o prisma da ciência política, pensamos que iniciar esse debate com a obra clássica do autor italiano Nicolau Maquiavel é essencial, pois como aponta Saquet (2020), a difusão de suas ideias no século XVI influenciou as teorias de repartição política dos lugares e o próprio nascimento dos estados nacionais, marcando uma nova etapa no imaginário europeu em torno de aspectos como desenvolvimento, identidade nacional e cooperação internacional.

Segundo Saquet (2020), Nicolau Maquiavel em sua obra mais conhecida, O príncipe, realiza uma detalhada descrição das formas, da constituição, da conquista e dos governos dos chamados principados. A obra de Nicolau Maquiavel, conforme análise de M. Saquet, tem como grandes contribuições o rompimento com uma tradição que até o renascimento estava consolidada no pensamento europeu, a qual fazia a correlação do poder com a força e a vontade divina e a compreensão das relações de poder enquanto construções sociais efetivadas na vida quotidiana.

Ademais, o território aparece com importância na obra de Nicolau Maquiavel, como relata o excerto abaixo:

Machiavelli [...], ao narrar, evidencia o poder como relações de dominação; como ocupação, apropriação e administração de áreas, tributos, costumes, leis, línguas. Em sua descrição, estão presentes elementos que me fazem pensar num entendimento múltiplo de sociedade, elencando componentes que dizem respeito tanto à ciranda mercantil, em expansão na época, como à reprodução da dominação política e cultural. A autoridade (o príncipe) deve se fazer chefe dos fracos e enfraquecer os poderosos num determinado território (área com montes, vales, planícies, rios, pântanos, habitantes etc.), com ou sem uso da força (guerra). Para Machiavelli, o território é uma área controlada e fortificada que deve ser defendida e mantida sob domínio. O poder é exercido na apropriação e na dominação (Saquet, 2020, p. 28-29).

A partir do exposto, o território é pensado enquanto área com seus respectivos recursos naturais, que Santos (2019), denomina de sistemas naturais. Essa área teria como caractere central, que a transformaria em território, o seu caráter controlado, dominado e apropriado por um determinado

poder, que à época era representado⁴⁶ segundo Machiavelli (2019) por principados e repúblicas, tanto em épocas anteriores, quanto no período contemporâneo ao supracitado autor.

Ao longo da obra “O príncipe”, Machiavelli (2019), menciona em diversos trechos o conceito de território, sendo que há sempre uma compreensão dele enquanto uma área dominada por uma determinada organização política (principado ou república). Adicionalmente, o termo também é usado para se referir a áreas que porventura sejam conquistadas por reinos ou principados, e, dentro desse contexto, Nicoló Machiavelli destaca algumas estratégias que podem ser usadas para manter o controle desses territórios conquistados.

Dentro desse contexto, Machiavelli (2019), menciona como estratégias para manutenção dos novos territórios conquistados, considerando logicamente os contextos específicos de cada caso, a extinção da linhagem dos antigos príncipes, a não alteração das leis e costumes do local conquistado e a colonização de regiões-chaves com integrantes da nação conquistadora para evitar gastos excessivos com a ocupação por parte de exércitos nos novos territórios, ao mesmo tempo, em que há uma despossessão dos antigos donos das terras, que, pobres e dispersos não representariam ameaças maiores.

Um aspecto central que destacamos dessa perspectiva do território a partir do pensamento de Machiavelli (2019), é justamente a relação entre uma diversidade de organizações políticas, que, de certo modo, foram o germe dos atuais estados-nações, e as suas áreas controladas, entendidas enquanto territórios. Essa correlação não esteve circunscrita apenas ao pensamento de Nicoló Machiavelli, mas perpassa por diversos autores da ciência política contemporânea.

⁴⁶ Machiavelli (2019, p. 19) destaca, ao longo de sua obra, vários elementos dos chamados principados, mesmo admitindo outra forma de organização política, a república, e sobre esse tema, destaca que “Todos os estados, todos os domínios que exerceram e exercem poder sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados. Os principados são ou hereditários, quando a estirpe do seu senhor desde longo tempo os rege, ou novos. Estes, ou são totalmente novos,¹ como foi o de Milão para Francisco Sforza, ou são como membros acrescentados ao estado hereditário do príncipe que os adquire, como é o reino de Nápoles para o rei da Espanha. Os domínios assim obtidos” ou estão acostumados a viver sob o governo de um príncipe, ou habituados à liberdade, e ganham-se ou com as armas de outrem ou com as próprias, por obra da fortuna ou por virtude ...”

Na contemporaneidade, Haesbaert (2011), destaca que na ciência política o conceito de território é comumente discutido a partir da ótica do estado, exemplificando que na própria obra do cientista político francês Bertrand Badie a fundação do território ocorre a partir da ordem estatal moderna. Desse modo, essa discussão entre território e estado atravessa diversas obras da ciência política, notadamente em torno da análise do chamado princípio da territorialidade, bastante conhecido nos debates do direito internacional.

Logo, é importante ressaltarmos o contexto histórico e intelectual em que essa discussão sobre estado e território surge, especialmente tendo como referência a discussão proposta por Bertrand Badie, em virtude da notabilidade da discussão do autor em obras de teóricos que já discutiram profundamente o conceito de território, como Haesbaert (2019) e Saquet (2020).

De acordo com Saquet (2020), é na década de 1990 que os estudos centrados no conceito de território na geografia e nas demais ciências sociais obtêm⁴⁷ centralidade e mais força em diversos países, como na Itália, no Brasil e em outros países. Detalhando como ocorreu esse processo tendo como referências obras produzidas nesse período por autores de distintas ciências sociais, o excerto abaixo relata que:

Há estudos sem uma reflexão teórico-metodológica sobre a abordagem territorial, como os de Lanzani (1991), Côrrea (1994) e Andrade (1994) por exemplo; estudos mais profundos e pautados nas dinâmicas da economia e da política, como os de Badie (1996), Ianni (1992), Andrade (1995), Souza (1995), Fernandes (1996), Dematteis (1997), Oliveira (1991, 1992), Saquet (2003 [2001]) e Bagnasco (2003); abordagens eminentemente econômicas, como as de M. Faccioli, P. Morelli, C. Cerreti, A. Gallo, G. Corò, E. Sposito e B. Anastasia, como as de Rullani (1997) (Saquet, 2020, p. 103).

Desse relato efetuado por M. Saquet, dedicamos especial atenção às citações que envolvem obras de cientistas políticos (como Bertrand Badie) e de Sociólogos (como Octávio Ianni), tendo em vista que neste capítulo buscamos refletir sobre como essas áreas do saber têm discutido o conceito de território

⁴⁷ É importante mencionar que, conforme atesta Saquet (2020), nas ciências sociais e na própria filosofia o conceito de território já tinha sido bastante trabalhado no período anterior aos anos 1990, situação exemplificada em obras de Antonio Gramsci, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Jean Gottmann, Giuseppe Dematteis e Michel Foucault.

e, para esse objetivo ser alcançado, as discussões propostas por Bertrand Badie e Octavio Ianni são basilares.

Adentrando nas contribuições desses autores em relação à discussão do território, Bertrand Badie possui uma obra considerada clássica e com título intrigante, intitulada “O fim dos territórios”, em que, de modo geral, o autor defende a tese de que a ordem internacional, fundamentada no princípio da territorialidade⁴⁸, princípio esse construído no seio da civilização ocidental (Europa), em período histórico específico, e transposto acriticamente para países não ocidentais, está em crise.

Sobre o conceito de “Ocidente”, é importante mencionarmos que de acordo com Hall (2016), não há definição simples e única para delimitá-lo conceitualmente. Nesta pesquisa, adotamos a definição proposta por Hall (2016, p. 315), que define Ocidente como:

um conceito histórico e não geográfico. Tomamos por “ocidental” o tipo de sociedade discutida nesse livro⁵: desenvolvida, industrializada, urbanizada, capitalista, secular e moderna. Tais sociedades surgiram em um período histórico em particular - aproximadamente durante o século XVI, após a Idade Média e o rompimento com o feudalismo. Elas foram o resultado de um conjunto de processos históricos específicos - econômico, político, social e cultural (Hall, 2016, p. 315).

Após esse esclarecimento necessário sobre o termo Ocidente, voltamos para a discussão territorial proposta por B. Badie, o qual entende que a tese de que os territórios estão em crise e que sua lógica está ultrapassada não significa que eles tenham sido simplesmente abolidos, pelo contrário, em que pese muitos desafios, ele resiste e continua a se impor em diversos domínios. Além disso, destaca que no plano teórico, especialmente nas filosofias das

⁴⁸ Haja vista o caráter basilar desse conceito na obra de Bertrand Badie, cabe destacarmos um trecho que define o que o autor entende por “princípio da territorialidade” Conforme Badie (1995, p. 12) “... o princípio da territorialidade pertence igualmente a um universo de sentido, e portanto, a uma cultura. Instrumento de ação política, ele introduz-nos também ao mesmo nível no domínio das representações, bem como no dos modos de legitimação. Não é de maneira nenhuma seguro que possamos empregar, indiferentemente e no mesmo sentido, a ideia de território aplicada à França, ao Mundo Árabe, ao Islão ou às comunidades tártaras da Rússia. Nem sequer é a priori certo que a reivindicação de um território curdo se inscreva no mesmo registo de sentido que presidiu ao movimento das nacionalidades na história europeia do século XIX. É claro, pelo contrário, que cada cultura alimenta uma representação do espaço que lhe é própria, e que o universalismo abusivo das teorias realistas contribuiu para ocultar, ou pelo menos, para negligenciar.”

relações internacionais, o conceito de território ainda possui centralidade, notadamente na teoria realista, a qual o utiliza para embasar sua representação dos conflitos internacionais e sua concepção de uma ordem internacional interestatal. (Badie, 1995)

De acordo com Badie (1995), contrapondo-se à tese naturalista que entende o território enquanto um dado, ele propõe pensarmos o território enquanto uma construção. Destaca que o uso do território como ferramenta de uma ação política corresponde a uma história e a um corpo de criações, além disso, menciona que o território só é inteligível na dimensão política caso receba uma definição estrita, vinculada com a função que desempenha.

Adicionalmente, vale destacar que a discussão de território feita por Badie (1995), dialoga, em alguns trechos de sua obra, com a perspectiva de território adotada por Robert Sack⁴⁹, o qual entende que território faz sentido no plano político, enquanto modo de controle sob as pessoas, as relações sociais e os processos. E, a partir dessa concepção, Badie avança e destaca que:

Um espaço delimitado estabelece-se num território politicamente pertinente a partir do momento em que a sua configuração e os seus limites se tornam o princípio estruturante de uma comunidade política e o meio discriminante de controlar uma população, de lhe impor uma autoridade, de afectar e influenciar o seu comportamento (Badie, 1995, p. 12).

Essa visão do território é fundamental no pensamento de Bertrand Badie para compreendermos as relações do território, enquanto construção de uma comunidade política historicamente situada, com a questão dos estados-nações. Adicionalmente, Badie (1995), compreende o território, dentro do contexto político ocidental, enquanto uma projeção no espaço clara e indiscutível do nó que une um indivíduo, independentemente de seu grupo, a um centro estatal detentor do monopólio do poder político.

⁴⁹ A proposta conceitual de território discutida por Robert Sack pode ser entendida dentro da chamada abordagem relacional, a qual se diferencia da concepção absoluta de território, seja ela idealista (principalmente abordada na visão idealista que o entende como um *a priori*, como na perspectiva kantiana) seja materialista mecanicista (que o entende como objeto físico, substrato material). Em sua obra R. Sack discute com mais frequência que o próprio território, o conceito de territorialidade, entendido como uma qualidade necessária para formação de um território, sem do que ela é incorporada ao espaço quando este media uma relação de poder que o usa como modo de influenciar e controlar pessoas, processos sociais e/ou coisas. Em suma, nessa perspectiva adotada por Robert Sack, os territórios são vistos como área de acesso controlado. (Haesbaert, 2019)

É importante ressaltarmos que para chegar a essa concepção de território e à própria construção do princípio de territorialidade pela civilização ocidental, que especificamos anteriormente, Bertrand Badie realiza uma análise da trajetória do controle territorial no transcorrer da história ocidental. Nesse contexto, são destacados elementos importantes, como a relação entre as cidades antigas e o território, o desenvolvimento da lógica territorial, que tem um caráter de oposição ao princípio de territorialidade, uma vez que tem como marcas a irradiação, a difusão, a extensão e universalização de sua cultura em fronteiras que não são fixas. A própria época feudal também é discutida com o intuito de evidenciar como ocorreu a passagem de uma feudalidade que o autor adjetiva de “exangue”⁵⁰ para uma nova época marcada pelo predomínio no cenário internacional dos Estados-Nações.

Sobre essa relação, Saquet (2020), ao refletir sobre o conceito de território proposto por Bertrand Badie, destaca que há em sua acepção de território uma centralidade da dimensão política e o território é abordado enquanto território usado⁵¹, entendido como uma construção social e instrumento da ação, correspondendo ao Estado-Nação e ao princípio de nacionalidade organizado e ordenado.

Sobre a relação entre o território e sua relação com o Estado, Badie (1995) destaca que essa relação é tão instigante que durante três séculos a concepção vestfaliana de território foi dominante e federadora de uma ordem internacional emergente. Desses Tratados de Westafália, relata o autor, fortaleceram-se algumas mudanças substanciais, como a secularização do

⁵⁰ Vale salientar que segundo Badie (1996), posto que a época feudal tenha sua ordem política dissociada do princípio da territorialidade em decorrência de estar assentada em laços de aliança pessoal, a geometria pluridimensional e mutável da Europa tem, em parte, herança de aspectos da territorialidade feudal.

⁵¹ Território usado é um termo que recorrentemente desponta em discussões acerca da abordagem territorial. Nesse quadro, Santos (1998) ressalta que o território em si, enquanto conceito puro, fruto da modernidade e que atravessou os séculos praticamente intocado não é objeto de análise social, mas sim seu uso, que carece sempre de revisão histórica por seu caráter híbrido. Em Santos (2019), o autor destaca que o território usado é entendido não apenas como o produto da sobreposição do conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas construídas pelos homens, mas sim inclui o chão mais a população, uma identidade e o próprio sentimento de pertencimento. De acordo com Ribeiro (2003), em leitura da obra miltoniana, a concepção de território usado é entendida dentro de uma dialética dos sistemas técnicos e sistemas de ação, constitui uma constelação de mediações, tanto materiais quanto imateriais que concretizam o agir político.

estado e a perda, por parte da religião, da função constitutiva do espaço político.

No entanto, o autor destaca que essa nova ordem internacional, baseada nos acordos territoriais de Westfália, não foi seguida rigorosamente ao longo do tempo em decorrência de intercruzamentos entre as lógicas imperiais e dos Estados-Nações e da própria empreitada colonizadora que trouxe complicações para manutenção ortodoxa dessa nova ordem territorial que sucedeu os recortes das antigas instituições feudais e imperiais.

De forma geral, Bertrand Badie realiza uma crítica a aplicação dessa ordem territorial, nascida no seio da Europa, às demais áreas do Planeta, o que acabou por gerar problemas para essas mesmas sociedades/comunidades. De acordo com o autor, nem todas as sociedades partilham dessa forma de organização do espaço, baseada na ideia de formação de Estados-Nações. Como exemplos, são citados casos da Índia, Somália, Saara Ocidental entre outros, evidenciando que a importação da lógica territorial baseada no princípio da territorialidade é, muitas vezes, prejudicial. (Badie, 1996)

Isso posto, as ideias de B. Badie fazem nos questionarmos sobre questões que acabamos “naturalizando”, notadamente essa organização política da humanidade em estados-nações, acreditamos, inclusive, que essa reflexão é um dos pontos mais importantes do seu estudo. Todavia, algumas questões dessa obra merecem ressalvas, inclusive a ideia central de que os estados-nações e, por conseguinte, os territórios estariam em crise em decorrência da mundialização do capital e dos identitarismos, isso é o que nos alerta Saquet (2020), além de destacar que:

Outrossim, parece que Badie (1996) se contradiz no decorrer de seu texto, pois reconhece que, na *nova ordem mundial*, ora há relações aterritoriais, ora há relações submersas a *múltiplas lógicas territoriais contraditórias*. Reconhece a desterritorialização, o movimento e, ao mesmo tempo, as múltiplas territorialidades; a resistência de territórios/estados e o papel destes no movimento de mundialização (Saquet, 2020, p. 106).

Concordamos com esses pontos mencionados e, além disso, entendemos que, apesar das crises que abalam os estados-nações, isso não significa necessariamente o “fim dos territórios”. Contudo, concordamos com a afirmação de Saquet (2020), de que a obra de B. Badie merece uma leitura

mais condescendente porque possibilita vários elementos para compreensão da territorialidade plural, dos lugares e dos territórios.

Além da discussão de território na ciência política, na sociologia esse conceito também aparece com centralidade em produções importantes. Sobre o uso do território na sociologia, Capel (2016), menciona que a partir dos anos 1990 ocorreu uma ampliação na utilização do conceito de território nessa ciência e, eventualmente, surgiu na Europa e nos Estados Unidos uma sociologia do território ou sociologia territorial, cujos objetivos estavam vinculados à sociologia rural e urbana.

No contexto acadêmico brasileiro, a discussão efetuada em torno da desterritorialização como característica fundamental da chamada sociedade global por Ianni (2013), é um trabalho importante para compreendermos como o território vem sendo pensado na sociologia. De acordo com o autor, na sociedade global, a desterritorialização seria entendida pelos chamados desenraizamentos de coisas, ideias e pessoas provocadas pela globalização.

Adicionalmente, Ianni (2013), aponta outros elementos importantes na sua compreensão de desterritorialização, destacando que a chamada desterritorialização é multidimensional, ou seja, atua na dimensão política, econômica e cultural. Nesse sentido, o autor exemplifica esse argumento através do surgimento de centros estruturais de poder político, econômico e cultural descentrados, sem qualquer localização nítida.

2.3 O conceito de território em uma perspectiva interdisciplinar: as contribuições da antropologia e sua utilização em pesquisas do SINGA

A antropologia é uma das ciências na qual o conceito de território tem sido utilizado com centralidade para discutir diversos temas, especialmente, aqueles ligados aos estudos dos chamados “povos tradicionais”, como destaca Haesbaert (2011), incluindo-se nesse conjunto uma diversidade de povos, como indígenas, quilombolas, caiçaras, pescadores tradicionais, geraizeiros, faxinalenses, extrativistas, entre outros. Ademais, Saquet (2015), partilha essa percepção, destacando que estudos centrados no território e na territorialidade

têm crescido no Brasil e em outros países em algumas ciências, entre as quais, na própria antropologia.

Ao longo deste subcapítulo, buscaremos demonstrar alguns dos debates em curso na antropologia no que diz respeito ao conceito de território e a conceitos derivados, como territorialidade. E, após essas considerações, destacaremos como as reflexões propostas pela antropologia têm sido absorvidas nos estudos agrários, tomando como referência pesquisas analisadas no Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Essa relação é importante de ser estabelecida, pois evidenciará como o debate interdisciplinar tem subsidiado pesquisas que tem como objeto povos e comunidades tradicionais.

Isso posto, acerca do território, Oliveira (2004), aponta que o uso do conceito na antropologia não é exatamente uma novidade, sendo utilizado desde o século XIX em pesquisas como a de Morgan (1817), a qual usava o território como critério para diferenciar as formas de governo entre *societas* (baseadas em grupos de parentesco) e *civitas* (baseadas no território e na propriedade). Posteriormente, como relata Oliveira (*op. cit*), o conceito é retomado nesse mesmo sentido na década de 1940 por Fortes e Evans-Pritchard na classificação dos sistemas políticos africanos.

Nesse sentido, procuraremos enfatizar as discussões feitas na antropologia sobre território tendo esse enfoque nos povos tradicionais, haja vista a notoriedade desses povos como sujeitos de pesquisa na antropologia e a notabilidade que o território, em suas diferentes materializações e idealizações, aparece, muitas vezes, enquanto elemento constitutivo das identidades⁵² dessas populações.

Todavia, antes de nos debruçarmos acerca da reflexão em torno do território visto a partir da ótica da antropologia, cabe destacarmos o que entendemos por “povos tradicionais” em virtude da centralidade que essa temática adquire não só na seara da abordagem territorial da antropologia, mas nesta própria pesquisa de dissertação.

⁵² Acerca da relação estabelecida entre território e identidade, Haesbaert (1999) assevera que as identidades se tornam territoriais, quando sua estruturação é dependente da apropriação simbólica no/com o território.

Isso posto, no contexto da reflexão sobre esse conceito, Little (2003) parte da constatação de que há uma grande dificuldade de englobar em um só termo (populações, culturas, comunidades, povos) um conjunto de populações como os pantaneiros, geraizeiros, caiçaras, indígenas, quilombolas, pescadores tradicionais, jangadeiros, campeiros, babaçueiros, caipiras, sertanejos, varjeiros, açorianos etc. E, ao partir desse cenário, o autor propõe o termo “povos tradicionais” para designar tal diversidade, uma vez que esse conceito engloba tanto uma dimensão empírica quanto uma dimensão histórica.

Uma dimensão empírica fundamentada em três elementos principais, um primeiro relacionado ao regime de propriedade comum desses povos, um segundo vinculado a um sentimento de pertencimento a um lugar específico e um terceiro voltado à profundidade histórica da ocupação mantida na memória coletiva. Na dimensão política, o termo foi utilizado por uma diversidade de grupos sociais para defender seus territórios de ações de usurpação por parte ora do Estado-Nação ora por grupos sociais a ele vinculados. (Little, 2003)

Além de Little (2003), outros antropólogos têm se debruçado sobre o termo “povos tradicionais”, como Almeida (2004) que, tomando como base o termo “populações tradicionais” reflete que essa categoria vem sofrendo alterações em seu sentido no transcorrer dos anos, uma vez que o significado que atualmente ela possui, denominando agentes sociais que se autoidentificam, difere diametralmente do sentido que possuía em meados da década de 1990, na qual o termo era mais associado ao quadro natural e de domínio dos chamados sujeitos “biologizados”.

No excerto abaixo Alfredo W. Berno de Almeida aprofunda a definição do que ele compreende como populações tradicionais:

... sujeitos sociais com existência coletiva, incorporando pelo critério político-organizativo uma diversidade de situações correspondentes aos denominados seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos, castanheiros e pescadores que têm se estruturado igualmente em movimentos sociais (Almeida, 2004).

Nessa definição é perceptível a presença de uma dimensão que é essencial, em nossa perspectiva, na concepção de povos tradicionais, que é justamente a diversidade de sujeitos/coletividades que o conceito engloba e

que muitas vezes não são devidamente reconhecidos pela estrutura jurídica do estado.

Ainda nessa discussão conceitual, vale salientarmos também a pertinência da utilização do vocábulo “tradicional”, nos fundamentando a partir de discussões efetuadas por Paul Little e Alfredo Wager B. de Almeida. Nesse âmbito, Little (2003), menciona que o uso do termo “tradicional” refere-se ao fato das tradições culturais se manterem e se atualizarem por meio de uma dinâmica de permanente mutação e em Little (2002), o autor reforça essa perspectiva entendendo “tradicional” não no sentido de arcaico, mas enquanto processo de constante transformação.

Ademais, Paul Little destaca que o termo também designa realidades fundiárias plenamente inseridas no contexto da modernidade (ou pós-modernidade) deste século XXI e não apenas presentes num passado longínquo. Almeida (2004), atesta que o termo “tradicional” não é reduzido apenas ao aspecto histórico, mas encarna as identidades redefinidas em cada situação, numa mobilização contínua, indicando que as diversidades de sujeitos sociais enquadrados no termo podem ser entendidos pelo que ele denomina de unidades de mobilização, que é um conceito que inclui interesses específicos de grupos não necessariamente homogêneos, mas que em caráter do poder nivelador do estado por meio das políticas públicas, acabam se aproximando.

Por conseguinte, é essencial refletirmos como os estudos antropológicos têm destacado o conceito de território como um elemento central para compreender as dinâmicas que esses sujeitos agremiados no vocábulo “povos tradicionais” têm desenvolvido no espaço. Nesse sentido, tendo em vista o foco da nossa pesquisa em torno de comunidades quilombolas e indígenas, daremos destaque a estudos que se voltam para esses sujeitos, a fim de situarmos como a antropologia vem estudando essas populações tradicionais e suas articulações com o território.

Sobre as comunidades quilombolas, consoante Almeida (2011), a ocupação de territórios ou de terras por esses sujeitos sociais remonta aos períodos colonial e imperial da história brasileira. Ademais, de acordo com o autor, uma das características centrais do uso da terra nos quilombos era no passado colonial e imperial, e ainda é, a pequena produção agrícola que

possibilitava a construção de uma característica central dos quilombos: a autonomia.

Essa é uma forma de compreender os quilombos diferentemente daquela visão estática que Almeida (2010), em uma análise crítica sobre como o conceito de quilombo vem sendo utilizado ao longo do tempo e em um diálogo com a proposta reflexiva de Alfredo W. Berno de Almeida, denomina de “frigorificada”, perspectiva essa que compreende o conceito de quilombo a partir de uma definição elaborada no período colonial pela Marinha, especificamente no ano de 1740, e que, diante disso, continuar a utilizá-la para explicar os quilombos hoje constitui uma incoerência teórica.

De acordo com o Conselho Ultramarino apud Almeida (2011), a definição formal de quilombo no século XVIII era “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele.”. Consoante Almeida (2011), essa definição possui cinco elementos principais, o primeiro deles é a vinculação de quilombos à ideia de fuga, o segundo no qual os quilombos comportariam um quantitativo mínimo de “fugidos”, o terceiro elemento seria a localização geográfica dos quilombos sempre em lugares isolados, o quarto estaria relacionado se há ou não habitações no local e o quinto seria a existência ou não de pilões, que representavam a capacidade de autoconsumo de comunidades à época.

É uma concepção que considera os quilombos, segundo Almeida (2011), como algo para além da civilização⁵³, da cultura e isolados da sociedade. Segundo Almeida (2011), é preciso superar essa perspectiva fossilizada dos

⁵³ Sobre essa falsa contraposição entre os povos tradicionais e o mundo civilizado, cabe um breve esclarecimento sobre as raízes dessa concepção. Nesse sentido, é importante destacarmos que diversas teorias nas ciências sociais buscaram “modernizar” essas populações, notadamente a partir da década de 1950. A primeira teoria, originada nos países do bloco capitalista, que foi utilizada para lastrear a transformação das sociedades tradicionais foi a denominada “teoria da modernização”. Essa teoria que buscava explicar o “desenvolvimento” partia da premissa de que era inevitável e desejável a transição de “sociedades tradicionais” para “sociedades modernas”, o que incluía a industrialização das economias nacionais, via adoção de novas tecnologias, e a veloz substituição de formas “tradicionais” de organização (clãs, tribos, cacicados etc.) em burocracias modernas fundamentadas nos preceitos do liberalismo. Outra teoria que vigorou nas ciências sociais, notadamente nos países do bloco socialista da segunda metade do século XX, paralela à teoria da modernização, fundamentada no materialismo histórico, também pregava além da industrialização das economias nacionais, a eliminação de modos “arcaicos” de organização social. (Little, 2002)

quilombos enquanto entidades isoladas e entendê-los como unidades familiares que, além de produzirem para o autoconsumo, produzem para distintos circuitos do mercado, tanto na época colonial quanto atualmente.

Conforme Almeida (2011), aqueles cinco elementos contidos na definição colonial de quilombo, infelizmente, persistiram nas definições de quilombo e variaram de intensidade entre eles mesmos. O autor aponta que na legislação republicana ocorre um silenciamento em relação aos quilombos, porquanto acreditava-se que com o fim do período escravocrata o quilombo repentinamente desapareceria ou até mesmo não haveria mais razão para existir.

Somente 100 anos depois na constituição de 1988 o termo quilombo aparece na legislação, não obstante aparece como “remanescente”, “resquício”, aquilo que sobrou, ou seja, admite-se os quilombos como o que restou, como evidência do que um dia já foi. Nesse sentido, é necessário superar essa visão “arqueológica” de quilombo e entendê-lo como ele é no presente. (Almeida, 2011)

Nesse sentido há uma busca por uma atualização do conceito, tendo em vista a necessidade de compreender as comunidades quilombolas a partir de referenciais mais adequados à realidade dessas populações e não com base na definição colonial do longínquo século XVIII. Nessa perspectiva, Almeida (2010), através de um diálogo com a discussão do antropólogo Alfredo Wagner Berno Almeida sobre quilombos, propõe que:

Quilombo, nessa visão agora ‘ressignificada’, não é apenas uma tipologia de dimensões, atividades econômicas, localização geográfica, quantidade de membros e sítio de artefatos de importância histórica. É uma comunidade e, como tal, passa a ser uma unidade viva, um *locus* de produção material e simbólica (Almeida, 2010, p.119).

Após essa reflexão essencial sobre o conceito de quilombo, em outra perspectiva, notadamente na discussão sobre as formas peculiares que os quilombolas se relacionam com a terra, Almeida (2011), menciona que as terras de preto pressupõem uma forma de uso da natureza que é codificada, no qual os recursos hídricos não são privatizados, tampouco individualizados e os recursos de pesca, caça e extrativismo também não são individualizados.

Enquanto as chamadas roças ou plantações agrícolas e os pomares são sempre individualizados, a partir da dimensão familiar, ou seja, as unidades produtivas familiares não dividem os resultados da colheita de forma coletiva ou comunitariamente. Sobre essa questão, Almeida (2011), aprofunda:

O fato destes diferentes planos sociais, público e privado, de uso comum e de uso individual, coexistirem evidencia que a noção de uso da terra teria que ser examinada exaustivamente, teria que ser compreendida em pormenor e não reduzida a uma situação que nós já imaginamos que é (Almeida, 2011, p. 79).

Com base no exposto, entendemos que há uma concepção de que nas comunidades quilombolas existe adoção de modalidades de uso do território que englobam, tanto as formas individualizadas relacionadas às lavouras individuais, por exemplo, quanto formas coletivas de apropriação dos recursos naturais do território, como as águas, o extrativismo, a caça e a pesca.

De acordo com Schwarcz (2019), o artigo 68 das Disposições Transitórias efetivou o direito desses grupos a permanecerem em suas terras, com suas pequenas roças e de plantarem de forma coletiva, como faziam desde os tempos do período escravocrata. Compreendemos essa conquista advinda da Constituição de 1988 enquanto uma conquista territorial e identitária e vinculada aos direitos humanos dessas populações, tendo em vista o reconhecimento das territorialidades construídas por essas populações desde o período colonial.

Adicionalmente, entendemos que o reconhecimento jurídico dos territórios dessas populações pela legislação brasileira é essencial também como um dos mecanismos de reparação histórica dos direitos dessas populações em um país que, conforme Schwarcz (2019), não é marcado pelas tão difundidas noções que idealizam o Brasil como um país harmônico, sem conflitos, no qual os brasileiros teriam aversão a quaisquer tipos de relações baseadas na hierarquia⁵⁴, mas é marcado sim pelo autoritarismo⁵⁵, que se

⁵⁴ Sobre essa difundida ideia de um Brasil constituído por um país harmônico, Holanda (2014), em seu clássico *Raízes do Brasil*, apresentou argumentos que evidenciam situação contrária, elencando elementos presentes na formação da sociedade brasileira como privilégios hereditários, patrimonialismo e uma forma de convívio ordinário que, contrariamente à máscara do “homem cordial”, é marcada justamente pelo contrário da polidez.

expressa em diversas formas, entre as quais destacamos o racismo, a escravidão e a intolerância.

Além das discussões efetuadas por antropólogos, como Alfredo W B. de Almeida, Lília Schwarcz e Paul Little, o pensador João Pacheco de Oliveira também traz um debate sobre a dimensão territorial dos povos tradicionais à luz da antropologia e, dentro dessa perspectiva, destacaremos os pontos centrais de sua abordagem, que tem um enfoque relacionado aos processos de territorialização de povos indígenas, especialmente no Nordeste.

Antes de delinear a discussão acerca da territorialidade indígena, cabe destacarmos que, consoante Arruti (1997), a antropologia mudou de posição com o passar do tempo em relação aos estudos sobre a temática indígena no Nordeste. Sobre essa questão o autor aponta que os chamados estudos dos “remanescentes” de indígenas do Nordeste foram iniciados a partir da década de 1930 por pesquisadores ligados ao folclorismo, os quais buscavam detectar vestígios das supostas culturas ancestrais nos “remanescentes indígenas”.

Todavia, Arruti (1997), aponta que esses estudos, apesar de estabelecerem uma retomada nas décadas de 1930 e 1940 de identidades aparentemente extintas, entendiam os grupos remanescentes como exemplos do processo de assimilação, aculturação e proletarização descaracterizadores, aos quais esses grupos, ora ou outra, estariam inexoravelmente fadados. É somente a partir das décadas de 70, 80 e 90 do século XX que essa posição da antropologia perante os indígenas nordestinos modifica-se, notadamente com o que o autor denomina “emergências étnicas”, como delinea o excerto abaixo:

Foi somente depois de um novo surto de “ressurgimento” de grupos indígenas na região, ao longo das décadas de 70, 80 e 90, e pela conseqüente expansão do campo indigenista fomentado e fomentador dessas emergências étnicas, que a literatura antropológica mudou sua postura diante daqueles grupos. Na década de 90, finalmente, depois de mais de cinquenta anos de sucessivas

⁵⁵ Sobre a questão do autoritarismo brasileiro, a antropóloga Lília Schwarcz (2019) destaca uma série de evidências empíricas para comprovar sua tese de que a sociedade brasileira é estruturalmente autoritária. Nesse sentido, a autora aponta elementos centrais presentes em nossa sociedade que atestam suas ideias, como escravidão e racismo, mandonismo, patrimonialismo (utilização abusiva do estado para fins privados), corrupção, desigualdade social, violência, raça e gênero e intolerância.

emergências e reinvenções, começam a aparecer os primeiros trabalhos que deixam de tematizar a decadência e o desaparecimento dos grupos indígenas do Nordeste para inverter esta perspectiva, abandonando a associação entre a categoria identitária “índios nordestinos” e os modelos de *integração* e *acampesinamento*⁴ para repensá-la sob os modelos de *tradições inventadas* (Hobsbawm e Ranger 1984) e *etnicidade* (Barth 1969) (Arruti, 1997, p. 12).

Isso posto, compreendemos que os estudos antropológicos realizaram um deslocamento teórico no tratamento da temática indígena, especialmente, no Nordeste, onde essas comunidades antes vistas como resquícios que, inevitavelmente, seriam aculturadas, passaram a serem visualizadas a partir de outro prisma, considerando referências teóricas que valorizaram a dimensão da etnicidade dessas populações.

Adicionalmente, e agora nos voltando para a discussão em torno do conceito de territorialização, Oliveira (2004), ao refletir sobre a etnologia dos povos indígenas do Nordeste brasileiro, realiza uma reflexão sobre a história e a atual conjuntura desses sujeitos sociais a partir do conceito de territorialização. Sobre a definição que o autor adota do conceito de territorialização, o excerto abaixo esclarece que:

a noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle social dos recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (Oliveira, 2004, p. 22).

Essa definição é importante na discussão proposta pelo autor, tendo em vista que ela é utilizada para resgatar a trajetória das territorializações indígenas do Nordeste brasileiro que remontam ao século XVII. Nesse sentido, Oliveira (2004), destaca que os atuais povos indígenas presentes no território da Região Nordeste advêm de populações autóctones que foram englobadas em dois processos diametralmente distintos de territorialização.

Um primeiro ocorrido na segunda metade do século XVII e nos primórdios do século XVIII, vinculado às missões religiosas. De acordo com Oliveira (2004), nesse primeiro movimento, famílias indígenas, de diferentes culturas e línguas, foram atraídas para os chamados aldeamentos

missionários, onde foram tanto sedentarizadas, quanto catequizadas. O autor ainda afirma que desses aldeamentos, procedem as atuais denominações indígenas presentes no Nordeste.

A segunda territorialização vivenciada por essas populações ocorreu ao longo do século XX em virtude das ações efetuadas pela agência indigenista oficial. Essa política indigenista foi radicalmente distinta da territorialização nos aldeamentos, porquanto tinha com um dos objetivos centrais romper com o processo compulsório de assimilação cultural, característico da fase na qual estiveram presentes os aldeamentos. (Oliveira, 2004)

De acordo com Oliveira (2004), o segundo movimento de territorialização apresentado pelo autor supracitado é o que tem gênese na década de 1920, depois que o governo de Pernambuco reconheceu, mesmo que consolidando ocupações posteriores, as terras que foram doadas ao antigo aldeamento missionário de Ipanema (1705), as quais foram passadas ao controle do órgão indigenista a fim de que nela residissem os descendentes dos Carajás. Sobre esse segundo momento o autor sintetiza:

Em linhas gerais, esse processo de territorialização trouxe consigo a imposição de instituições e crenças características de um modo de vida próprio aos índios que habitam as reservas indígenas e são objeto, com maior grau de compulsão, do exercício paternalista da tutela (fato independente de sua diversidade cultural) (Oliveira, 2004, p. 27).

Isso posto, vale destacarmos que essa reflexão sobre a trajetória dos indígenas do Nordeste, a partir do conceito de territorialização proposto pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira é uma, dentre uma ampla variedade, de estudos que vêm sendo desenvolvidos na antropologia sobre os indígenas tendo como foco as suas territorialidades, territorializações e as próprias relações entre identidade e território, que também são questões caras à geografia, especialmente, na abordagem cultural de autores de notável produção científica que fazem uma ligação entre antropologia e geografia, como é o caso do pensador francês Joël Bonnemaison⁵⁶ e do próprio Haesbaert (1999), ao discutir o conceito de identidade territorial.

⁵⁶ A fim de maior aprofundamento sobre essa ligação entre antropologia e geografia no pensamento de J. Bonnemaison, verificar Levy (2015).

Destarte, a partir de discussões efetuadas por antropólogos, como Oliveira (2004), Little (2003), Arruti (1997) e Almeida (2011), podemos verificar como o conceito de território tem assumido também papel importante nessa ciência nos estudos sobre populações tradicionais, assim como vem ocorrendo em outras ciências sociais nas quais conceitos como território, territorialidade e territorialização são tidos como elementos relevantes para o estudo da diversidade de sujeitos englobados pela categoria povos e comunidades tradicionais.

Essa influência abrange, inclusive, muitos dos estudos da geografia agrária que se dedicam a estudar a temática dos povos tradicionais tendo como um de seus aportes conceituais o território. Exemplificamos essa ideia a partir do texto de Guerra (2009)⁵⁷ que traz as contribuições de João Pacheco de Oliveira como elemento importante para pensar o processo de identificação de territórios indígenas, como exemplifica o excerto abaixo:

“... os usos que os índios fazem do seu território, bem como sobre as representações que sobre ele vieram a elaborar. O que incluí desde as práticas de subsistência (como coleta, caça e agricultura) até atividades rituais (como o estabelecimento de cemitérios ou outros sítios sagrados), passando por formas sociais de ocupação e demarcação de espaços (como a construção de habitações e a definição de unidades sociais como a família, a aldeia e a “comunidade política” mais abrangente). Por sua vez as representações sobre o território devem ser investigadas em todas as dimensões e repercussões que possuem isso atingindo não só o domínio do sagrado (onde entram as relações com os mortos, às divindades e os poderes personalizados da natureza), mas também as classificações sobre o meio ambiente e suas diferentes formas de uso e de apropriação, ou ainda as concepções sobre autoridade, poder político, relação com outros povos indígenas e a presença colonial do homem branco.” (Oliveira *apud* Guerra, 2009, p. 5).

Com isso, compreendemos que Guerra (2009), utiliza essa contribuição vinda da antropologia, área com ampla sedimentação na demarcação de territórios tradicionais, a fim de auxiliar no alcance do objetivo de sua pesquisa, que era identificar, a pedido do povo Kalapalu, o seu antigo território denominado Nuvurutu. E nesse processo, esses diálogos interdisciplinares entre antropologia e geografia no que diz respeito ao território fizeram-se presentes.

⁵⁷ A luta dos Kalapalu pela re-territorialização em Nuruvutu. (Guerra, 2009)

Também no texto de Cruz (2013)⁵⁸, verificamos interlocuções estabelecidas entre geografia e antropologia. No texto, o autor traz discussões acerca do território advindas da geografia, notadamente com R. Haesbaert e J. Bonnemaison, e da antropologia por meio do pensamento de Paul Little a fim de balizar uma das principais reflexões que o seu artigo se propõe: as lutas pelo reconhecimento dos territórios na Amazônia.

Na pesquisa, o autor destaca que para Little (2003), os territórios dos povos tradicionais se assentam numa temporalidade de ocupação que dura décadas ou até mesmo séculos. Aditivamente, ressalta que a territorialidade dos povos tradicionais, entendida por Cruz (2013), como uma dimensão fundamental na afirmação de seus direitos coletivos, possui como elementos o regime de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar específico e a profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva.

Além da utilização do conceito de territorialidade como ponto essencial para pensar essas coletividades e as proteção de seus respectivos direitos, Cruz (2013), destaca a emergência de processos de reterritorialização dos povos tradicionais frente ao avanço de processos desterritorializadores na Amazônia. E também dentro dessa discussão, P. Little traz contribuições, mencionando a necessidade de o Estado Brasileiro reconhecer essas formas de expressão territorial, como destaca o trecho abaixo:

O alvo central dessa onda consiste em forçar o Estado brasileiro a admitir a existência de distintas formas de expressão territorial – incluindo distintos regimes de propriedade – dentro do marco legal único do Estado, atendendo às necessidades desses grupos. As novas condutas territoriais por parte dos povos tradicionais criaram um espaço político próprio, no qual a luta por novas categorias territoriais virou um dos campos privilegiados de disputa (Little *apud* Cruz, 2013, p. 8).

Posto isso, destacamos também as corroborações vindas do pensamento do antropólogo José Maurício Arruti que tem construído reflexões notáveis na temática étnico racial, com destaque para a discussão do conceito de quilombos. Em várias pesquisas analisados do SINGA, identificamos algumas de suas argumentações, como segue no fragmento abaixo retirado do

⁵⁸ Das lutas por redistribuição de terra às lutas por reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais na Amazônia? (Cruz, 2013)

texto de Sirotheau (2011)⁵⁹, no qual o autor destaca um detalhado relato sobre o campo semântico dos quilombos:

Nos termos da legislação (colonial e imperial), quilombo poderia designar desde os minúsculos agrupamentos de três escravos, sem residência fixa, que viviam dos assaltos às estradas e fazendas e da solidariedade das senzalas, até as grandes e complexas organizações territoriais, política e economicamente organizadas, como o grande quilombo de Palmares. Se ampliarmos nossa consulta para além dos textos legais, incluindo locais de reunião e concentração de escravos no interior de uma cidade como o Rio de Janeiro, em pleno século XIX, naturalmente suspeitos e perigosos aos olhos da ordem vigente. Isso faz com que o termo quilombo – segunda consideração – antes de designar uma formação social específica, tendeu a funcionar como um amplo campo semântico, no qual cabiam uma variedade de formações sociais muito diversificadas (Arruti *apud* Sirotheau, 2011, p. 8).

Do trecho, gostaríamos de destacar a ênfase que o autor traz à dimensão do quilombo como uma formação social e da multiplicidade semântica em que o termo está englobado. No caso da pesquisa de Sirotheau (2011), essa reflexão é ampliada através das contribuições de outro antropólogo, uma vez que o ponto discutido por J. M. Arruti acerca de quilombos está mais vinculada a uma reflexão histórica de como eles eram concebidos nos períodos Colonial e Imperial da história brasileira.

Nesse sentido, a abordagem proposta por Alfredo Wagner Berno de Almeida é utilizada para aproximar a conceituação atual dos quilombos, que tem sido construída no cenário teórico, com as duas comunidades estudadas por Sirotheau (2011), a Comunidade Quilombola Abacatal e a Comunidade Quilombola Boa Vista do Itá. No trecho abaixo, destacamos a definição usada por Sirotheau (op. cit):

Existe, pois, uma atualidade dos quilombos deslocada do seu campo de significação original, isto é, da matriz colonial. Quilombo se mescla com conflito direto, com confronto, com emergência de identidade [...] O quilombo como possibilidade de ser, constitui numa forma mais que simbólica de negar o sistema escravocrata [...] A reivindicação pública do estigma 'somos quilombolas' funciona como uma alavanca para institucionalizar o grupoproduzido pelo efeito de uma legislação colonialista e escravocrata (Almeida *apud* Sirotheau, 2011, p. 8).

59

Uma análise teórica acerca da natureza da identidade territorial das comunidades quilombolas em realidade metropolitana: o caso de Abacatal (PA) e Boa vista do Itá (PA). (Sirotheau, 2011)

Nesse sentido, há um reposicionamento da definição do que constitui quilombo, um afastamento das linhas coloniais de explicação do conceito e uma reconstrução de sua definição a partir da realidade atual dessas comunidades. Assim, verificamos que na pesquisa de Sirotheau (2011), as contribuições da antropologia voltam-se principalmente para fundamentar essa discussão, sendo que no que se refere ao território, há um diálogo mais destacado com pensadores da geografia, como R. Haesbaert.

Além desses pesquisadores apresentados até então, destacamos as reflexões da antropóloga Ilka Boaventura Leite, as quais têm sido utilizadas em reflexões sobre território na perspectiva dos estudos sobre comunidades quilombolas em algumas pesquisas analisadas em anais do SINGA.

Uma das pesquisas que traz a reflexão de Ilka B. Leite sobre comunidades quilombolas vinculados à questão territorial é o texto de Brito e Couto (2017)⁶⁰, que estuda o uso da terra e as formas de resistência da Comunidade Menino Jesus de Pitimandeuá- PA. Nessa pesquisa, as autoras trazem reflexões no sentido de compreender o processo de territorialização dos quilombolas em Pitimandeuá como uma forma de resistência contra as diversas formas de violências acometidas a essas populações.

Nesse contexto, Brito e Couto (2017), citam Leite, I. B. para fundamentar essa reflexão a que elas se propõem, que dialoga com dois conceitos principais, a identidade e o território dentro do contexto amazônico, como apontam as conclusões por elas apresentadas:

O território Quilombola se dá não apenas a partir das relações de poder que nestas comunidades são exercidas por suas lideranças, mas também é resultado de uma apropriação simbólico-cultural dos povos. Desse modo, a relação entre território e identidade são os principais subsídios para a presença da população negra sobre suas terras, assim como a luta pelo direito legítimo de suas demarcações, considerando-se os elementos geográficos, históricos e culturais que fazem parte desta reprodução social (Brito; Couto, 2017, p. 15).

Desse modo, segundo Leite apud Brito e Couto (2017), os elementos étnicos, associados com a terra, esta entendida enquanto território, corroboram para a construção duma identidade territorial que nasce, num primeiro

⁶⁰ TERRITÓRIO E IDENTIDADE QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA: Uso da terra e (re) existência na Comunidade de Pitimandeuá – PA. (Brito; Couto, 2017)

momento, em decorrência dos processos de resistência e culmina nas lutas pela terra e pela reprodução social.

Nesse contexto, as pesquisadoras chegam à conclusão de que a percepção de território a partir da ótica quilombola não o circunscreve apenas através das relações de poder, vertente que é muito sedimentada nos estudos geográficos que abordam a questão do território, mas também considera a dimensão simbólico-cultural, notadamente a partir do conceito de identidade, como um dos elementos fundantes de suas territorialidades.

Outros antropólogos também forneceram bases para pensar questões discutidas sobre indígenas e quilombolas, como Clifford Geertz, utilizado em reflexões sobre etnografia na pesquisa de Lisboa e Assis (2011)⁶¹, a qual se propôs a estudar a educação escolar indígena, e no estudo de Itaborahy, Carneiro e Teixeira (2011)⁶², o qual investigou por meio da descrição densa a construção de um grupo interdisciplinar de agroecologia na Comunidade São Pedro de Cima – MG. Entre outras pesquisas, também destacamos o estudo de Vieira Junior (2013)⁶³, que no estudo de comunidades quilombolas do Baixo Sul e Sul baiano traz como uma de suas referências a discussão etnográfica ancorada em C. Geertz.

Essas são algumas das contribuições identificadas de pensadores e pesquisadoras da antropologia nos estudos agrários que lançam olhares sobre povos e comunidades tradicionais. Identificamos que as corroborações da antropologia estiveram vinculadas principalmente a algumas discussões mais sedimentadas na área, como por exemplo nos conceitos de quilombolas e povos tradicionais, além disso, também verificamos contribuições na esfera da discussão do território e da territorialidade de povos indígenas e comunidades quilombolas, muitas vezes, em associação com a discussão de território vinda da ciência geográfica.

⁶¹ “Etnografia da instituição responsável pela educação escolar indígena do Pará”. (Lisboa; Assis, 2011)

⁶² “A construção de um grupo interdisciplinar de agroecologia: percursos e perspectivas do trabalho na Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima”. (Itaborahy; Carneiro; Teixeira, 2011)

⁶³ “Memória, identidade e território: notas sobre a regularização fundiária de comunidades quilombolas na região do sul e baixo sul baiano” (Vieira Jr, 2013)

Aditivamente, é importante mencionarmos que nem todos os autores estiveram presentes na construção deste breve estado da arte realizado, uma vez que abordaremos alguns elementos vinculados a esses e outros autores no capítulo subsequente, destacando, inclusive, a importância que os estudos antropológicos tiveram no que diz respeito a subsídios teórico-metodológicos nas pesquisas publicadas no SINGA que discutem povos indígenas e comunidades quilombolas com ênfase na abordagem territorial.

Desse modo, as reflexões propostas neste capítulo indicam a presença da abordagem interdisciplinar da temática dos povos e comunidade tradicionais na geografia agrária. Interdisciplinaridade que não ocorre de modo pontual, mas de uma perspectiva mais transversal, que considera contribuições de diversas ciências no estudo de populações que possuem especificidades culturais e que demandam subsídios de reflexões já amplamente sedimentadas em outros campos do conhecimento, como a antropologia.

3 CAPÍTULO III - O CONCEITO DE TERRITÓRIO NOS ESTUDOS SOBRE POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS PUBLICADOS NOS ANAIS DO SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA

No transcorrer deste capítulo, apresentamos reflexão sobre aspectos históricos dos Simpósios Internacionais de Geografia Agrária, considerando suas nove edições (2003-2019), assim como o debate sobre a interpretação dos resultados da análise de conteúdo efetuada nos artigos selecionados que discutem o conceito de território no estudo de temas vinculados aos povos indígenas e às comunidades quilombolas. Para construção desse percurso foram necessários aportes teóricos que subsidiaram a reflexão e, nesse sentido, destacamos que para a discussão das temáticas sobre identidade e cultura, tomamos como base autores como Hall (2006), Claval (2007) e Laraia (2001).

No quadro dos estudos acerca de indígenas e quilombolas, Almeida (2004), Almeida (2010) e Little (2002) são referências centrais para pensarmos as trajetórias conceituais e vivências dessas populações. Ademais, Bardin (2022) é igualmente importante, destacadamente, na análise dos artigos do SINGA por meio do desenvolvimento da metodologia da análise de conteúdo na pesquisa.

Nesse contexto, o presente capítulo subdivide-se em três subseções, na qual a primeira destina-se a apontar os aspectos mais importantes da história dos SINGA juntamente com outros detalhamentos sobre as edições realizadas, a segunda volta-se para a discussão das questões relativas aos povos indígenas e comunidades quilombolas a partir de uma perspectiva interdisciplinar no âmbito dos artigos selecionados dos SINGA e a terceira é centrada na análise dos textos selecionados nos anais do SINGA que discutem povos indígenas e comunidades quilombolas a partir da perspectiva territorial.

3.1 Os Simpósios Internacionais de Geografia Agrária: Olhares sobre a construção do evento

Os Simpósios Internacionais de Geografia Agrária ocorrem a mais de duas décadas⁶⁴, constituindo um espaço de reflexão e debate sobre temáticas, teorias e métodos de interesse da geografia agrária e de áreas afins. O evento agrega um perfil de participantes bastante plural, entre os quais destacamos integrantes de movimentos sociais, professores, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, representantes de povos indígenas, quilombolas, pescadores, etc.

De certo modo, essa marca heterogênea de participação no evento contribuiu não apenas para a consolidação desse simpósio como um dos mais destacados eventos da geografia agrária brasileira, mas também possibilitou, gradativamente, a construção de diálogos plurais em relação aos estudos sobre o campo no país, como evidenciam os temas nodais dos grupos de trabalhos, também chamados de eixos temáticos, realizados nas nove edições do SINGA.

Aditivamente, destacamos que essa pluralidade do SINGA torna-se mais palpável à medida que visualizamos os principais temas e objetos de pesquisa numa ótica temporal, isto é, analisando os pontos de interesse das pesquisadoras e dos pesquisadores ao longo dos vinte anos de trajetória do evento. O exemplo que damos e que constata essa observação, consiste no progressivo interesse dos participantes em estudos sobre povos e comunidades tradicionais, como evidenciaremos posteriormente.

A fim de resgatarmos alguns aspectos históricos referentes ao evento, organizamos a figura abaixo que apresenta as artes de divulgação das nove edições realizadas do Simpósio.

Figura 2 - Artes de divulgação de edições do SINGA (2003-2019)

⁶⁴ Acerca das edições do SINGA, é necessário apontarmos que esse simpósio, como evidencia Marques (2018), agrega num mesmo evento dois eventos nascidos em períodos distintos, especificamente, o Simpósio Nacional de Geografia Agrária foi realizado pela 1ª vez na Universidade de São Paulo, em 1998, e, nessa edição específica, não houve a publicação de anais dos trabalhos apresentados. Já o Simpósio Internacional de Geografia Agrária surgiu em 2003, também na USP, mas desta vez a edição contou com a publicação de trabalhos em seus anais. Dessa forma, justificamos a escolha do recorte temporal adotado nesta pesquisa (2003-2019) em função da impossibilidade de acessarmos os trabalhos apresentados na edição pioneira de 1998.

II Simpósio Nacional de Geografia Agrária / I Simpósio Internacional de Geografia Agrária
O CAMPO NO SÉCULO XXI
 Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social
 Universidade de São Paulo
 Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
 Departamento de Geografia
 05 a 08 de Novembro de 2003
 São Paulo

Anais
 III Simpósio Nacional de Geografia Agrária
 II Simpósio Internacional de Geografia Agrária
 Jornada Arivaldo Umbelino de Oliveira
 Desenvolvimento do Campo,
 das Florestas e das
 Águas
 Presidente Prudente, de 11 a 15 de novembro de 2005

SINGA
 III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
 IV SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
 JORNADA ORLANDO VALVERDE
 CAMPESINATO EM MOVIMENTO
 Londrina, 10 a 14 de Outubro de 2007
 Cine Teatro Universitário Ouro Verde - Rua Maracá, 65 - Centro

IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária
V Simpósio Nacional de Geografia Agrária
 A QUESTÃO (DA REFORMA) AGRÁRIA NA AMÉRICA LATINA
 Balanço e Perspectivas
 29/10 a 02/11/2009 | Niterói - RJ

VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária
V Simpósio Nacional de Geografia Agrária
 Questões Agrárias na Amazônia no Século XXI:
 Usos e Abusos do Território
 7 a 11.nov.2011
 Centro de Eventos Benedito Nunes,
 UFPA - Campus Guamá
 Realização:
 UFPA UFOPA FPA AGB-Setor Belém
 UFAM UNIR UFAC UEMA IFMA
 Faculdade de Geografia-Campus de Alvorada
 www.singa2011.ufpa.br

VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
VII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
1ª JORNADA DE GEOGRAFIA DAS ÁGUAS
 DE 22 SET 15 a 26 SET 2013 / UFPA - Belém / Brasil
**A QUESTÃO AGRÁRIA NO SÉCULO XXI:
 ESCALAS, DINÂMICAS E CONFLITOS TERRITORIAIS**

VII SINGA
 VII Simpósio Internacional e
 VIII Simpósio Nacional de
 Geografia Agrária
 Jornada das Águas e
 Comunidades Tradicionais
 A questão agrária na
 contemporaneidade
 desafios das cidades pela
 apropriação da terra, da água
 e do trabalho

VIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
SINGA 2017
 CURITIBA - PARANÁ - BRASIL - AMÉRICA LATINA

IX SINGA 2019
 PARA ALÉM DAS CERCAS QUE NOS CEGAM:
 AS NATUREZAS DAS R-EXISTÊNCIAS NA AMÉRICA LATINA
 11 a 15 de novembro de 2019 | Recife - PE | Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Fonte: anais do SINGA. Organização: autor.

As artes registram os temas centrais de cada edição, em que verificamos uma forte presença de temas como a Questão agrária e campesinato. No entanto, vale pontuarmos que apesar da recorrência de alguns temas centrais, as pesquisas publicadas são caracterizadas por uma multiplicidade de objetos e temáticas de pesquisa que espelham o caráter plural de populações na luta por territórios no campo brasileiro.

Numa perspectiva espacial, de notável interesse para o pensamento geográfico, as pesquisas publicadas no SINGA desvelam um campo brasileiro múltiplo, de territorialidades distintas, de povos e comunidades com modos específicos de compreender e de se relacionar com os territórios. Entretanto, essas pesquisas também desnudam uma alarmante realidade do nosso campo, e que não é efetivamente uma novidade na geografia agrária⁶⁵, notadamente a violência no campo, os conflitos por terra, a exploração e as desapropriações/ desterritorializações dos povos e comunidades tradicionais.

Como mencionado em capítulos anteriores, essas populações desenvolvem fortes laços com o espaço em que vivem, os seus territórios, logo, a expropriação desse elemento central da vida dos povos tradicionais traz implicações seríssimas, visto que, como demonstram autores que partem da abordagem cultural como campo de investigação, as relações entre território, territorialidade e a construção das identidades são elementos interdependentes⁶⁶ no cotidiano dos sujeitos sociais, inclusive na ótica das comunidades tradicionais.

⁶⁵ Os estudos agrários registram a existência de uma forte concentração fundiária do campo brasileiro e da existência de uma questão agrária até hoje não resolvida, que, junto a outros fatores, são elementos que contribuem para os assustadores índices de violência no campo. Algumas das obras que desvelam essa questão agrária, entre tantas outras, são Oliveira (2007) e Prado Júnior (2014). Todavia, vale salientarmos que, apesar das obras partirem de uma mesma matriz teórica para interpretar o campo sob avanço do capitalismo (marxista), defendem teses distintas, Oliveira (2007) participa da teoria da criação e recriação do campesinato e do latifúndio, enquanto, Prado Júnior (2014) integra a corrente interpretativa da modernização do latifúndio e destruição do campesinato.

⁶⁶ Atesta Claval (2002, p. 24) que “As identidades individuais e coletivas são fortemente ligadas ao desenvolvimento da consciência territorial. Num tempo em que a globalização ameaça muitas identidades, a luz que a abordagem cultural põe nas relações entre identidades e território indica interessantes perspectivas de ação.”

Todavia, antes de discutirmos especificamente os dados que evidenciam essa realidade, é importante traçarmos uma história do SINGA, retomando os anos pioneiros do evento (1998 e 2003), nos quais foram realizadas as suas primeiras edições em caráter nacional e internacional, respectivamente. A edição de 2003 ocorreu entre os dias 5 e 8 de novembro no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Em continuidade da contextualização acerca do evento, afirma Marques (2018) sobre a ambiência e alguns dos caracteres marcantes da realização das primeiras edições do simpósio.

Em 1998, o Laboratório de Geografia Agrária da Universidade de São Paulo organizou o 1º Simpósio Nacional de Geografia Agrária como um evento para tratar sobre a questão agrária e as lutas no campo, inovando ao reunir representantes da academia e dos movimentos sociais num debate horizontal. Essa experiência se consolidou com a realização de um novo Simpósio na USP em 2003, com caráter Internacional, dando origem ao Simpósio Nacional e Internacional de Geografia Agrária (Singa), que hoje é reconhecido entre acadêmicos e ativistas na América Latina, para além da área da geografia (Marques, 2018, p. 508).

Diante do exposto pela autora, alguns elementos do evento são centrais como a preocupação do evento em debater pautas referentes à questão agrária e às lutas no campo, trazendo representantes dos movimentos sociais que atuam nas bases da reivindicação por terra/território, como é o caso de camponeses vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), por exemplo.

Logo, evidenciamos que o simpósio possui um caráter bastante democrático no que diz aos diversos segmentos da sociedade que se preocupam com questões relacionadas ao campo e que participam do evento. Na esfera das pesquisas publicadas, vale destacar também a pluralidade de temáticas discutidas já em sua primeira edição. Nesse sentido, o quadro a seguir ilustra essa constatação de modo mais detalhado.

Figura 3 - Grupos de trabalho do I Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2003) “O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social”

Grupo de Trabalho	Nº de trabalhos
Uso da Terra e Produção Agrícola	5
Uso da Terra e Impactos Sócio-Ambientais	4

Unidades de Conservação e Populações Tradicionais	5
Teoria e Método em Geografia Agrária	5
Reforma Agrária e Impactos Territoriais	4
Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural	5
Povos Indígenas e Populações Tradicionais	5
Políticas Públicas no Campo	5
Os Movimentos Sociais e Reforma Agrária	5
Organização Política e Desenvolvimento Rural	5
O Rural e o Urbano	13
Movimentos Sociais no Campo	22
Modernização da Agricultura	15
Campesinato	9
Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável	4
Agricultura Familiar e Políticas Públicas	9
Agricultura Familiar e Crédito Rural	5
Agricultura, Ensino e Ambiente	4
Total	129

Organização: autor.

A partir do levantamento efetuado e exposto no quadro, verificamos que dois grupos de trabalho foram pensados para agregar as pesquisas vinculadas às populações tradicionais, o primeiro intitulado “Unidades de Conservação e Populações Tradicionais” e o segundo “Povos Indígenas e Populações Tradicionais”, os quais Juntos englobaram um total de 10 pesquisas.

Além dos Gts voltados para discussão em torno de temas vinculados às populações tradicionais, destacamos os que estão preocupados com elementos igualmente importantes e relacionados também aos interesses dos povos tradicionais, como a questão agrária, os movimentos sociais no campo, políticas públicas no campo e uso da terra e impactos socioambientais.

Esses núcleos temáticos dos Gts evidenciam algumas das grandes preocupações dos estudos agrários sobre o campo no despertar do século XXI e, como verificaremos nas próximas edições, as discussões referentes aos direitos e às lutas dos povos e comunidades tradicionais, tão silenciadas ao

longo da história⁶⁷, passarão a ter maior centralidade qualitativa e quantitativa nos anais do evento.

Nessa perspectiva, a edição subsequente do SINGA ocorreu na Universidade Estadual Paulista (UNESP) *campus* Presidente Prudente, em 2005, mais precisamente entre os dias 11 e 15 de novembro. De acordo com dados dos anais, essa edição, além de agregar os dois tradicionais simpósios (nacional e internacional), agregou a Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, tendo como tema central a questão do desenvolvimento na perspectiva do campo, das florestas e das águas.

No evento, houve uma preocupação de apresentar reflexões plurais, não circunscritas estritamente aos aspectos agrários, mas ampliando o debate sobre desenvolvimento no âmbito das florestas e das águas. O trecho abaixo, retirado da apresentação dos anais do SINGA 2005, relata os pontos gerais do simpósio:

O tema dos dois simpósios foi “Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas”. Esses procuraram aprofundar as leituras acerca da diversidade histórica constituinte do mundo agrário e rural, bem como debater os novos elementos da questão agrária a partir de conferências e mesas redondas. Contaram com a participação de destacados pesquisadores brasileiros e estrangeiros e de representantes dos movimentos sociais como, João Pedro Stédile (MST), Frei Sérgio Gorgen (MPA), Denílson Rodrigues de Moraes (MAB), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP), Victor Martin Martin (Universidad de La Laguna - Espanha), Sam Moyo (Instituto Africano de Estudos Agrário - Zimbábue), Armando Bartra (Instituto Maya - México), Richard Peet (Clark University - EUA), dentre outros.

Os simpósios ainda contaram com a significativa contribuição de consolidados pesquisadores brasileiros, além de jovens pesquisadores em formação, apresentando os resultados de seus trabalhos em comunicações livres, bem como a sua participação nos trabalhos de campo que se constituíram em momento privilegiado de debate do mundo agrário e rural contemporâneo a partir da realidade concreta da Região de Presidente Prudente e do Norte do Paraná, onde foram realizadas as excursões. (Singa, 2005)

⁶⁷ De acordo com Schwarcz (2021), a história oficial brasileira é repleta dos chamados silenciamentos e um dos exemplos mais evidentes desse processo é o processo de epistemicídio da memória da população negra. E a história dita oficial tem um papel nevrálgico nesses silenciamentos, pois conforme aponta Schwarcz (2021, p. 21) “A construção de uma história oficial não é, portanto, um recurso inócuo ou sem importância; tem um papel estratégico nas políticas de Estado, engrandecendo certos eventos e suavizando problemas que a nação vivenciou no passado mas prefere esquecer, e cujas raízes ainda encontram repercussão no tempo presente. O procedimento acaba, igualmente, por autorizar apenas uma interpretação, quando se destacam determinadas atuações e formas de sociabilidade, obliterando-se outras.”

Como o trecho acima nos aponta, a edição de 2005 foi marcada por uma ampliação do evento, o qual passou a contar com maior visibilidade, chegando à marca de 242 trabalhos publicados em seus anais, o que representa um crescimento de mais de 87% no número de trabalhos publicados quando comparamos com os dados referentes ao SINGA 2003.

Ademais, é importante mencionarmos a maior internacionalização do evento, com a participação de referências importantes da ciência geográfica, como o geógrafo Richard Peet⁶⁸. Em relação às temáticas dos grupos de trabalhos, verificamos uma continuidade das grandes discussões que foram tratadas na edição de São Paulo, todavia, com um número menor de eixos temáticos (8 no total). Na figura a seguir, sintetizamos as informações referentes aos Gts construídos no SINGA 2005:

Figura 4 - Grupos de Trabalhos do II Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2005)
“Desenvolvimento do campo, das florestas e das águas”

Grupo de trabalho	Nº de trabalhos
Desenvolvimento territorial	47
Relação campo-cidade	38
Educação do campo, das florestas e das águas	19
Questões teórico-metodológicas da geografia agrária hoje	6
Agronegócio	26
Etnodesenvolvimento	11
Luta pela terra e reforma agrária	44
Agricultura camponesa/agricultura familiar	51
Total	242

Organização: autor

Como o diagrama evidencia, os núcleos temáticos propostos pelos oito Gts são diversos, todavia é notável que a discussão acerca de povos e comunidades tradicionais ficou circunscrita a um grupo de trabalho, que foi intitulado de “etnodesenvolvimento”. Esse fato é notável se comparamos os Gts do SINGA 2005 com a edição anterior, de 2003, a qual contou com dois Gts voltados para discussão sobre unidades de conservação e populações tradicionais e outro voltado para reflexão sobre populações indígenas.

⁶⁸ A participação de Richard Peet (Clark University- USA) no evento ocorreu com uma conferência por ele ministrada, ao lado de *Cliff Welch* (Grand Valley State University- USA), sobre desenvolvimentos imaginários.

Ademais, vale mencionarmos que o Gt “etnodesenvolvimento” contou apenas com a publicação de 11 trabalhos, enquanto Gts como “Desenvolvimento territorial”, “Agricultura camponesa/ agricultura familiar” e “Luta pela terra e reforma agrária” contaram com mais de 40 trabalhos cada. Ademais, os outros Gts do evento também obtiveram número de publicações relevantes, como “Agronegócio” (26), “Relações campo-cidade” (38) e “Educação do campo, das florestas e das águas” (19). No quadro geral do evento, a despeito da importância da reflexão sobre teoria e método na geografia agrária, o Gt destinado a essas reflexões teórico-metodológicas foi o que teve a menor participação, contando apenas com 6 pesquisas publicadas.

De certo modo, esse quadro revela que as preocupações da geografia agrária com as temáticas voltadas para o estudo de populações tradicionais davam os primeiros passos rumo a uma maior consolidação ao longo das próximas duas décadas, acompanhando transformações em curso na realidade⁶⁹ social. Por outro lado, gostaríamos de destacar que, ainda que a discussão sobre populações tradicionais estivesse dando os primeiros passos, a reflexão em torno da abordagem territorial nos estudos agrários já tinha centralidade, sendo o Gt destinado à reflexão acerca do desenvolvimento territorial o segundo em número de publicações.

Essa centralidade do território é abordada, principalmente, em estudos referentes ao processo de modernização da agricultura e modernização do território em curso no campo, com seus respectivos impactos territoriais, além de ser bastante utilizado em pesquisas focadas na discussão do campesinato⁷⁰, em torno de subtemas como assentamentos rurais, agrovilas,

⁶⁹ Entre as inúmeras mudanças que colocam o debate sobre questões referentes aos povos e comunidades tradicionais, destacamos elementos jurídicos que buscam garantir direitos dessas populações, que por tanto tempo foram invisibilizadas, perseguidas e silenciadas, como bem evidenciam os estudos de Oliveira (2004), Arruti (1997) e Almeida (2011). Como exemplos desses instrumentos jurídicos, citamos as Leis 10.639 e 11.645, que trazem a obrigatoriedade dos estudos sobre história e cultura afro-brasileira e indígena em todo o currículo escolar, além da Lei 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, a qual é responsável por trazer, como uma de suas contribuições, a reparação de uma dívida histórica que a sociedade brasileira tem perante as populações afrodescendentes. Aditivamente, é importante mencionarmos que essas leis são frutos de movimentos críticos ocorridos na sociedade, destacadamente as reivindicações do Movimento Negro, de acadêmicos, entre outros.

⁷⁰ A discussão em torno do *campesinato* tem forte relevância nos estudiosos do agrário e, conseqüentemente, na geografia agrária de matriz marxista. Em Oliveira (2007), podemos verificar essa informação nas primeiras páginas de sua obra, na qual ele destaca as três

etc. Assim, os temas que nos preocupamos nesta pesquisa, povos e comunidades tradicionais, ainda não tinham a forte presença que virão a ter em edições posteriores com o fortalecimento de novos paradigmas, como as abordagens pós-estruturalista e cultural.

A edição subsequente do SINGA foi realizada em Londrina-PR, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), entre os dias 10 e 14 de outubro de 2007. Além da realização conjunta dos simpósios nacional e internacional de geografia agrária, a edição contou com a realização da Jornada Orlando Valverde. Acerca dos aspectos gerais do evento, o trecho a seguir retirado da apresentação dos anais do evento relata que:

Tendo como eixo estrutural o tema "Campepinato em Movimento", esse evento busca valorizar todas as contribuições que não se encarceram nos ramos disciplinares, nem aquiescem com pressupostos que extirpam do plano teórico os sujeitos que a realidade insiste em evidenciar. Serão suas lutas, seus desafios e suas estratégias de recriação que deverão conduzir as reflexões, com destaque para os desdobramentos do projeto neoliberal para o campeonato latino-americano e os desafios futuros ante o recrudescimento das investidas para assegurar a sujeição da renda da terra ao capital. Rompendo com a visão tecnicista e unilateral do triunfo do mercado, buscar-se-á as experiências alternativas que se materializam em frações do território em que saberes locais, cooperação e ajuda mútua se articulam, permitindo a recriação contraditória do campeonato. É em torno desses princípios que se buscará o aprofundamento de conhecimentos que possam efetivamente contribuir para um campo, e uma cidade, mais sustentáveis e solidários, reunindo, para isso, renomados pesquisadores brasileiros e estrangeiros, camponeses, lideranças, profissionais e acadêmicos da Geografia e áreas afins. (Singa, 2007)

Do trecho, alguns elementos destacam-se, como o tema central proposto para o simpósio, "Campeonato em movimento", discutido notadamente a partir da ótica da chamada teoria da criação e recriação do campeonato e do latifúndio. Aditivamente, elementos como o enfrentamento à lógica neoliberal a partir de experiências locais nas frações do território é outro ponto que destacamos como importante para compreender o perfil do evento.

principais abordagens teóricas da agricultura, as quais buscam explicar a generalização das relações de produção tipicamente capitalistas no seio da produção agropecuária, sendo elas: a teoria clássica ou da destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios, a segunda intitulada teoria da permanência das relações feudais no Brasil e, por fim, a teoria da criação e recriação do campeonato e do latifúndio. A fim de maior aprofundamento em torno desta última teoria citada, bastante influente nos estudos do SINGA voltados para pesquisas sobre camponeses, verificar Lima (2017).

Essa edição contou com seis eixos temáticos e contou com a participação de diversos intelectuais, como Teodor Shanin, Miguel Teubal, Ariovaldo U. de Oliveira, Clarice Aparecida dos Santos, C. W. Porto-Gonçalves e de representantes de movimentos sociais, como Rosana C. da Costa Sampaio. Na figura a seguir, apresentamos os eixos temáticos organizados no evento:

Figura 5 - Grupos de Trabalho do III Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2007)
“Campesinato em movimento”

Grupo de trabalho	Nº de trabalhos
Desenvolvimento do/no campo, florestas e águas	111
Educação no campo	19
Trabalho e migração no campo	36
Luta pela terra e Reforma Agrária	82
Relação campo-cidade	20
Teorias em Geografia Agrária	17
Total	285

Organização: autor

Na edição de 2007, como evidencia a figura, os grupos de trabalhos foram voltados principalmente para discutir questões referentes ao campesinato, não havendo um eixo temático específico para discutir temas relacionados aos povos e comunidades tradicionais. O eixo temático que talvez mais se aproximasse dessa reflexão foi o eixo “Desenvolvimento do/no campo, florestas e águas”, ainda assim, tangencialmente. Adicionalmente, vale mencionarmos que o SINGA 2007 publicou um total de 285 trabalhos, sendo os eixos “Desenvolvimento do/no campo, florestas e águas” e “Luta pela terra e reforma agrária” os que mais contaram com publicações de trabalhos, este com oitenta e dois textos, aquele com cento e onze.

Na sequência, ano de 2009, foi realizado o IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária, no Estado do Rio de Janeiro, através de uma parceria entre os cursos de Geografia da Universidade Federal Fluminense e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O tema central da edição foi “A questão (da reforma) agrária na América Latina: avanços e perspectivas”. Além disso, destacamos que nessa edição, dando continuidade à tradição de homenagear pensadoras (es) da geografia iniciada no II SINGA, foi realizada a Jornada Josué de Castro.

A edição de 2009 contou com um número expressivo de Grupos de Trabalho, 33 no total, e, nesta edição, alguns Gts foram criados justamente para agremiar pesquisas que discutiam povos e comunidades tradicionais. No quadro abaixo, buscamos sintetizar os Gts realizados e o número de trabalhos detectados em cada um deles.

Figura 6 - Grupos de trabalho do IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2009) “A questão da (reforma agrária) na América Latina: balanço e perspectivas”

Grupo de trabalho/ eixo temático/ espaços de diálogo	Nº de trabalhos
A questão (da reforma) agrária	13
A questão agrária na américa latina	13
A questão agrária no espaço amazônico	14
A questão da água	12
Agricultura camponesa e agronegócio, tensões e disputas territoriais	10
Agricultura familiar	13
Agrocombustíveis	11
Agroecologia: experiências e práticas	14
Assentamentos e acampamentos rurais: a espacialização da luta pela terra	12
Assentamentos rurais: possibilidades e desafios	13
Associativismo e cooperativismo	11
Campesinato: estratégias de re-existência	12
Campesinato: resistência e permanência na/pela terra	12
Comunidades quilombolas	14
Conflitos e impactos socioambientais	10
Conflitos no campo: a luta pela terra como elemento constitutivo da questão agrária	12
Educação do campo	13
Espaço agrário brasileiro: olhares e interpretações	12
Expansão do agronegócio – silvicultura e sojicultura	10
Expansão do agronegócio canavieiro	12
Expansão e modernização da agricultura	11
Gênero e questão agrária	8
Mídia e relações sociais e de poder no campo brasileiro	7
Movimentos sociais no campo	9
Políticas de (des)envolvimento territorial rural	12
Políticas públicas para/no campo	9

Povos e comunidades tradicionais	13
Questão agrária e transformações territoriais	11
Relação campo – cidade	13
Relações de trabalho e migrações	12
Sociedade- natureza	9
Territorialidades no espaço amazônico	13
Transformações territoriais no cerrado brasileiro	10
Total	380

Organização: autor

Um caractere interessante dessa edição, é o número de eixos temáticos destinados a discutir as reflexões em torno do campo no Brasil e no mundo e essa amplitude conferiu um caráter bastante específico aos espaços de diálogo/ eixos temáticos. Como exemplos dessa situação, destacamos os três espaços de diálogos destinados a refletir sobre a questão agrária no Brasil, na América Latina e as relações entre gênero e questão agrária.

E, nesta edição, dois desses espaços foram destinados a agremiar as pesquisas que versaram sobre povos tradicionais, no qual um refletiu especificamente sobre comunidades quilombolas e outro teve um caráter mais genérico sobre a temática de povos tradicionais. Assim, quando comparamos essas informações com os eixos temáticos da edição de 2007, percebemos um avanço qualitativo no sentido de trazer mais visibilidade a essas discussões em eixos temáticos específicos.

No ano de 2011, a Amazônia recebeu a edição subsequente do SINGA, em Belém do Pará, na Universidade Federal do Pará (UFPA), entre os dias 07 e 11 de novembro. A edição teve como tema central as “Questões Agrárias na Panamazônia no século XXI: usos e abusos do território”. Em conjunto com ela foi realizada a Jornada Jean Hébette, que homenageou o pesquisador e ativista que intensamente denunciou os impactos e contradições de empreendimentos mineradores e hidroelétricos no território amazônico.

O simpósio contou com a execução de 14 eixos temáticos, que publicaram um total de 683 pesquisas, tornando essa edição a de maior número de publicações até então. Os eixos temáticos sintetizaram, de certo modo, a pluralidade presente no campo brasileiro, como a figura a seguir ilustra.

Figura 7 - Eixos temáticos do V Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2011) “Questões Agrárias na Panamazônia no século XXI: usos e abusos do território”

Grupo de trabalho	Nº de trabalhos
Apropriação dos recursos naturais e impactos ambientais na Amazônia: terra, água e floresta	47
Relação campo-cidade	72
Questão agrária, processos migratórios e relações de trabalho	68
Dinâmicas e conflitos territoriais no espaço agrário brasileiro	95
Luta pela terra e reforma agrária na pan-amazônia	6
Turismo e geografia agrária	27
Educação do campo	67
Populações e comunidades tradicionais	68
Gênero e campesinato	16
Dinâmicas territoriais e conflitos agrários na América Latina	7
Políticas, planos e programas de estado para o campo na Amazônia	30
Campesinato, agricultura familiar a agronegócio: conflitos e disputas	87
Técnica, política e reordenamento territorial no campo	50
Modos de vida na Amazônia e as relações com a Natureza	43
Total	683

Organização: autor

Dentro do conjunto de eixos temáticos destacados no quadro, ressaltamos a presença de dois eixos destinados a discutir questões voltadas às populações tradicionais, o eixo 8 “Populações e comunidades tradicionais” e o eixo 14 “Modos de vida na Amazônia e as relações com a natureza”. Nesse sentido, notamos a tendência verificada ao longo de algumas edições anteriores de haver espaços específicos para reflexões sobre indígenas, quilombolas, faxinalenses, geraizeiros, vazanteiros, etc.

A edição subsequente do simpósio foi realizada em João Pessoa, o VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária. O Simpósio contou com a publicação de 1.063 trabalhos, divididos entre trabalhos completos e resumos expandidos, em seus anais.

Ademais, a edição contou com 14 eixos temáticos, dos quais 1 foi destinado a discutir questões referentes aos povos e comunidades tradicionais. Todavia, destacamos que o eixo temático agremiou pesquisas não apenas sobre comunidades tradicionais, mas também acerca de campesinato e agroecologia. De certo modo, não ocorreu um eixo específico para discussão

dos povos tradicionais. A figura abaixo apresenta os eixos ocorridos no VI SINGA.

Figura 8 - Eixos temáticos do VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2013) “Questão Agrária no Século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais”

Eixo temático	Nº de trabalhos
Estados, políticas públicas e desenvolvimento rural	171
Assentamentos rurais e reforma agrária	99
Movimentos sociais no campo e luta pela terra	70
Agroenergia, mineração e impactos socioambientais	51
Comunidades tradicionais, resistência, recriação camponesa e agroecologia	180
Modernização da agropecuária e reestruturação produtiva	94
Relação capital x trabalho no campo, degradação ambiental e saúde do trabalhador	29
Agrohidronegócio, conflitos e alternativas de gestão da água	71
Relação campo-cidade	89
Dinâmicas migratórias e mobilidade do trabalho rural	32
Educação do/no campo	83
Questões de gênero no campo	32
Teorias agrárias e teorias geográficas	25
Representações cartográficas e geotecnologias nos estudos agrários	37
Total	1.063

Organização: autor

A partir das informações presentes no quadro, detectamos que o eixo temático que mais se destacou quantitativamente em número de trabalhos publicados foi justamente o eixo “Comunidades tradicionais, resistência, recriação camponesa e agroecologia”, situação que pode ser explicada pela junção, num só grupo de trabalho, de três linhas de pesquisa que possuem relevância e especificidades: comunidades tradicionais, campesinato e agroecologia.

No VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária, ocorrido em Goiânia no ano de 2015, o evento contou com a presença de 16 Grupos de trabalhos. No quadro abaixo, buscamos evidenciar os eixos temáticos realizados na respectiva edição.

Figura 9 - Eixos temáticos do VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2015) “A Questão Agrária na Contemporaneidade: dimensões dos conflitos pela apropriação da terra, da água e do subsolo”

Eixo temático	Nº de trabalhos
Estado, políticas públicas e desenvolvimento	78
Assentamentos rurais e reforma agrária	31
Movimentos sociais no campo e luta pela terra	32
Agroenergia, mineração e efeitos socioambientais	26
Campesinato, comunidades tradicionais e resistências	89
Reestruturação produtiva e modernização do território	49
Relação capital x trabalho no campo: degradação ambiental	19
Agrohidronegócio e conflitos pelo uso da água	15
Paradigmas da relação cidade-campo	16
Processos migratórios e mobilidade espacial do trabalho	13
Gênero e diversidade no campo	21
Apropriação da natureza, acumulação e contra hegemonias	4
Cartografias sociais e as geotecnologias nos estudos agrários	17
Geopolítica dos alimentos, agroecologia, soberania alimentar	36
Educação do/no campo e educação ambiental	43
Território, turismo e conflitos	10
Total	499

Organização: autor

No VII SINGA, detectamos que apenas um eixo temático teve como foco a discussão de comunidades tradicionais e, some-se a isso, o fato do eixo temático não ser exclusivamente destinado a temas com esse núcleo de interesse, pois o eixo “5” traz também como tema central a questão do campesinato, que tem longa tradição na geografia agrária, mas que possui suas especificidades quando comparamos com pesquisas que se voltam para a reflexão sobre povos e comunidades tradicionais.

A edição subsequente do simpósio foi realizada no ano de 2017, na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba. O evento ocorreu entre os dias 1 e 5 de novembro daquele ano e contou com uma ampliação no número de participantes e de pesquisas publicadas em relação à edição anterior. Abaixo segue o quadro com os eixos temáticos ocorridos no evento:

Figura 10 - -- Eixos temáticos do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2017)
 “Resistência e rebeldia desde baixo nos territórios de vida”

Eixo temático/ Grupo de Trabalho	Nº de trabalhos
Mobilização camponesa na escala do Brasil e na escala de América Latina e Caribe	15
Comunidades tradicionais na luta por territórios	97
Práticas e conflitos nos territórios dos povos indígenas	32
Questões de gênero, geração e sexualidade no campo	42
Políticas públicas e perspectiva de desenvolvimento para o campo	110
Debatendo a(s) reforma(s) agrária(s) e os assentamentos rurais	49
Estado e ordenamento jurídico na produção do espaço rural	22
Reestruturação produtiva e processos migratórios no campo	60
Organização, mobilidade espacial e degradação do trabalho no campo	30
Agrohidronegócio e conflitos pelo uso da água	22
Mineração, Agroenergia e Conflitos Territoriais	24
Conflitos socioambientais e neoextrativismo na disputa pela natureza no campo	31
Agrotóxicos, transgênicos e outras tecnologias no campo: usos e abusos	22
Educação do/no campo	68
Projetos de extensão universitária, de formação e de produção de materiais didáticos e audiovisuais no campo	28
Cartografando práticas e conflitos no campo	20
Geopolítica dos alimentos e soberania alimentar	30
Agroecologia, economia(s) solidária(s) e mercados camponeses	56
Total	758

Organização: autor

A partir das informações disponibilizadas no quadro acima, depreendemos que há uma diversificação de grupos de trabalhos que se dedicam ao estudo do espaço agrário, inclusive, com a presença de dois grupos específicos para discutir comunidades tradicionais e práticas e conflitos nos territórios dos povos indígenas. Esses dois Gts publicaram um total de

mais de cem pesquisas que lançam olhares sobre a diversidade de populações tradicionais existentes no território do Brasil e da América Latina, além de representar uma mudança positiva em relação ao tratamento dos estudos sobre povos e comunidades tradicionais, que em edições anteriores ficaram agregadas em outros campos temáticos.

Aditivamente, a amplitude de participantes, a diversidade e o quantitativo de pesquisas publicadas no SINGA 2017 revelam a consolidação progressiva do evento com o passar do tempo. Na edição de 2017, o evento registrou um total de 758 publicações em seus anais (trabalhos completos e resumos expandidos), número que somente é superado pela edição realizada em João Pessoa (2013).

Por fim, a edição mais recente, que possui anais publicados, foi realizada entre os dias 11 e 15 de novembro de 2019, em Recife, o IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária e X Simpósio Nacional de Geografia Agrária. A nona edição do Simpósio foi construída a partir da organização do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC) do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O trecho abaixo relata o tema nuclear do evento, bem como as principais dinâmicas ocorridas no SINGA 2019.

Com o tema central: “Para além das cercas que nos cegam: As Naturezas das R-existências no campo na América Latina”, as atividades políticas e técnico científicas consistiram em: conferência de abertura com homenagens aos lutadores e lutadoras do povo. Mesas redondas, oficinas, grupos de trabalhos, trabalhos de campo, lançamentos de livros e vídeos, feira agroecológica e SINGA na Rua (Singa, 2019).

Essa edição contou não apenas com os elementos mais tradicionais que ocorrem num evento científico (apresentação de trabalhos, mesas-redondas, etc), mas também incorporou atividades de campo em áreas rurais, contou com a realização de uma feira agroecológica e de manifestação nas ruas do Recife. Destacamos que essa edição contou com a presença de 21 eixos temáticos/grupos de trabalho, que publicizaram um total de 932 pesquisas nos anais do evento. Abaixo segue o quadro com os Gts/eixos temáticos:

Figura 11 - Eixos temáticos do IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária (2019) “Para além das cercas que nos cegam: as naturezas das r-existências na América Latina”

Grupo de trabalho/ eixo temático	Nº de trabalhos
Debatendo a(s) reformas agrárias e os assentamentos rurais	69
Mobilização camponesa na América Latina	25
Comunidades tradicionais na luta por territórios	140
Práticas e conflitos nos territórios dos povos indígenas	41
Agroecologias, economias solidárias e mercados camponeses	77
Políticas públicas e perspectivas de desenvolvimento para o campo	85
Estado e ordenamento jurídico na produção do espaço agrário	28
Reestruturação produtiva e processos migratórios no campo	36
Organização, mobilidade espacial e degradação do trabalho no campo	28
Agrohidronegócio e conflitos pelo uso da água	37
Agroenergia e mineração no meio rural	24
Conflitos socioambientais e neoextrativismo na disputa pela natureza	34
Agrotóxicos, transgênicos e outras tecnologias no campo: usos e abusos	32
Educação do/no campo	82
Projetos de extensão universitária, de formação e de produção de materiais didáticos e audiovisuais no campo	26
Cartografando práticas e conflitos no campo	26
Geopolítica dos alimentos e soberania alimentar	26
Questões de gênero, geração e sexualidade no campo	51
Sociobiodiversidade, alimentos e patologização da vida	6
Mundialização e financeirização da agricultura	43
Agricultura entre a terra-floresta e a floresta tropical: Amazônia como lugar de muitos mundos no sistema-mundo contemporâneo	12
Total	932

Organização: autor

A partir dos dados disponibilizados na figura, depreendemos que há uma ampliação do número de pesquisas publicadas no SINGA 2019 em relação à edição anterior e, quando comparamos esses números de 2019 com os da primeira edição do Simpósio Internacional de Geografia Agrária, realizada em 2003, o qual contou com 129 publicações, verificamos um crescimento exponencial de 622 %.

Todavia, apesar da relevância desse crescimento quantitativo, que engloba a própria ampliação do número de participantes do evento ao longo do tempo, acreditamos que o fortalecimento qualitativo das temáticas pesquisadas

e publicadas nos anais do SINGA tiveram avanços notáveis. E um dos exemplos que damos nesse sentido é a sedimentação da discussão sobre povos e comunidades tradicionais que teve um crescimento gradativo nas reflexões de diversas pesquisas analisadas, o que acabou por induzir a necessidade de haver grupos de trabalho específicos para debater essas temáticas.

Em termos gerais, a trajetória dos SINGA, contada em seus anais ao longo de quase duas décadas, demonstram mudanças de preocupações temáticas e até mesmo teórico-metodológicas, que acompanham as metamorfoses da realidade social. Efetivamente, essas transformações refletem, em menor escala, o que Claval (2014a) identifica nos percursos da geografia: uma história que somente pode ser compreendida a partir do contexto intelectual, social, político e administrativo que circunscrevem cada época.

3.2 Povos indígenas e comunidades quilombolas através de pesquisas publicadas no Simpósio Internacional de Geografia Agrária

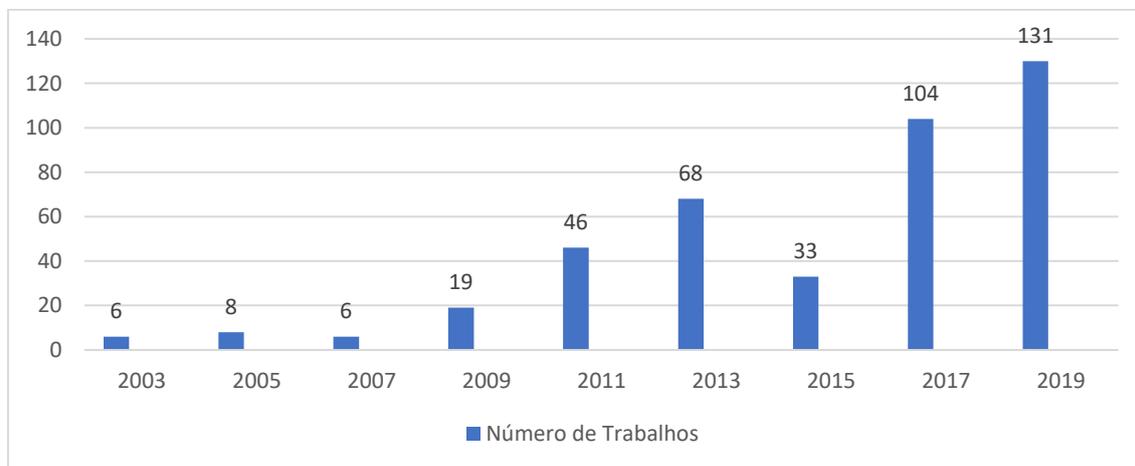
No subcapítulo anterior, apresentamos os aspectos gerais das edições realizadas do Simpósio Internacional de Geografia Agrária e, nessa perspectiva, foi possível identificar uma preocupação crescente dos estudos agrários em torno da temática dos povos tradicionais.

Assim, neste subcapítulo, apresentaremos alguns dos resultados da análise de conteúdo efetuada nas pesquisas publicadas nos anais das nove edições do evento que discutem povos indígenas e comunidades quilombolas, respondendo questões como: quais populações/comunidades foram estudadas em pesquisas publicadas nos anais do evento? Houve contribuição de outras áreas do conhecimento na análise de objetos de estudo envolvendo povos e comunidades tradicionais? Quais as principais palavras-chave dessas pesquisas?

Nesse contexto, como nosso objeto tem com centro temático as pesquisas que discutem povos indígenas e comunidades quilombolas a partir da perspectiva territorial, buscaremos inicialmente ilustrar quais povos e comunidades têm se destacado nos estudos publicados nos anais do SINGA. A

figura 12 expressa o número de trabalhos publicados ao longo de suas nove edições com foco no estudo de povos indígenas e comunidades quilombolas.

Figura 12 - Quantidade de trabalhos nos anais do SINGA sobre povos indígenas e comunidades quilombolas por ano de edição do evento

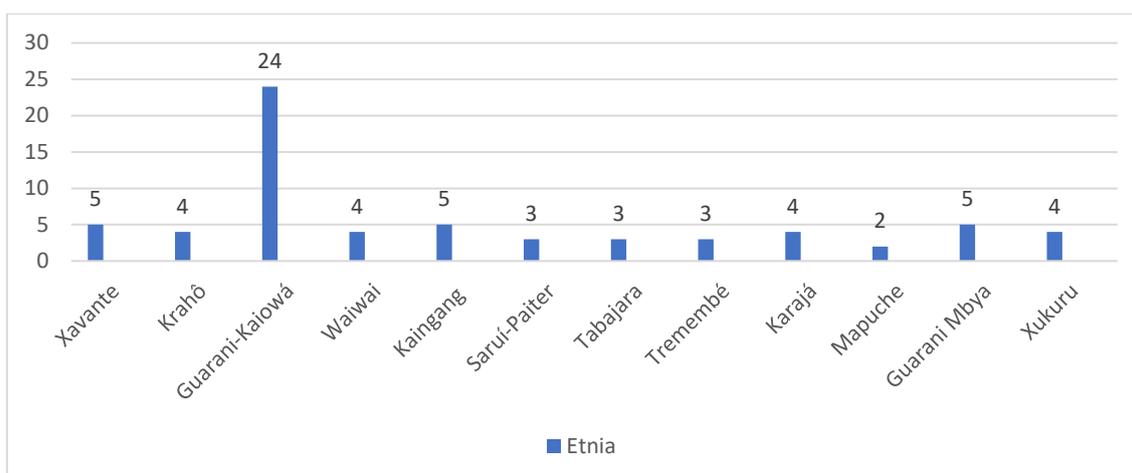


Fonte: Anais do SINGA. Organização: autor.

Nesse contexto, verificamos um gradativo crescimento do número de pesquisas dedicadas aos estudos sobre povos indígenas e comunidades quilombolas ao longo das edições do evento (2003-2019). Não obstante, é importante salientarmos que esse número é maior caso considerarmos a ampliação do recorte para os demais povos e comunidades tradicionais, fato que atesta a relevância que esses sujeitos sociais têm galgado nos estudos da geografia agrária.

Isso posto, iniciaremos o detalhamento dos resultados obtidos por meio da análise de conteúdo desses trabalhos focando nos povos indígenas e, posteriormente, nas comunidades quilombolas. Acerca dos povos indígenas estudados em pesquisas publicadas nas nove edições do SINGA (2003-2019), identificamos uma ampla variedade de etnias estudadas, como evidencia a figura abaixo:

Figura 13 - Principais povos indígenas estudados nos anais do SINGA



Fonte: anais do SINGA. Organização: autor.

As informações ilustradas no gráfico evidenciam apenas uma parte das etnias estudadas em pesquisas publicadas nos anais do SINGA, tendo em vista que foram identificados mais de 50 distintos povos indígenas estudados ora de forma específica, ora de forma conjunta com outras populações. Assim, no quadro evidenciamos as etnias mais estudadas desse conjunto total e verificamos que há uma forte representatividade de estudos dedicados à reflexão sobre os Guarani-Kaiowá.

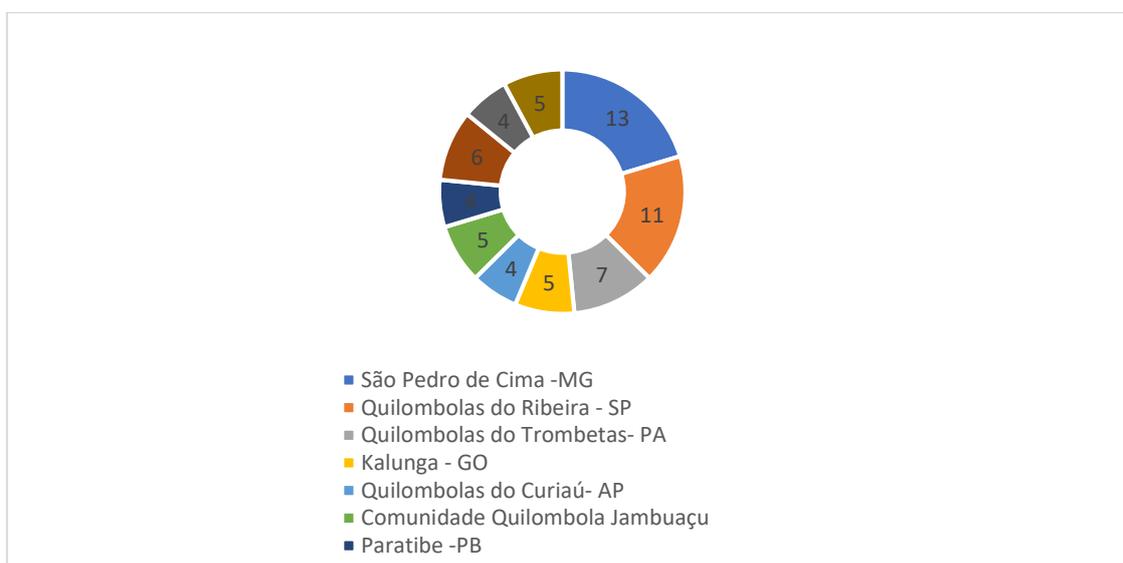
As reflexões contidas nas pesquisas que envolvem os Guarani-Kaiowá dialogam com diferentes dimensões estudadas desse povo, como o estudo da resistência jovem Guarani-Kaiowá efetuada por Martins, Alziro e Monfort (2019), mas com a maioria das pesquisas voltadas para as questões que envolvem a expropriação desse povo indígenas de seu Tekoha, conflitos fundiários, suicídios e uso da violência contra os Guarani-Kaiowá, como evidenciam as pesquisas de Mota (2009, 2011) e Bastos (2013).

Além de pesquisas voltadas para o estudo dos povos Guarani e Kaiowá, também detectamos diversas pesquisas com foco em outras populações indígenas, como os Xavante, os Krahô, os Waiwai, os Kaingang, os Tabajara, os Saruí-Paiter, os Tremembé, os Mapuche, os Karajás, os Akwe-Xerente, os Kinikinau, os Pankararu, os Xukuru, os Tapuya, os Potiguara, os Kalapalo, os Pataxó, os Anacé, os Jenipapu-Kanindé, entre outras etnias que compõem a diversidade de povos indígenas presentes não apenas no território brasileiro, mas também em outros países da América do Sul.

Todavia, vale destacarmos que nem todas as pesquisas que trataram de temáticas indígenas não tiveram como foco o estudo de um povo específico, algumas vezes havia mescla no objeto de pesquisa integrando estudo de ribeirinhos e quilombolas junto a indígenas⁷¹, por exemplo, havendo, até mesmo, pesquisas que não especificavam qual população estavam estudando, muitas dessas pesquisas sendo mais de âmbito teórico, com preocupações mais estruturais em relação às políticas públicas voltadas ao atendimento de povos e comunidades tradicionais.

Noutro âmbito, buscamos investigar as comunidades quilombolas estudadas ao longo dos vinte anos de existência dos SINGA e, nessa perspectiva, verificamos uma quantidade maior de pesquisas voltadas ao estudo de quilombolas em relação às pesquisas sobre povos indígenas. A figura abaixo expressa algumas das principais comunidades quilombolas investigadas por trabalhos publicados nos anais do respectivo evento.

Figura 14 - Principais comunidades quilombolas investigadas em pesquisas publicadas nos anais das nove edições do SINGA (2003-2019)



Fonte: Anais do SINGA. Organização: autor.

⁷¹ Um dos artigos que traz essa perspectiva de estudo de ribeirinhos junto a povos indígenas é o produzido por Cardoso e Sacramento (2013), o qual, através de um referencial teórico fundamentado na fenomenologia de Merleau-Ponty, busca compreender os espaços vividos de indígenas e ribeirinhos do Rio Cueiras, entorno de Manaus- AM. Outro artigo que exemplifica essa situação é o estudo de Neves, Franco e Sousa (2017), que discutem a problemática da sobreposição de territorialidades indígenas e ribeirinhas, destacando a ausência do poder público em determinados serviços necessários aos ribeirinhos.

A princípio, identificamos que a uma ampla de diversidade de comunidades estudadas, contabilizando em nosso levantamento bibliográfico mais de 150, todavia a maioria aparece uma vez em pesquisas pontuais ao longo dos anais, já as que aparecem 3 ou mais vezes foram destacadas na figura acima, que nos expõe uma amostra dessa pluralidade de comunidades estudadas, indo desde comunidades do Amapá (Comunidade Quilombola Curiaú) até o Sul do Brasil (Comunidade Quilombola Paiol, no Paraná).

Dito isso, destacamos que a comunidade quilombola mais estudada em pesquisas dos anais foi São Pedro de Cima, localizada no Estado de Minas Gerais, com 13 pesquisas se dedicando a ela como objeto de estudo. Essas pesquisas versaram sobre diferentes dinâmicas enfrentadas pela comunidade, notadamente as questões envolvendo a monocultura do eucalipto⁷², as práticas agroecológicas na comunidade, o estudo da etnoterritorialidade⁷³, além de questões envolvendo educação ambiental e educação do campo na localidade.

Além da Comunidade supracitada, outras tiveram enfoque em algumas pesquisas analisadas, como os quilombolas do Vale do Ribeira no Estado de São Paulo, os Kalunga de Goiás, os quilombolas do Trombetas no Pará, a Comunidade Quilombola Só Assim no Maranhão, a Comunidade Paratibe na Paraíba, a Comunidade do Paiol no Paraná, a Comunidade São Francisco do Paraguaçu- BA, entre outras que não estão expressas no gráfico devido ao elevado número de comunidades estudadas (mais de 150), fato que inviabiliza destacá-las todas num mesmo gráfico.

Também vale mencionarmos que algumas das pesquisas que tinham como enfoque o estudo de comunidades quilombolas partiram de outros enfoques analíticos, por exemplo, identificamos pesquisas que estudavam não

⁷² Como exemplos dessas pesquisas que discutem as tensões territoriais advindas com o plantio das monoculturas do eucalipto em São Pedro de Cima, citamos Imbelloni, Lyra e Balbino (2013) que publicizam a pesquisa “Aspectos socioambientais do plantio de eucaliptos na Comunidade Sõa Pedro de Cima, Divino, MG” e Bernardino e Carneiro (2013) que produzem a pesquisa intitulada “Territorialidade agrária e econômica na mesorregião da zona da mata mineira: estudo de caso na prática da silvicultura de eucalipto em território quilombola”.

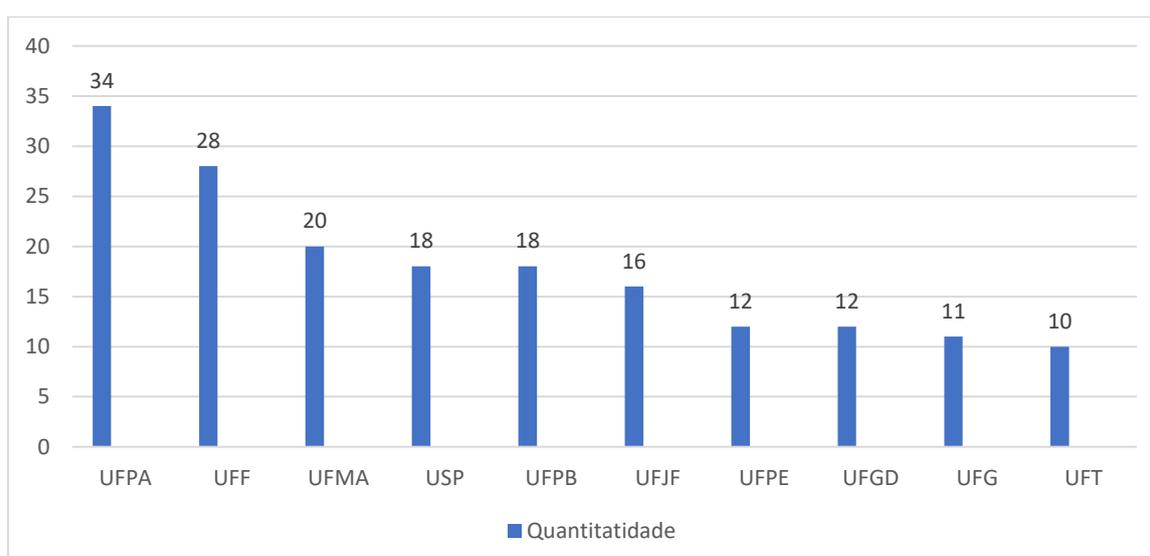
⁷³ Outra pesquisa que nos chamou atenção foi a pesquisa de Carneiro e Dantas (2011) intitulada “Etnoterritorialidades quilombolas em São Pedro de Cima: notas sobre família, terra, tensões e poderes estabelecidos”, a qual se preocupou com o estudo da etnoterritorialidade da Comunidade São Pedro de Cima através da decomposição etnográfica de uma festa, utilizando, entre outros referenciais, as contribuições dos estudos culturais do sociólogo britânico-jamaicano Stuart Hall e do pensador brasileiro Tomaz Tadeu da Silva.

apenas uma comunidade específica, mas duas ou mais comunidades presentes num mesmo estado, como é o caso da pesquisa de Vieira Junior (2013) no estudo de comunidades quilombolas do Sul e Baixo Sul da Bahia. Ademais, notamos também pesquisas que não tratavam especificamente de estudos de caso em comunidades específicas, mas discutiam a temática quilombola a partir dum prisma mais amplo, como é o caso da pesquisa de Nascimento et al (2013)⁷⁴, que estuda a manutenção do ideal de isolamento em territórios quilombolas da Amazônia.

Além da identificação desses trabalhos, que incluem tanto trabalhos completos quanto resumos expandidos, buscamos identificar as instituições às quais os autores das pesquisas estavam vinculados, no intuito de compreendermos os principais núcleos de produção de estudos sobre povos e comunidades tradicionais no campo da geografia agrária.

Cabe destacar que detectamos mais de 80 diferentes instituições, sendo que 69 delas corresponderam a Universidades e Institutos Federais distribuídos em todas as Unidades da Federação, com exceção de Roraima e Acre. Alguns dos resultados dessa investigação estão expressos no gráfico abaixo, que dimensiona as 10 instituições que tiveram maior representatividade na pesquisa realizada.

Figura 15 - Quantitativo de trabalhos ligados às Instituições de Ensino Superior (IES) vinculadas aos autores das pesquisas analisadas



⁷⁴ "Território quilombola na Amazônia, a manutenção da ideia de isolamento", disponível nos anais do SINGA 2013.

Fonte: Anais do SINGA. Organização: autor

Sobre os resultados expressos na figura, ressaltamos que, além das instituições brasileiras, foram detectados três trabalhos que eram vinculados a universidades do Exterior: Universidade de Sevilla, Universidade Austral do Chile e Universidade de Antioquia. Ademais, cabe destacar 49 trabalhos acabaram por não informar a instituição dos autores das pesquisas, esse fato impossibilitou a análise completa de todas as pesquisas no que diz respeito a essa questão.

Nesse contexto, a figura 15 evidencia que a Universidade Federal do Pará foi a instituição que mais teve autores que publicaram nas edições do SINGA, seguida pelas Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Maranhão, Universidade de São Paulo, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Juiz de Fora, além das outras que estão expressas na figura, as quais também tiveram um quantitativo relevante de pesquisas detectadas ao longo dos anais analisados.

Ainda nessa discussão referente às instituições, buscamos detalhar quais os grupos de pesquisa que os autores que publicaram os trabalhos analisados estavam vinculados. Essa investigação referente aos grupos de pesquisa toma como referência os caminhos seguidos no texto de Marques, Silva e Vieira (2019), que fazem um levantamento bibliográfico sobre pesquisas desenvolvidas no grupo de pesquisa “GESTAR: território, trabalho e cidadania” sobre a temática étnico-racial.

Com isso, identificamos dezenas de grupos de pesquisa vinculados a esses autores e, desse conjunto, destacamos na figura a seguir alguns desses grupos de pesquisa das dez instituições citadas na figura 14, a fim de apontarmos exemplos de núcleos produtores de pesquisas publicadas no SINGA referentes a povos indígenas e comunidades quilombolas.

Figura 16 - Grupos de pesquisa identificados por IES em trabalhos sobre povos indígenas e comunidades quilombolas

Instituição	Grupo de Pesquisa
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Grupo de Pesquisas sobre Dinâmicas Territoriais do Espaço Agrário na Amazônia (GDEA/UFPA)
Universidade Federal Fluminense (UFF)	Núcleo de Estudos sobre Território, Ações Coletivas

	e Justiça - NETAJ
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Questões Agrárias (NERA)
Universidade de São Paulo (USP)	Laboratório de Geografia Urbana/USP
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Gestar: território, trabalho e cidadania/UFPB
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	NEA Ewè (Núcleo de Estudos em Agroecologia)-UFJF
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	LEPEC - Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social (Grupo TERRHA) / Grupo de Pesquisa Geografias e Povos Indígenas (GeoPovos)
Universidade Federal de Goiás (UFG)	Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais-LABOTER.
Universidade Federal do Tocantins (UFT)	Grupo de Pesquisa NURBA/UFT/CNPq (Núcleo de Estudos Urbanos, Regionais e Agrários)

Fonte: Anais do SINGA (2003-2019). Organização: autor.

A figura 16 menciona e exemplifica dez grupos de pesquisa vinculados aos autores que têm publicado sobre indígenas e quilombolas no âmbito do SINGA. São grupos vinculados a distintas instituições de ensino superior espalhadas pelo Brasil. Na Região Norte, destacamos o GDEA vinculado à UFPA e o NURBA vinculado à UFT, no Nordeste podemos citar o Gestar-UFPB, o LEPEC-UFPE e o NERA-UFMA.

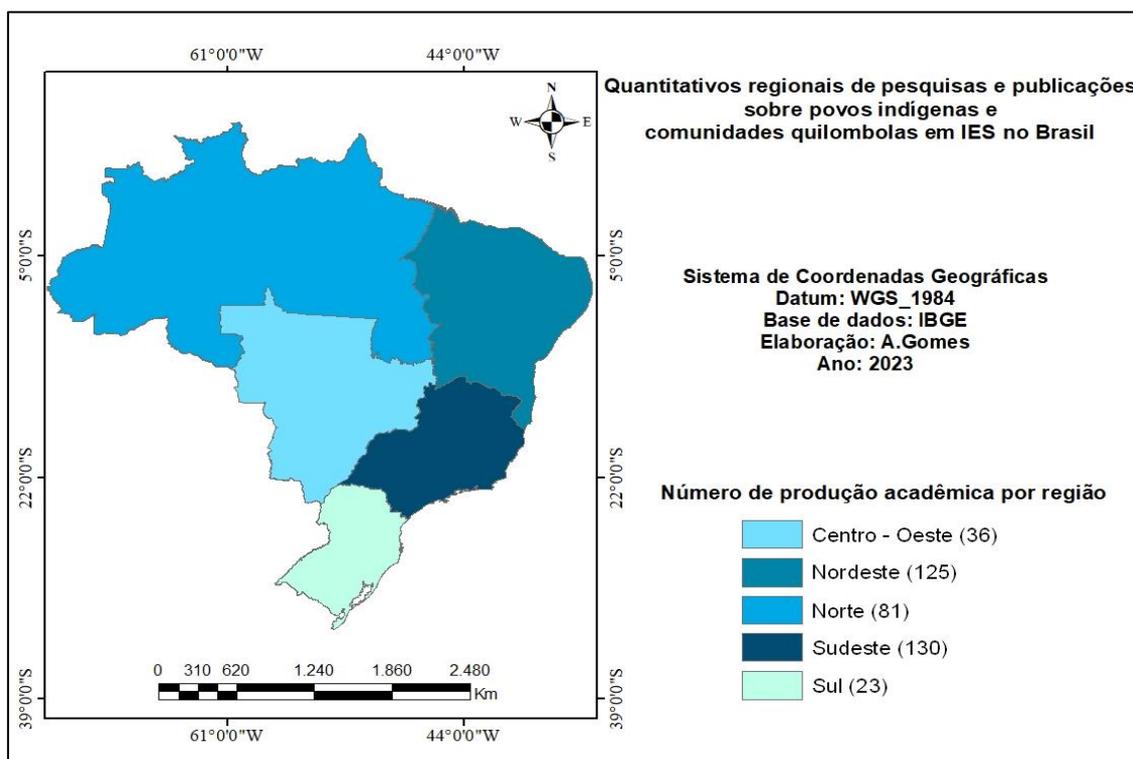
Já no Sudeste, grupos como o NETAJ-UFF e o NEA-UFJF, entre outros, têm participantes com estudos importantes relacionados aos povos e comunidades tradicionais. Por fim, no Centro-Oeste, grupos como o Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais, o GeoPovos e o Grupo TERRHA são exemplos de núcleos notáveis de produção de estudos nessas temáticas.

Todavia, é importante ressaltarmos que há outros grupos que também têm trazido contribuições relevantes acerca dessa temática, mas que em virtude da própria estrutura organizativa da presente dissertação, torna-se inviável citar todos num mesmo quadro.

Uma questão interessante nessa análise das instituições é o fato de que somando os números das pesquisas vinculadas às instituições por Região,

obtemos uma prevalência de instituições da Região Sudeste, seguida por outras como o Nordeste e o Norte. O mapa a seguir detalha de forma pormenorizada essa conjuntura identificada.

Figura 17 - Distribuição regional da produção acadêmica sobre povos e comunidades tradicionais



Fonte: Anais do SINGA (2003-2019)

A partir das informações contidas no mapa, compreendemos que há uma prevalência de instituições da Região Sudeste em estudos sobre povos indígenas e comunidades quilombolas, considerando o recorte bibliográfico adotado nesta pesquisa. Aditivamente, identificamos que uma parte das pesquisas vinculadas a instituições de pesquisa do Sudeste dedicam-se em estudar povos e comunidades tradicionais de outras regiões do país, notadamente da Região Norte⁷⁵.

Essa conjuntura é interessante quando verificamos que segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2019, a Região Nordeste

⁷⁵ A hipótese que levantamos para explicar esse fato é a centralidade exercida por instituições da Região Sudeste no sentido de atrair pesquisadores de outras regiões para desenvolvimento de pesquisas de mestrado e doutorado em seus respectivos programas de pós-graduação, destacadamente em instituições como a Universidade Federal Fluminense e a Universidade de São Paulo.

prevalente em relação aos demais conceitos-chave do pensamento geográfico, também possui conceitos derivados em destaque no conjunto da nuvem de palavras, como “territorialidade”, “territorial” e “territorialização”, os quais possuem ampla discussão na história da geografia, como podemos verificar em obras clássicas sobre território, como Raffestin (1993) que além de refletir sobre território, destaca considerações sobre territorialidade e territorialização. Nesse contexto, a recorrência do “território” nesses estudos demonstra a centralidade que o conceito vem galgando no campo dos estudos sobre povos indígenas.

Outras palavras-chave que destacamos do quadro são: conflitos, luta, terra e resistência. Esses vocábulos delineiam claramente um dos grandes desafios enfrentados pelos povos indígenas, que é justamente a defesa de seus direitos territoriais, os quais, muitas vezes, não são respeitados. E dentro desse contexto, práticas de resistência contra a multidimensionalidade das violências estabelecidas contra essas populações indígenas ganham destaque em diversas pesquisas que se propõem a estudar os processos de territorialização indígena.

Além dessas palavras que remetem à luta pela terra, detectamos outros termos que nos encaminham a pensar as dinâmicas cotidianas dessas populações indígenas, como o protagonismo feminino, a educação escolar indígena e questões voltadas à tradição e a identidade, conceitos fundamentais para reprodução social desses grupos, como demonstra, por exemplo, Little (2002) ao explicar que o conceito de tradicional aplicado aos povos indígenas e a outras comunidades não implica a concepção de uma noção arcaica a esses povos, mas sim a visão de que eles estão num processo de constante transformação.

Noutra perspectiva, buscamos identificar também as palavras-chave dos trabalhos que discutem comunidades quilombolas, a fim de compreendermos como a temática vem sendo discutida, uma vez que as palavras-chave dos textos sintetizam os aspectos nodais da temática dos trabalhos analisados. Nesse sentido, sintetizamos na nuvem de palavras abaixo os principais termos mencionados em pesquisas que lançam olhares sobre comunidades quilombolas.

Figura 19 - Principais palavras-chave em pesquisas que discutem comunidades quilombolas nas pesquisas publicadas em Anais do SINGA (2003-2019)



Fonte: anais do SINGA. Organização: autor.

A partir da figura 19, identificamos alguns termos para discutir a questão quilombola na perspectiva dos estudos agrários, tendo destaque o conceito de território, repetindo a centralidade que esse conceito obteve em relação à temática indígena. Aprofundaremos a reflexão em torno da abordagem desse conceito no próximo subcapítulo, tendo em vista sua importância para o desenvolvimento dos principais resultados desta pesquisa.

Além do conceito de território, outros vocábulos aparecem com relevância, como “quilombolas” e “comunidades”, o que é previsível tendo em vista a temática tratar especificamente dessas populações. Há, inclusive, pesquisas voltadas à reflexão teórica sobre o conceito de comunidades remanescentes de quilombos, como é o caso da pesquisa de Oliveira (2011)⁷⁷.

Todavia, gostaríamos de chamar atenção para outros termos que, apesar de não estarem em destaque como os supracitados, têm importância no estudo de comunidades quilombolas, como identidade, resistência, políticas públicas e luta. Eles revelam, de certo modo, elementos importantes na constituição dessas comunidades, como é o caso de resistência e identidade, por outro lado revelam também as lutas enfrentadas por elas, especialmente as que dizem respeito à regularização fundiária de seus territórios.

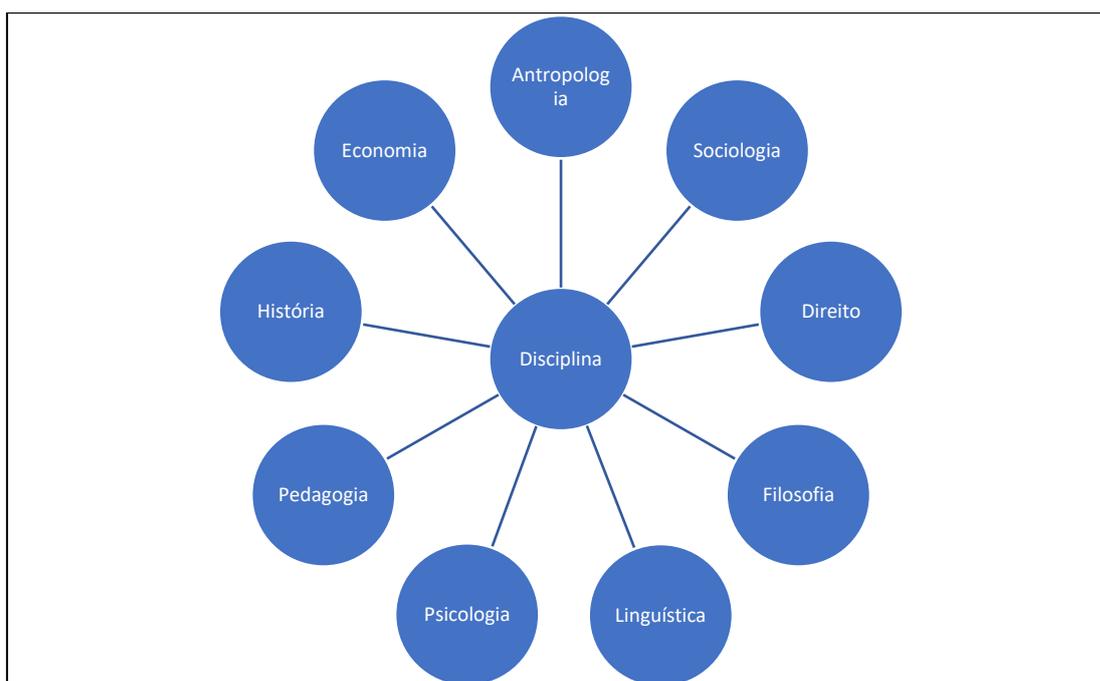
⁷⁷ “Comunidade Remanescente de Quilombo: um novo conceito”, in Anais do SINGA 2011.

Como exemplo de trabalhos que trazem com centralidade em sua fundamentação teórica o conceito de identidade e de resistência nas pesquisas analisadas, citamos o texto de Almeida (2003), o qual estuda as resistências de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira – SP e entende que a construção da identidade dessas comunidades tem origem diante dessa ameaça aos seus territórios e no processo de luta pela terra.

Já como exemplo de trabalho que destaca a luta dessas populações pelo uso e titulação dos territórios quilombolas, mencionamos a pesquisa de Wanderley (2005) intitulada “Tem “cerca” para negro na Amazônia! A luta dos quilombolas do Trombetas – PA por titulação e uso da terra”, que relata justamente a luta dessas comunidades perante a territorialização de práticas capitalistas em seus territórios, notadamente a partir da década de 1970 e tendo a mineração como um dos principais agentes promotores desse avanço.

Além da identificação dessas palavras-chaves, buscamos compreender a contribuição de autores de outras áreas do conhecimento nos referenciais teóricos que fundamentaram as pesquisas analisadas sobre povos indígenas e comunidades quilombolas. Nesse contexto, identificamos contribuições da economia, da sociologia, da filosofia, da história e da antropologia, etc.

Figura 20 - Presença de contribuições teóricas de outras áreas do saber em pesquisas sobre povos indígenas

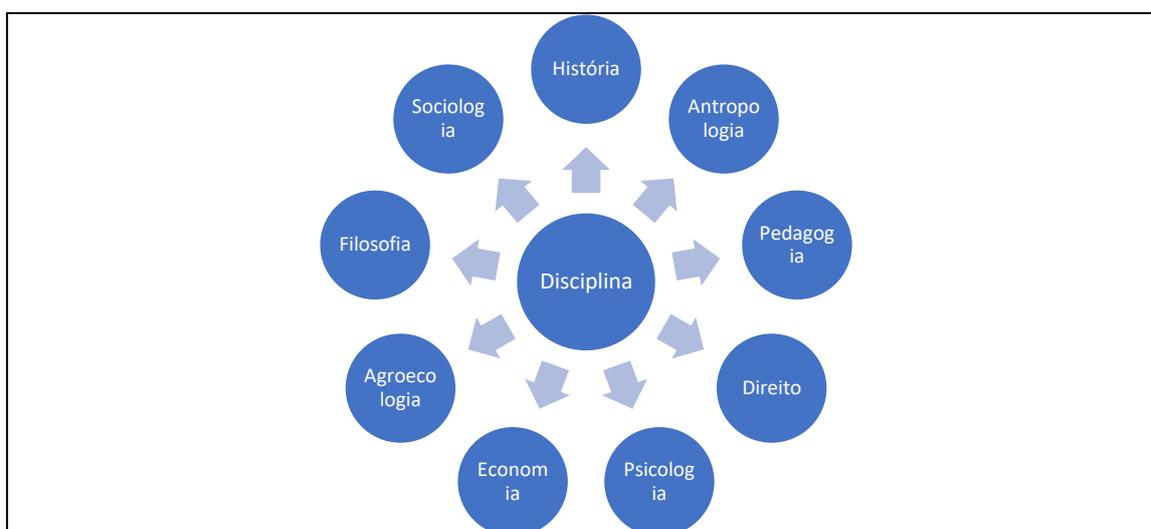


Fonte: anais do SINGA. Organização: autor.

Na figura acima, sintetizamos algumas das principais áreas do conhecimento que trouxeram contribuições nas pesquisas que fazem parte de nosso *corpus de análise* e notamos a presença de uma considerável diversidade de áreas do saber nesse *corpus*. Desse modo, os resultados ilustram que nas pesquisas voltadas à reflexão acerca de povos indígenas existe uma ampla contribuição interdisciplinar na qual há um destaque para as contribuições da antropologia. Detalharemos mais à frente essas contribuições, quando especificarmos os principais autores de outros campos do saber que têm fornecido subsídios para o estudo desses povos.

Na figura a seguir, destacamos as corroborações de outras áreas do conhecimento em pesquisas que se propuseram a discutir temáticas sobre comunidades quilombolas.

Figura 21 - Presença de contribuições teóricas de outras áreas do saber em pesquisas sobre comunidades quilombolas



Fonte: Anais do SINGA. Organização: autor.

Diante disso, verificamos que as principais áreas do conhecimento que trazem contribuições para estudos sobre comunidades quilombolas são basicamente as que foram apresentadas na figura 20 (sobre povos indígenas) e que uma das diferenças é justamente uma presença mais relevante da agroecologia nas pesquisas sobre comunidades quilombolas. Ademais, vale destacarmos a forte presença de contribuições da antropologia e da sociologia nessas pesquisas analisadas, as quais estiveram presentes em boa parte dos

trabalhos analisados, o que denota caminhos interdisciplinares no estudo da temática.

Essa interdisciplinaridade verificada reflete as necessidades que as pesquisas analisadas têm ao trabalhar com mediações que possuem larga bagagem em outras áreas do saber, como por exemplo é o caso da discussão da aplicação da agroecologia em comunidades quilombolas e indígenas, tema verificado em pesquisas como Andrade, Cavicchioli e Santos (2011)⁷⁸ e Nogueira (2011)⁷⁹, ambos trazendo reflexões sobre as comunidades estudadas em diálogo com pensadores da agroecologia, notadamente Altieri (2000). Já quando pensamos as contribuições da antropologia, há contribuições em diferentes dimensões e uma delas, por exemplo, é a própria reflexão sobre o conceito de “quilombo” e “quilombolas”, como reflete a já citada pesquisa de Oliveira (2011).

A fim de especificarmos como esse diálogo interdisciplinar tem ocorrido nas pesquisas analisadas, construímos uma figura, que ilustra alguns dos principais pensadores que trazem subsídios para pensar questões relacionadas às pesquisas sobre povos e comunidades tradicionais. Vale salientar que não é possível mencionar e discutir todas as contribuições, uma vez que são dezenas de autores encontrados na revisão bibliográfica realizada e tendo em vista que uma análise como essa demandaria a produção de uma pesquisa específica em razão da riqueza de teorias advindas de outras ciências.

Figura 22 - Contribuições interdisciplinares em pesquisas sobre povos indígenas (2003-2019)



⁷⁸ “APIMA - Associação dos produtores Mura de Autazes”, SINGA 2011.

⁷⁹ “Manejo agroflorestal e segurança alimentar em aldeias indígenas do Rio Mapuera – PA”, SINGA, 2011.

Organização: autor.

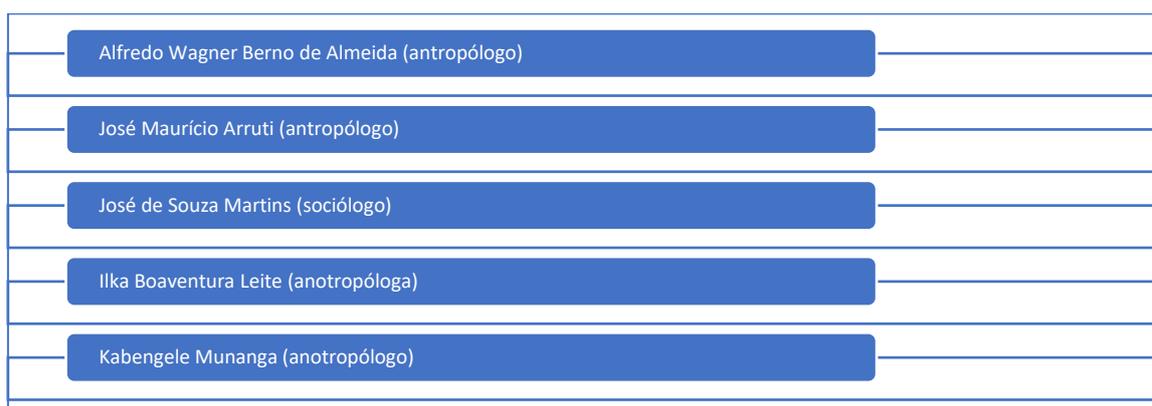
O diagrama acima expressa acima sintetiza alguns dos principais autores que têm contribuído no estudo das populações indígenas, com destaque para autores como João Pacheco de Oliveira, que possui, entre outras, obras importantes sobre a questão indígena no Nordeste, como exemplifica o texto de Oliveira (2004) “Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. O sociólogo José de Souza Martins também foi um autor importante nos referenciais de pesquisas analisadas, nas quais obras como “O cativo da terra” e “Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano” são algumas de suas obras que auxiliam a pensar a questão indígena nos estudos agrários. Ainda na reflexão referente à sociologia, Antônio C. Diegues também esteve presente no recorte analisado, principalmente a partir de obras como “O mito moderno da natureza intocada”.

Ademais, antropólogos como Alfredo Wagner Berno de Almeida e Paul Little também aparecem nos referenciais de muitas pesquisas analisadas, sendo que as reflexões do Paul Little, muitas vezes, estiveram associadas à discussão do território, dentre os quais destacamos o texto “Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade”, o qual é notável por enfatizar a reflexão dos povos e comunidades tradicionais a partir do prisma territorial.

Vale destacarmos que esses não foram os únicos teóricos que estiveram presentes nos referenciais das pesquisas analisadas, contribuições de autoras e autores como Manuela Carneiro da Cunha, Darcy Ribeiro, Aníbal Quijano e Fredrik Barth são relevantes quando pensamos os progressos qualitativos nas pesquisas em geografia agrária que tomam como aportes esses teóricos, os quais, através de distintas preocupações e abordagens, discutem a questão indígena.

Noutra perspectiva, buscamos identificar essas contribuições interdisciplinares nas pesquisas sobre comunidades quilombolas. Nesse contexto, elencamos os resultados dessa investigação na figura abaixo.

Figura 23 - Contribuições interdisciplinares em pesquisas sobre povos indígenas (2003-2019)



Organização: autor.

A partir das informações da figura 18, notamos que alguns autores que se destacaram nos referenciais de pesquisas sobre povos indígenas também aparecem quando fazemos a análise pelo recorte temático das comunidades quilombolas, como Alfredo W. B. de Almeida e José de Souza Martins. Nesse campo, sobre as contribuições de Alfredo W. B. de Almeida nos aportes teóricos das pesquisas analisadas, destacamos uma questão central que é a crítica à visão fossilizada das comunidades quilombolas e a defesa da compreensão dessas comunidades a partir da sua realidade atual, que tem como um dos pilares a autonomia, como discute Almeida (2011).

Vale mencionarmos que outros pensadores, como Kabengele Munanga, Paul Little, Aníbal Quijano, Antônio Carlos Diegues, Margarida Maria Moura e Fredrik Barth também são importantes em muitas dessas pesquisas sobre comunidades quilombolas, assim como alguns o foram nos trabalhos voltados aos indígenas, fato que demonstra a influência que esses pensadores possuem nos textos que se propõem a analisar povos e comunidades tradicionais.

Ademais, outros três autores que aparecem com importância em muitas das pesquisas analisadas são José Maurício Arruti e Ilka Boaventura Leite. As contribuições dos dois autores são voltadas principalmente para fundamentação teórica sobre comunidades quilombolas. Ambos os autores partem dos olhares da antropologia e discutem questões teóricas e empíricas sobre essas comunidades, como faz Arruti (1997). Como exemplo de artigo publicado nos SINGA que se fundamenta em I. B. Leite e J. M. Arruti, citamos

Marques⁸⁰ (2013), a qual na discussão acerca da fronteira étnico-racial entre indígenas e quilombolas, utiliza os aportes fornecidos pelos dois autores para refletir sobre território e territorialização em comunidades quilombolas e indígenas.

Em relação às contribuições de autores para além da sociologia e antropologia, destacamos outros nomes, que não aparecem na figura 23, mas que têm contribuições muito importantes na reflexão sobre temáticas relacionadas às comunidades quilombolas, como os economistas Henri Ascelrad e Enrique Leff. Sobre a contribuição desses autores, a obra “O que é justiça ambiental?” de Henri Ascelrad constitui referência relevante em artigos analisados, como se pode verificar em Batista et al. (2015), que no estudo do mapeamento participativo e georreferenciamento de territórios em conflitos agrários no Maranhão traz contribuições de Ascelrad.

Acerca das reflexões trazidas por Enrique Leff, que também é sociólogo, destacamos as discussões sobre racionalidade ambiental, epistemologia ambiental e sobre o conceito de território, o qual, é utilizado em Querino (2019) no estudo da complexidade territorial da comunidade quilombola Brejão dos Negros, em Sergipe, em associação com outros conceitos, como o de identidade territorial.

Além desses pensadores e pensadoras citados, tanto nas pesquisas relacionadas à temática indígenas quanto nas vinculadas à temática quilombola, identificamos outros autores que trouxeram corroborações notáveis, a partir de diversos campos disciplinares, como da pedagogia, da filosofia, da história, da psicologia, entre outras.

Portanto, essa diversidade de contribuições verificadas nas referências teóricas e metodológicas das pesquisas que debatem povos indígenas e comunidades quilombolas apontam caminhos de intensificação de olhares interdisciplinares de estudos produzidas na geografia agrária, enriquecendo e possibilitando avanços conceituais a partir dessas conexões, que, como aponta Santos (2021), são importantes para o desenvolvimento de qualquer ciência. Morin (2001) também atesta essa importância, atribuindo, inclusive, a formação

⁸⁰ “Fronteiras étnico-raciais: preâmbulo sobre a legislação indígena e quilombola no Brasil”, SINGA 2013.

de novas áreas do conhecimento à abordagem interdisciplinar entre as ciências.

3.3 O conceito de território nos estudos sobre povos indígenas e comunidades quilombolas publicados nos anais dos Simpósios Internacionais de Geografia Agrária (SINGAS).

No quadro dos resultados da pesquisa, identificamos que os anais das nove edições do SINGA publicaram 4.971 trabalhos (incluindo trabalhos completos e resumos expandidos, excetuando-se eventuais comunicações coordenadas), dos quais detectamos, por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2022), que desse total, 421 trabalhos publicados propuseram-se a analisar questões relacionadas aos povos indígenas e às comunidades quilombolas, por meio de distintas mediações.

Tendo em vista que o objetivo deste subcapítulo é discutir o modo como o conceito de território é utilizado no estudo desses povos e comunidades tradicionais, é importante apontarmos como o conceito de território aparece nos próprios núcleos temáticos dos grupos de trabalhos realizados.

Figura 24 - O conceito de território ao longo de eixos temáticos/ grupos de trabalho construídos ao longo das edições do SINGA (2003-2019)

Eixo temático	Ano
Reforma Agrária e Impactos Territoriais	2003
Desenvolvimento territorial	2005
Agricultura camponesa e agronegócio, tensões e disputas territoriais	2009
Políticas de - (des)envolvimento territorial rural	2009
Questão agrária e transformações territoriais	2009
Territorialidades no espaço amazônico	2009
Transformações territoriais no cerrado brasileiro	2009
Dinâmicas e conflitos territoriais no espaço agrário brasileiro	2011
Dinâmicas territoriais e conflitos agrários na América Latina	2011
Técnica, política e reordenamento territorial no campo	2011
Reestruturação produtiva e modernização do território	2015
Território, turismo e conflitos	2015
Comunidades tradicionais na luta por territórios	2017
Práticas e conflitos nos territórios dos povos indígenas	2017
Mineração, Agroenergia e Conflitos Territoriais	2017
Comunidades tradicionais na luta por territórios – 2019	2019
Práticas e conflitos nos territórios dos povos indígenas - 2019	2019

Organização: autor.

O quadro evidencia que, desde as suas primeiras edições, há uma preocupação crescente em relação a temas da geografia agrária pensados sob a ótica do território, logo, temas como mineração, modernização da agricultura, turismo, conflitos agrários, desenvolvimento rural, reestruturação produtiva, entre outros, têm estabelecido diálogos importantes a partir do prisma do território.

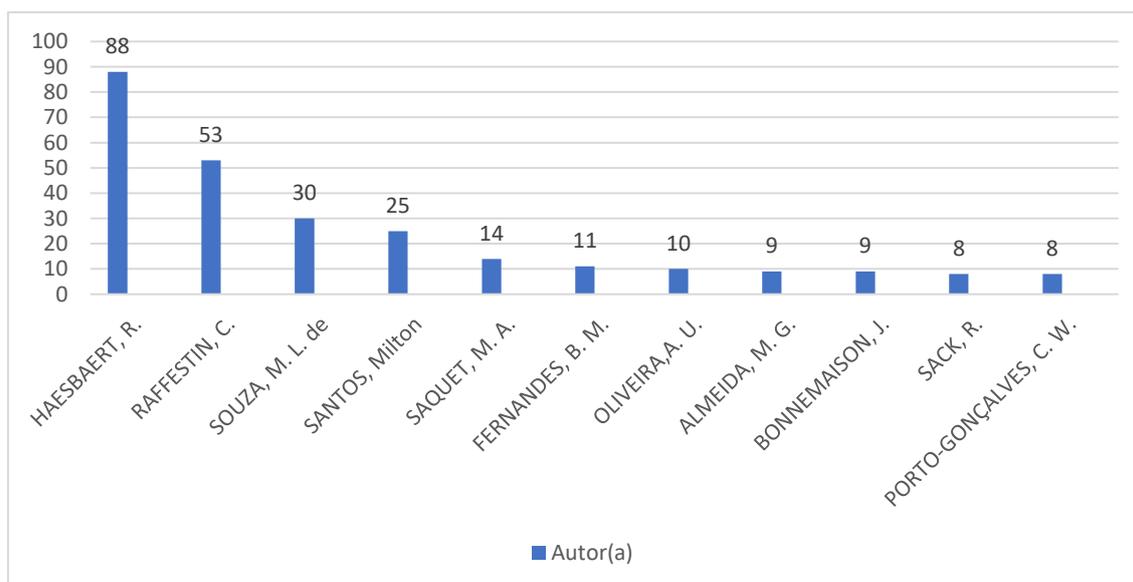
Ademais, a dimensão territorial enfatizada nos eixos temáticos voltados para análise dos povos e comunidades tradicionais (edições de 2017 e 2019), que reforçam a importância analítica do território como um conceito que além de explicar a realidade, também contribui para transformá-la⁸¹, uma vez que a defesa e luta pelos territórios de uso tradicional têm relação direta com a manutenção das identidades⁸² e dos *modus vivendi* desses grupos.

Aditivamente, procuramos detectar as principais abordagens do conceito de território nas pesquisas analisadas e, nesse sentido, identificamos, inicialmente, quais autores eram utilizados no embasamento teórico do conceito de território dos trabalhos completos e resumos expandidos analisados. Vale salientar que, do conjunto de 421 trabalhos analisados, 416 citaram o conceito de território, ou seja, esse quantitativo revela que o conceito está muito presente nos estudos agrários que discutem povos e comunidades tradicionais, todavia, procuramos fazer uma análise qualitativa desses dados, identificando os autores que têm influenciado a fundamentação teórica das pesquisas, como ilustra o gráfico abaixo.

⁸¹ Essa interpretação do papel desempenhado pelo território nas pesquisas analisadas ancora-se na reflexão sobre os conceitos proposta por Deleuze e Guattari (2010).

⁸² Cabe abrirmos uma breve reflexão sobre esse conceito que recorrentemente aparece nesta pesquisa e que é essencial em se tratando de estudos sobre povos e comunidades tradicionais. De acordo com Hall (2006), a discussão sobre identidade está intensamente explorada na teoria social, havendo um argumento geral de que as “velhas” identidades que deram estabilidade ao mundo social estão em declínio, fazendo surgir novas identidades, as quais fragmentam o indivíduo da modernidade. A fim de elucidar essa concepção, Hall (op. cit.) ilustra os caminhos percorridos pela noção de identidade, desde o sujeito do iluminismo, no qual a identidade era marcada pela individualidade do sujeito, passando pelo sujeito sociológico, em que a identidade era vista a partir da relação entre o eu e a sociedade e, por fim, chegando no sujeito pós-moderno, o qual é compreendido como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. Consoante o autor, a identidade pós-moderna é historicamente e não biologicamente determinada, nela assumimos diferentes identidades em diferentes momentos e que não são centralizadas ao redor dum “eu coerente”, além disso, ele pontua que dentro de nós há identidades contraditórias que nos empurram para orientações díspares, de modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas.

Figura 25 - Principais definições de território detectadas em trabalhos que discutem comunidades quilombolas e povos indígenas no SINGA



Fonte: Anais do SINGA. Organização: autor.

A partir dos dados indicados na figura acima, verificamos que há uma prevalência em torno da abordagem do território proposta por Rogério Haesbaert (2019, p.79), que considera o território “a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”. É uma perspectiva de abordagem do conceito integradora e multidimensional, que incorpora contribuições de vertentes materialistas e idealistas.

Haesbaert (2015), assim como Raffestin (1993), não considera território e espaço como elementos equivalentes, mas ressalta que, embora nunca possam ser considerados como iguais, não podem ser efetivamente apartados, visto que sem espaço não há território. O trecho a seguir detalha a visão de R. Haesbaert sobre essa distinção.

Na verdade, não se trata, evidentemente, de distinguir de maneira clara ou mesmo rígida espaço de território. Embora não equivalentes, como se referiu Raffestin, espaço e território nunca poderão ser separados, já que sem espaço não há território – o espaço não como um outro tipo de “recorte” ou “objeto empírico” (tal como na noção de “matéria-prima preexistente” ainda não apropriada) mas, num âmbito mais epistemológico, como um outro nível de reflexão ou um “outro olhar”, mais amplo e abstrato, e cuja “problemática” específica se confunde com uma das dimensões fundamentais, da sociedade, a dimensão espacial. Ao território caberia, dentro desta dimensão, um

foco centralizado na espacialidade das relações de poder. (Haesbaert, 2015, p. 101)

No trecho citado, Haesbaert procura enfatizar a diferença entre território e espaço a partir do prisma epistemológico, visão que possibilitaria distinção entre espaço e território, mas além disso, acaba especificando o campo semiológico do território que é justamente um conceito que traz centralidade à noção de poder na sua construção, constituindo a espacialização das relações de poder, em suas múltiplas dimensões (econômica, política, simbólico-cultural, natural).

Isso posto, voltando aos dados do gráfico apresentado na figura 25, a extensa produção de R. Haesbaert sobre território certamente corroborou para o autor figurar com prevalência no conjunto da revisão bibliográfica pesquisada. As suas reflexões estiveram presentes tanto em pesquisas referentes às comunidades indígenas, quanto em pesquisas que se dedicaram ao estudo de comunidades quilombolas.

Uma dessas pesquisas, elaborada por Motta (2017)⁸³, embasa-se na reflexão de Haesbaert sobre territorialidade de comunidades tradicionais, mencionando que:

Haesbaert (2002), analisando e elucidando as obras de Guies Deleuze e Félix Guattari a respeito de (de-re) territorialização, traz algumas considerações relevantes acerca da territorialidade das sociedades pré-capitalistas, onde, dentro da presente análise, encaixam-se as comunidades e povos tradicionais. Segundo Haesbaert (2002), as sociedades pré-capitalistas se diferem das demais em sua territorialidade na medida em que estabelecem relações únicas com a terra. (Motta, 2017, p. 6)

O trecho anterior exemplifica uma das várias aplicações da reflexão de Rogério Haesbaert sobre território, que no caso do texto de Motta (2017) a utiliza para analisar a mobilização e luta pela terra de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e caiçaras) da costa do Estado do Rio de Janeiro.

Além disso, ao longo do trabalho, a autora chega à conclusão de que a territorialidade e, desse modo, o território, são elementos de luta. No entanto, mesmo reconhecendo a importância desses conceitos para refletir sobre as

83

Aplicação conceitual de território e territorialidade nas mobilizações e lutas dos povos e comunidades tradicionais da zona costeira sul do rio de janeiro. Motta, L. R. (2017).

particularidades desses povos e comunidades, Motta (2017) aponta a necessidade de aprendizado dos significados concretos deles a partir das vivências, das verdades e das essências reproduzidas por essas populações, ou seja, ela entende que antes da abordagem acadêmica do território, é importante levar em consideração o modo que esses sujeitos sociais compreendem território, como fica evidente no excerto abaixo:

A academia, por mais solidária que se mostre a causa dos povos e comunidades tradicionais, e além de qualquer ação benéfica que tenha levado a esses povos por meio do seu academicismo, não é capaz de conceber a essência concreta e total da vivência desses povos. A identidade cultural é algo particular desses indivíduos. Em outras palavras, são esses povos e comunidades tradicionais que nos ensinam desde suas origens, através de suas vivências, a essência e a verdade sobre os significados desses conceitos. (Motta, 2017, P. 12)

Além de Rogério Haesbaert, outros autores também figuraram com importância nos referenciais teóricos das pesquisas analisadas, como Claude Raffestin, autor muito influente no pensamento brasileiro no que diz respeito à abordagem territorial, e que, conforme Saquet (2020), realiza uma leitura que destaca o caráter político do território, mas de maneira distinta das abordagens de Friedrich Ratzel, Jean Gottmann e Robert Sack que também valorizam a dimensão política na constituição do território.

Essa influência na conjuntura mais ampla do pensamento geográfico sobre território reverberou em diversas pesquisas analisadas, das quais destacamos três que estudam diferentes comunidades, mas tendo Claude Raffestin como um aporte teórico importante para fundamentar a discussão sobre território e territorialidade.

A primeira delas é produzida por Rodrigues (2017)⁸⁴ que traz à tona a reflexão de território proposta por Raffestin no estudo da Comunidade Negra de Paratibe, localizada em João Pessoa-PB, entendida como espaço de resistência e de ressignificações em busca da defesa de seu território e da construção de uma territorialidade étnica. Além de trazer C. Raffestin como

⁸⁴ Comunidade Negra de Paratibe, quilombo urbano, espaço de resistência e de ressignificações. (Rodrigues, M. de F. F., 2017)

uma das bases para pensar o conceito, a autora tece uma abordagem própria da sua compreensão acerca do território, como segue no excerto abaixo:

Debater território na Geografia Agrária remete a buscar entender a terra como suporte material e imaterial, gerador de identidades e indispensável à reprodução social dos povos do campo, camponeses e populações tradicionais. Terra e território colocam-se nesta perspectiva como demandas no campo dos Direitos Humanos, reconhecidos do ponto de vista internacional pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mas também legitimado pela Constituição Federativa do Brasil de 1988 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e, reafirmada através das legislações complementares. (Rodrigues, 2017, p. 2-3)

A partir do exposto, destacamos dois elementos importantes na concepção tecida pela autora, um primeiro que relaciona o território enquanto suporte material e imaterial das comunidades na construção de suas identidades e na sua reprodução social. Um segundo elemento seria a vinculação do território e da terra como pontos importantes quando pensamos a dimensão dos Direitos Humanos desses sujeitos sociais.

Esses pontos da reflexão proposta por Rodrigues (2017) são importantes, pois auxiliam a entendermos a gravidade dos desafios que a Comunidade Quilombola Paratibe vem sofrendo na construção de sua territorialidade étnica. De acordo com a pensadora, um dos grandes problemas enfrentados na comunidade é a descaracterização do quilombo e uma perda de seu território tradicional, notadamente, através da presença de empreendimentos imobiliários e turísticos e pela invasão por especuladores imobiliários.

Outra pesquisa em que C. Raffestin e sua abordagem territorial são utilizadas é o trabalho de Gomes, Fé e Nascimento (2017)⁸⁵, que estudam a territorialidade das comunidades quilombolas do Território dos Cocais (PI). Nesta pesquisa, além dos autores se fundamentarem no conceito de território proposto por C. Raffestin, que o entende como uma territorialização do espaço, também trabalham com o conceito de territorialidade do mesmo autor, conforme atesta o trecho abaixo:

⁸⁵ Terra e territorialidade nas comunidades quilombolas do Território dos Cocais (PI). (Gomes, J. M. A; Fé, E. G. ; Nascimento, J. E. do., 2017)

O termo territorialidade, na perspectiva de Raffestin (1993, p.159), reflete “a multidimensionalidade do espaço vivido pelos membros de uma coletividade e pelas sociedades em geral”. Neste sentido, o processo de construção territorial é vivenciado pelos membros da comunidade, via relações existenciais ou produtivas, sendo ambas definidas como relações de poder. (Gomes, J. M. A; Fé, E. G. M; Nascimento, J. E do, 2017, p. 2)

No trabalho de Gomes, Fé e Nascimento (2017), a proposta territorial de C. Raffestin é fundamental na reflexão feita pelos autores e subsidia a própria concepção de território por eles proposta, na qual a dimensão política assume centralidade, em que “território e territorialidade são conceitos diretamente ligados à questão da propriedade da terra, tanto para a sua forma de organização espacial quanto para o fortalecimento das suas identidades.” Gomes, Fé e Nascimento (2017, p. 1)

Ademais, vale destacarmos que a reflexão sobre território feita pelos autores não se circunscreve apenas à dimensão política, mas considera também a dimensão identitária que o território produz. E nessa reflexão formada pelos autores, na qual a propriedade fundiária é central na perspectiva do território, chega-se à conclusão de que o arcabouço legal que possibilitou o reconhecimento e titulação da comunidade quilombola acabou fortalecendo a identidade dessas comunidades e as dando maior visibilidade.

Já o estudo de Silva e Rodrigues (2017)⁸⁶ também discute território e territorialidade a partir das contribuições de Raffestin (1993) no estudo da Comunidade Quilombola Gurugi, Município do Conde-PB. Um dos objetivos centrais dessa pesquisa é compreender o processo de territorialidade étnica na comunidade e, para fundamentar essa investigação, são usados conceitos⁸⁷ de territorialidade de Raffestin (1993) e territorialidade étnica de Little (2002), evidenciando uma abordagem interdisciplinar entre geografia e antropologia no estudo da temática.

A pesquisa de Silva e Rodrigues (2017) chega a resultados que evidenciam a notabilidade do território não apenas como elemento que particularizou o modo de vida e de reprodução da comunidade quilombola

⁸⁶ Histórias de resistência, território de luta: processo de territorialidade étnica da Comunidade Quilombola do Gurugi, Conde- PB. (Silva, J. B. C. d.; Rodrigues, M. de F. F., 2017)

⁸⁷ Vale pontuarmos que além da adoção da visão de C. Raffestin acerca do território, a pesquisa também utiliza aportes teóricos fornecidos por pensadores como Rogério Haesbaert e Milton Santos na discussão territorial.

estudada, mas também aponta sua importância fundamental na representação de sua história e cultura, no seu sentimento de pertencimento. De acordo com as autoras, a ausência da titulação desse território acaba por trazer efeitos maléficis às comunidades, notadamente ampliação das marginalizações social, econômica e política.

Ademais, outros pensadores também tiveram contribuições verificadas na pesquisa, como Souza (2001), que compreende território como espaços delimitados por e a partir de relações de poder. Para Souza (2015), o que define território em primeira instância é o poder, com isso, a dimensão política é, antes de quaisquer outras, a que define o seu perfil. Todavia, vale salientar que a proposta feita por Souza (2015) não exclui outras dimensões possíveis de serem englobadas pelo território, como a dimensão cultural e a dimensão econômica.

Uma das pesquisas que se ancoram na proposta de Marcelo Lopes de Souza sobre território é a pesquisa de Lira (2019)⁸⁸, a qual traz uma análise sobre a importância da delimitação territorial das comunidades quilombolas de Garanhuns-PE e, nessa perspectiva, o conceito de territorialidade proposto por Souza *apud* Lira (2019, p. 1421), compreendido como “um certo tipo de interação entre o homem e espaço, a qual, é aliás, sempre uma interação entre seres humanos mediatizada pelo espaço” é basilar na reflexão sobre a importância de assegurar os territórios tradicionais dessa comunidade.

Nessa pesquisa, o território é visto como um ponto fundamental para as comunidades Castainho, Caluete, Estivas, Estrela, Timbó e Tigre e os caminhos para esse reconhecimento são destacados na pesquisa, a qual delinea que a titulação de seus territórios é fundamental para a autoafirmação dessas comunidades e para evidenciar à sociedade que essas comunidades quilombolas existem e atuam na configuração do complexo social.

Outro pesquisador que traz pontos importantes a serem pensados em relação ao território em sua obra é Milton Santos, autor que, apesar de sua ampla obra dedicada ao espaço geográfico, traz em Santos (2019) análises importantes em torno do território, entendendo-o como território usado, como o chão mais a população. Essa concepção foi utilizada em algumas pesquisas

⁸⁸ Comunidades quilombolas de Garanhuns-PE: a importância da delimitação de seus territórios e o seu reconhecimento social. (Lira, W. C. B. de., 2019)

voltadas ao estudo de indígenas e quilombolas, como na já citada pesquisa de Lira (2019).

Em Dieterich (2019)⁸⁹, que investigou dois processos importantes na trajetória do povo indígena Kinikinau, os processos de desterritorialização e de reconquista territorial, o autor utilizou como aporte teórico a reflexão acerca do território usado miltoniano que abrange as coisas naturais, artificiais, a herança social e a sociedade em seu movimento atual. Sobre a função desempenhada pelo território no povo Kinikinau, o trecho a seguir destaca que:

O território é utilizado historicamente pelos Kinikinau como forma de reprodução e manutenção do seu grupo social, pois, ao analisarmos todo o processo de migração que passaram, concluímos que sua identidade étnica não foi perdida e se mantém até as presentes gerações, na medida em que aglutina a população em torno de um ideal comum, que é a reprodução de seu modo de vida. (Dieterich, 2019, p. 1910)

Nessa pesquisa, chega-se à conclusão do papel fundamental desempenhado pelo território na vida dessa população, de modo análogo aos papéis atribuídos ao território em pesquisas citadas anteriormente, o que reforça o caráter central do território como elemento essencial na construção e manutenção das identidades étnicas e da própria reprodução social desses povos e comunidades.

Ademais, Marcos Aurélio Saquet também figurou com importância nos referenciais teóricos utilizados para embasar a reflexão acerca do território. Saquet (2020) entende que nos processos territoriais as dimensões econômica, política, cultural e natural estão sempre presentes. Essa abordagem foi utilizada em pesquisas como a de Silva e Conceição (2017)⁹⁰, a qual no estudo da Comunidade Quilombola São Francisco do Paranguaçu utilizou como um de seus referenciais a proposta feita por Marcos Aurélio Saquet, como atesta o excerto a seguir:

Em outra contribuição Saquet (2003) afirma que a produção territorial resulta de um processo social dirigido sob a tríade economia, política

⁸⁹ Território Kinikinau: um estudo sobre a desterritorialização da etnia Kinikinau e a busca pela reconquista territorial. (Dieterich, J. E.G., 2019)

⁹⁰ O papel da mulher na produção territorial do espaço quilombo: um olhar sobre a comunidade São Francisco do Paranguaçu – Cachoeira/BA. (Silva, U. B. da; Conceição, Edney, 2017)

e cultura, que determina as diferentes territorialidades no tempo e no espaço. Nesta linha de raciocínio o referido autor aponta que tais forças de desenvolvimento se processam coadunadas às relações cotidianas. (Silva; Conceição, 2017)

Essa perspectiva adotada por Marcos Saquet na discussão do território traz um elemento importante para pensar o cotidiano de povos e comunidades tradicionais, pois ressalta a multidimensionalidade na construção do território, considerando os aspectos culturais, econômicos e políticos nessa construção no tempo e no espaço. Na pesquisa de Silva e Conceição (2017), além de M. Saquet, os autores também se fundamentaram em propostas de C. Raffestin e de Marcelo Lopes de Souza no que diz respeito ao território.

Nessa pesquisa, há uma abordagem interessante no sentido de articular a discussão do território a partir da perspectiva do conceito de gênero, destacando o papel das mulheres na produção territorial do quilombo São Francisco do Paraguaçu através do modo de vida peculiar estabelecido na comunidade, como atesta Silva e Conceição (2017, p.18) ao afirmar que: “a participação progressiva das mulheres nas dinâmicas de produção territorial da referida comunidade revela as peculiaridades próprias destes grupos na relação com a terra e o território.”.

Aditivamente, é interessante apontarmos que alguns trabalhos trazem com centralidade a dimensão cultural na abordagem do conceito de território em estudos relacionados a indígenas e quilombolas, uma vez que a dimensão da cultura é decisiva no funcionamento e no imaginário dessas comunidades. Nesse sentido, a concepção de território para autores como Maria Geralda de Almeida e Joël Bonnemaïson, pensadores ligados à geografia cultural, aparecem em diversas pesquisas do recorte bibliográfico analisado, nas quais a cultura é colocada num papel central.

Para Almeida (2005), território - como forma de organização do espaço - responde, em uma primeira instância, às necessidades sociais, políticas e econômicas da sociedade e, desse modo, sua produção está sustentada pelas relações sociais que o atravessam. Sem embargo, ele não se restringe a essa perspectiva instrumental, mas é também objeto de operações simbólicas e é nele que os atores projetam suas concepções de mundo.

Na abordagem territorial de Bonnemaïson (2012), há uma relação indissociável entre território e identidade, para o autor, o território, na

perspectiva das sociedades humanas, não é obrigatoriamente fechado, um tecido espacial unido, tampouco induz a um comportamento estável. A partir de suas pesquisas no Oceania, Bonnemaïson visualiza o território como um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários. Contudo, vale destacar que em algumas sociedades tradicionais, o território pode tanto ser fechado, irrevogavelmente, quanto ser aberto a aliados e vizinhos.

Nesse contexto, apesar de conceituações distintas de território entre Bonnemaïson (2012) e Almeida (2005), há um elemento comum: a dimensão simbólica. Dimensão bastante utilizada em pesquisas analisadas no SINGA, como exemplificam trabalhos como o de Bacelar (2017)⁹¹, que discute comunidades tradicionais em Macapá e destaca a discussão feita por Maria Geralda de Almeida sobre o papel da diversidade de grupos sociais na diversidade territorial.

A partir da influência da abordagem simbólico-cultural do território, mas ao mesmo tempo plural, Bacelar (2017) trabalha com as duas dimensões do território, tanto a material, quanto a imaterial, como elementos importantes na estruturação sociocultural dessas comunidades e para compreensão de suas especificidades, que são elementos importantes na resistência que as comunidades quilombolas do Mel e do Curiaú vêm estabelecendo frente aos avanços da fronteira agrícola em seus territórios.

Já a pesquisa de Maracajá (2013)⁹² traz como um de seus aportes teóricos a discussão de J. Bonnemaïson em torno de conceitos como território e etnia, que são considerados os dois conceitos fundamentais da abordagem cultural pelo autor. A pesquisa de Maracajá (2013) busca compreender a reconstrução da identidade e as manifestações culturais na Comunidade Quilombola Grilo-PB e, nesse estudo, o conceito de território tem um papel fundamental na interpretação da relação dos habitantes da comunidade com a terra (território), como relata o excerto abaixo:

⁹¹ Comunidades tradicionais: as lutas/desafios por território, territorialidades e modo de vida na resistência da expansão das fronteiras do capital – Macapá – AP. (Bacelar, M. O. B., 2017)

⁹² (Re) Construção da identidade e das manifestações culturais na Comunidade Quilombola Grilo, Paraíba: a ciranda como estratégia política e de resistência. (Maracajá, M. S. L., 2013)

As narrativas que Ica nos concedeu estão carregadas de lembranças míticas, e essas histórias que ela nos conta fazem parte do imaginário popular dos negros do Grilo. Além desses momentos, ela revela-nos informações sobre sua vida quando morava no Rio de Janeiro[...], onde trabalhou trinta anos como doméstica. O mais interessante é que, apesar de ter vivido muito tempo fora do lugar de origem, não se desprende da terra em que nasceu, pois a relação com o lugar “está carregada de afetividade e exprime uma relação cultural”. Dito de outra forma, traduz uma territorialidade (BONNEMAISON, 2002, p. 91). Essas questões ficam evidentes no momento em que ela diz: “quando eu levantei a cabeça que olhei pro tempo e disse: sabe de uma coisa, eu quero me enterrar na minha terra, eu não quero ficar por aqui não, aí comprei a passaginha” (Maracajá, 2013, p. 9)

O excerto acima evidencia o modo como a autora costura o estudo da comunidade Grilo, através de falas dos próprios moradores, com a discussão territorial proposta por Jöel Bonnemaïson, que traz à tona com centralidade o conceito de etnia para compreender o território. Nota-se que essa interrelação entre etnia e território, discutida na teoria, é atestada na realidade, na própria fala de Ica que menciona “eu quero me enterrar na minha terra”, na Comunidade Quilombola Grilo.

Adicionalmente, de acordo com Maracajá (2013), alguns elementos atribuem sentido ao território do Grilo, como a memória, a ciranda, a relação dos habitantes com a terra e a religiosidade. Esses elementos, consoante a autora, contribuem para a tomada de posse do território e se fortalecem reciprocamente permeados, tanto pela dimensão material e política, quanto pela simbólica e cultural.

Ainda nessa discussão, a autora nos aponta o significado de território para a comunidade, destacando que:

[...] algumas questões nos levam a afirmar que o território da comunidade quilombola representa para o grupo não só a apropriação de um território marcado pelas relações de poder, como estratégia política, mas também a manutenção da memória herdada dos ancestrais e repassada aos descendentes que se materializam nas relações de vizinhança, solidariedades costumeiras, que contribuem na construção da territorialidade. (Maracajá, 2013, p.1)

Com isso, verificamos uma visão integradora de território, que não se restringe apenas à clássica dimensão política do território que o concebe como a espacialização das relações de poder, mas também considera uma outra dimensão, muitas vezes negligenciada na discussão do território, que é a

dimensão simbólico-cultural, que incorpora aos territórios as subjetividades, as identidades e as afetividades do vivido.

Além dessa abordagem do conceito de território que privilegia a dimensão cultural, também detectamos pesquisas que trazem em suas referências a proposta materialista na abordagem do território. Nesse contexto, autores como Fernandes (2009), que discute território como um espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder, e Oliveira (2003), que entende o território como produto da luta de classes, são referências nessa vertente do território, na qual a dimensão político-econômica ganha maior centralidade.

Uma das pesquisas que traz essa perspectiva ancorada numa abordagem histórico-dialética do território é o texto de Carvalho (2013)⁹³ que, no estudo da mulher rural e quilombola do nordeste paraense, discute o conceito de território proposto por Ariovaldo U. de Oliveira, como demonstra o excerto abaixo:

Neste íterim, não se pode esquecer que o território, conforme observa Umbelino (2004) deve ser apreendido como síntese contraditória e ao mesmo tempo como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo. Pois, “o território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência”. Portanto, a territorialidade qual me refiro no presente trabalho, diz respeito fundamentalmente às relações sociais, ao uso e a apropriação do espaço pelos sujeitos que a partir do espaço, do lugar e do território constroem a dinâmica da (re)produção de sua vida sócio-cultural. (Carvalho, 2013, p.5)

Nessa perspectiva, o autor busca discutir a questão da mulher quilombola do Nordeste Paraense considerando a sua territorialidade construída via relações sociais cotidianas, considerando o território como elemento fundamental na sua reprodução tanto social, quanto cultural. E, nessa visão do papel desempenhado pelo território, temos a recorrência de entendê-lo como um elemento que é basilar para a manutenção dessa comunidade em suas dimensões material e imaterial.

Por fim, destacamos a contribuição de Carlos Walter Porto-Gonçalves em relação às pesquisas analisadas no SINGA, nas quais algumas delas a

⁹³ Mulher rural e quilombola: a face da territorialidade no Nordeste Paraense. (Carvalho, A. R. de., 2013)

proposta do supracitado autor foi utilizada. Nesse contexto, citamos pesquisas como Silva e Gonçalves (2017)⁹⁴, que trazem uma reflexão sobre a agricultura Xukuru e a construção da identidade territorial no Sertão de Pernambuco através de um referencial teórico que inclui a proposta territorial de Porto-Gonçalves, como aponta o trecho a seguir.

“[...] tornar próprio um espaço pelo nome que se atribui aos rios, às montanhas, aos bosques, aos lagos, aos animais, às plantas e por esse meio um grupo social se constitui como tal, constituindo seus mundos de vida, seus mundos de significação e tornando seu um espaço – um território.” (Porto-gonçalves *apud* Silva; Gonçalves, 2017)

Há no excerto acima, implicitamente, o entendimento do território a partir da apropriação do espaço por um grupo social, no caso da pesquisa de Silva e Gonçalves (2017), esse grupo seria os indígenas Xukuru de Ororubá. Conforme a pesquisa supracitada, esse grupo entende o território como um espaço sagrado e a percepção dos recursos como terra, água e alimentos presentes no território são vistos para além do intuito mercantil, nele a agricultura é concebida como um ritual, uma herança compartilhada com as novas gerações e um espaço de resistência e ressignificação de suas identidades.

Notadamente, a proposta de definição de território elaborada por Porto-Gonçalves traz com centralidade à noção de poder, como verificamos na pesquisa de Arruzo (2017)⁹⁵ que estuda o processo de expropriação territorial dos Guarani-Kaiowá e citando a reflexão feita por Porto-Gonçalves em relação ao conceito de território, que só tem sentido ser discutido se o pesquisador está também analisando seu núcleo epistêmico: o poder⁹⁶.

Essas são algumas das abordagens territoriais detectadas ao longo do recorte bibliográfico pesquisado, que totalizam mais de uma centena de

⁹⁴ Agricultura Xukuru e a construção da identidade territorial no sertão de pernambuco. (Silva, B. B. da; Gonçalves, C. U., 2017)

⁹⁵ “OCUPANDO” E “DESENVOLVENDO” O MATO GROSSO DO SUL: histórico do processo de expropriação territorial dos Guarani e Kaiowá. (Arruzo, R. C., 2017)

⁹⁶ “o conceito de território só tem sentido se você está discutindo poder que é o núcleo epistêmico do conceito de território. Quem controla o recurso? Quem controla o espaço? Essa é a questão chave do território. Se você não vai discutir poder, não use o conceito de território para não esvaziar o conceito. Se tudo é territorial isso esvazia o sentido desse conceito teórica e politicamente tão importante”. (Porto-gonçalves *apud* Arruzo, 2017, p. 5.)

definições do que constitui o conceito de território. Além dos autores discutidos brevemente ao longo deste capítulo, outros autores também foram utilizados como base teórica para os estudos territoriais, como Paul Claval, Luc Cambrezy, Robert Sack, Jean Gottmann, Rafael Sânzio Araújo dos Anjos, Friedrich Ratzel, Antônio Carlos Robert Moraes, Manuel Correia de Andrade, Paul Little, José de Souza Martins, Maurice Godelier, Ruy Moreira, Pierre Bourdieu, Maria Laura da Silveira, Rosa Maria Vieira Medeiros, Ilka Boaventura Leite, Ana Clara Torres Ribeiro, Maria de Fátima Ferreira Rodrigues, Jorge Eremites Oliveira, Michel Foucault, Lourdes Carril, entre outros.

Esses são alguns dos nomes que também aparecem em pesquisas analisadas ao longo das nove edições do evento (2003-2019) e que revelam as contribuições de pensadores não geógrafos em relação à discussão referente ao conceito de território, como é o caso do Paul Little que traz em algumas de suas obras uma ampla reflexão em torno do conceito de território e do próprio conceito de territorialidade aplicado a povos e comunidades tradicionais. Ainda na discussão referente à antropologia, autores como Ilka Boaventura Leite, que tem trabalhos importantes em estudos de comunidades quilombolas, também apareceu na análise dos textos com a sua concepção de território.

Além da antropologia, nesse conjunto de autores, identificamos as contribuições de alguns sociólogos, entre os quais destacamos Michel Foucault, pensador que tem uma larga produção em estudos sobre o poder, como pode ser verificado em Foucault (2023). Na pesquisa de Souza e Germani (2009)⁹⁷, que estudaram a comunidade negra rural Matinha dos Pretos, encontramos uma definição proposta por Michel Foucault acerca de território, entendendo-o a partir da noção do poder. Consoante Foucault (2023, p.250) “Território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder”.

Além de Foucault, Souza e Germani (2009) também se apoiam em geógrafos como Claude Raffestin, Rogério Haesbaert, Milton Santos e Marcelo Lopes de Souza no debate sobre território, evidenciando uma centralidade das

⁹⁷ Comunidade negra rural do Povoado de Matinha dos Pretos (BA): uma perspectiva geográfica. (Souza, E.B. de; Germani, G. I., 2009)

relações cotidianas entre os integrantes de Matinha dos Pretos com o seu principal meio de produção: a terra.

Além dos estudos sociológicos e antropológicos, alguns pensadores da economia também forneceram reflexões em torno da dimensão territorial em estudos sobre povos indígenas e comunidades quilombolas. Em pesquisa sobre comunidades tradicionais do Paraná, Machado, Ruiz e Gonçalves (2017)⁹⁸ discutem a abordagem de território proposta por Antônio Carlos Diegues, que entende que ele “pode ser uma porção da natureza e do espaço sobre o qual determinada sociedade reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso na totalidade ou parte dos recursos naturais existentes” (Diegues *apud* Machado, Ruiz e Gonçalves, 2017)

Essas são algumas das centenas de concepções de território identificadas ao longo do recorte bibliográfico analisado. Elas evidenciam fortemente a diversidade teórica e epistemológica da ciência geográfica na abordagem de um de seus conceitos fundamentais: o território. Contudo, mesmo com essa ampla diversidade, notamos que algumas abordagens se sobressaíram, como é o caso da perspectiva multidimensional do território, na qual podemos incluir pensadores como Rogério Haesbaert e Marcos Aurélio Saquet. Outra abordagem que também carimbou representatividade em várias pesquisas foi a relacional, construída por teóricos como Claude Raffestin, autor que inclusive influenciou diversos pensadores da geografia agrária brasileira.

Ademais, destacamos também as contribuições da perspectiva simbólico-cultural de abordagem do conceito de território, a qual inclui pensadores como Joël Bonnemaïson, Luc Cambrezy, Maria Geralda de Almeida e Paul Claval, que compreendem a centralidade da dimensão cultural na construção do território, na reprodução das territorialidades e na formação de uma identidade a partir dos fortes laços simbólico-culturais estabelecidos com a terra.

Por fim, mencionamos que há um elemento que une muitas destas perspectivas, desde a multidimensional até às relacionais, materialistas e

⁹⁸Conflitos e identidades territoriais dos povos tradicionais do Paraná e Santa Catarina: Indígenas, caboclos e pescadores artesanais. (Machado, C.B.G; Ruiz, E.J.N; Gonçalves, C, 2017)

mesmo idealistas, que é a clássica noção de poder, largamente sedimentada ao longo da história da geografia, principalmente, em associação com a reflexão sobre estado, como o fez Ratzel (1990) ainda no âmbito da geografia clássica e como fizeram geógrafos de gerações posteriores, com os devidos avanços e modificações, como Jean Gottmann. Diante disso, reforçamos a já citada concepção de Carlos Walter Porto-Gonçalves de que para pensar território, é necessário pensar poder enquanto seu núcleo epistêmico, a fim de não cairmos num esvaziamento do conceito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos caminhos percorridos no desenvolvimento da pesquisa, podemos entender como o conceito de território, ou melhor, as abordagens do conceito de território têm sido utilizadas nos referenciais das pesquisas que se propuseram a analisar as dinâmicas dos povos indígenas e comunidades quilombolas.

Dentro desse quadro, identificamos tanto as posições adotadas pela geografia em relação à abordagem do conceito de território, quanto às significações que os próprios sujeitos de pesquisa atribuem ao território. Esse exercício foi essencial na construção da pesquisa, seguindo teoricamente o movimento de “descentração” e de relativização das certezas que propõe Claval (2014a) na análise geográfica.

Isso posto, no desenvolvimento da pesquisa, compreendemos que a trajetória do conceito de território na geografia não é uniforme, é marcada por uma não linearidade, ou seja, em algumas fases do pensamento geográfico, como na geografia teórico-quantitativa, o conceito de território não tinha representatividade, como já atestava Côrrea (2000) ao mencionar que território e lugar não eram conceitos importantes para o pensamento neopositivista na geografia.

Adicionalmente, na própria geografia clássica, apesar de autores como F. Ratzel e Élisée Reclus trazerem maior relevância para a questão da dimensão territorial, as pesquisas de outros grandes autores desse paradigma voltaram-se principalmente para fundamentações teóricas ligadas a conceitos mais tradicionais até então, como é o caso do conceito de região, bastante explorado na geografia clássica francesa.

Por outro lado, na geografia crítica, novas teorias, novos métodos e novos conceitos ganham terreno na produção intelectual dos geógrafos e geógrafas num contexto de contestação de parte do que vinha sendo produzido até então. É nessa conjuntura que o conceito de território passa a apresentar um papel de maior centralidade no arcabouço teórico-metodológico da ciência geográfica, figurando como um elemento, muitas vezes, central nesse processo de renovação da geografia, conforme aponta Saquet (2020)

Além da geografia crítica, a geografia cultural produziu avanços na discussão do conceito de território, notadamente, no que diz respeito à exploração das relações entre identidade, território e cultura. Essa corrente de pensamento, em que pese ter outros conceitos também centrais, como lugar e paisagem, trouxe importantes estudos fundamentados na abordagem territorial a partir de autores como Joël Bonnemaison e Maria Geralda de Almeida, por exemplo.

Consoante Claval (1999), esse maior destaque do conceito nesse campo do saber é resultado de mudanças epistemológicas que ocorreram no próprio pensamento geográfico. No Brasil, como relata Almeida (2015), a maior difusão dessa corrente de pensamento na geografia acontece a partir dos anos 1990, trazendo novos caminhos e aportes teórico-metodológicos para pensar a geografia através da dimensão cultural.

Quando tratamos a questão do território na ótica da geografia agrária, compreendemos que nessa área o conceito vem assumindo grande notabilidade, principalmente, após o advento de paradigmas vinculados à geografia crítica, que floresceram no Brasil a partir da década de 1970, inicialmente com autores precursores como Manuel Correia de Andrade e Orlando Valverde e, posteriormente, a partir das contribuições de outros pensadores, como Ariovaldo U. de Oliveira, conforme atesta Marques (2018). Bombardi (2008) reforça essa perspectiva, ao afirmar que Manuel Correia de Andrade e Orlando Valverde foram os autores responsáveis por formar as raízes do pensamento crítico posterior a eles.

Na perspectiva dos estudos em geografia agrária que partem da abordagem cultural, autoras e autores, lastreados pela abordagem cultural, percorreram trilhas teóricas que trouxeram avanços no estudo de questões relacionadas às dinâmicas territoriais a partir da centralidade da dimensão cultural, entre os quais, destacamos Maria Geralda de Almeida no âmbito dos estudos culturais e de comunidades tradicionais, além de outros pesquisadores vinculados a grupos de pesquisa como o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC) e o Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER).

No quadro das contribuições de outras ciências à discussão do território, compreendemos que o conceito não é exatamente uma novidade em estudos

da ciência política, fato que pudemos verificar com a aparição do conceito de território no texto clássico de 1513 de Nicolau Machiavelli “O príncipe”, em que a questão do território já era retratada num período muito anterior à aparição das ciências sociais sistematizadas. Ainda no quadro da ciência política, algumas obras mais recentes se destacaram na análise acerca do território, como é o caso do texto de Bertrand Badie “O fim dos territórios”, no qual ele tece fortes críticas à ordem territorial internacional.

Além disso, atualmente, o conceito de território se disseminou por diversas ciências humanas, sendo um elemento importante em não somente ciências que tradicionalmente trabalham com o conceito, tal qual a ciência política e a geografia, mas também em áreas como a sociologia e a antropologia, por exemplo. No caso da antropologia, o conceito tem uma larga história e tem assumido uma posição importante no quadro dos estudos sobre povos e comunidades tradicionais, como os quilombolas, os indígenas, os faxinalenes, os ribeirinhos, os geraizeiros, entre tantos outros povos tradicionais.

Nos estudos analisados do SINGA, identificamos larga presença do conceito de território nas pesquisas sobre povos indígenas e comunidades quilombolas e, além disso, verificamos que mesmo conceitos com mais tradição na história da geografia, como região e paisagem, não obtiveram a centralidade que o território apresentou nas mais de 400 pesquisas analisadas, fato que evidencia a representatividade que o conceito tem galgado nos estudos da geografia agrária.

Aditivamente, vale ressaltarmos que essa presença do conceito nos analis não teve como marca uma homogeneidade teórica na discussão do conceito, pelo contrário, identificamos abordagens plurais, que vão, na classificação proposta por Haesbaert (2019), desde abordagens voltadas para as vertentes jurídico-política e econômica do território, até à vertente cultural ou simbólico-cultural, a qual segundo Haesbaert (2019) entende o território como apropriação simbólica do espaço.

No campo dos autores que têm aparecido como aportes teórico-metodológicos para pensar o território nessas pesquisas analisadas, destacamos a forte presença da concepção multidimensional de território proposta por Rogério Haesbaert e a perspectiva relacional fundamentada em

Claude Raffestin. Além deles, as propostas de autores como Milton Santos, Marcos Saquet, J. Bonnemaison, Maria Geralda de Almeida, Arioaldo Umbelino de Oliveira, Manuel Correia de Andrade, entre tantas outras, também marcaram presença nas pesquisas publicadas no SINGA.

Desse modo, compreendemos que o conceito de território, seja na geografia, seja em outras áreas como a antropologia e a ciência política, tem importância, não sendo uma descoberta recente em nenhuma dessas áreas, mas sim um conceito que já possui um longo trajeto, logicamente com suas especificidades em cada área.

Especialmente no caso da geografia, os caminhos seguidos pelo conceito não são unívocos, mas sim marcados por distintas abordagens e interpretações do que ele constitui, situação que está amplamente relacionada com os paradigmas que têm marcado o pensamento geográfico e as influências de outras áreas do saber, como as grandes doutrinas presentes no quadro da filosofia, como materialismo, idealismo, estruturalismo, pós-estruturalismo, entre outras.

Aditivamente, é importante pontuarmos que no desenvolvimento da pesquisa nem todos os pensadores e pensadoras da questão dos povos tradicionais na geografia apareceram em muitos dos gráficos e organogramas apresentados neste texto. Situação que é decorrente dos limites tanto de organização da própria pesquisa (foram identificados mais de cem autores que conceituam território), quanto das técnicas quantitativas da análise de conteúdo, como é o caso da frequência de aparição, a qual acaba enfatizando os autores mais recorrentes na discussão do território em uma perspectiva quantitativa.

Por outro lado, é necessário enfatizarmos também que a identificação desses fatores, que se colocam como ponto de limite do conhecimento construído na pesquisa, pode nos direcionar para o desenvolvimento de caminhos de estudos futuros que possam abarcar essas outras contribuições silenciadas, que, efetivamente, têm potencialidade de trazer outras contribuições qualitativas no estudo do território a partir do prisma dos povos e comunidades tradicionais.

Como mencionamos no início desta dissertação, consoante Claval (2014a), a história da geografia só pode ser efetivamente compreendida

levando-se em conta os contextos intelectual e político-administrativo de cada época e, nesse sentido, os trajetos percorridos pelo conceito de território também devem ser analisados tomando-se por referência esses contextos maiores, que nos auxiliaram a entender o papel desempenhado pelo conceito de território nas pesquisas sobre povos indígenas e comunidades quilombolas.

Esse foi o caminho que buscamos trilhar nas reflexões propostas nesta pesquisa, tendo em vista o entrelaçamento entre as fundamentações teórico-metodológicas, as quais são marcadas por uma multiplicidade de vertentes, usadas pelos autores e autoras que discutem o conceito de território com à realidade encontrada nos territórios indígenas e quilombolas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. B. *O processo de modernização em comunidades de Quilombos no Vale do Ribeira – SP. In: I Simpósio Internacional de Geografia Agrária e II Simpósio Nacional de Geografia Agrária, São Paulo. Anais...São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003.*

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *R. B. E STUDOS URBANOS E REGIONAIS*. V. 6 , N. 1 / maio de 2 0 0 4.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. *In: ALMEIDA, A. W. B. de. Quilombos e as novas etnias*. Manaus: UEA Edições, 2011. p. 56-88.

ALMEIDA, M. Geralda de. Aportes teóricos e os percursos epistemológicos da Geografia Cultural. *Geonordeste*, Aracaju (edição especial), ano XIX, n.1, p.33-54, julho de 2008.

ALMEIDA, M. Geralda de. *Diáspora: viver entre-territórios e entre-culturas?. In: SAQUET, M. Aurélio; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, p. 173-193.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Dilemas territoriais e identitários em sítios patrimonializados: os Kalunga de Goiás. *In: PELÁ, Marcia; CASTILHO, Denis. Cerrado: perspectivas e olhares*. Goiânia: Editora Vieira, 2010. cap. 13. p. 113-130.

ALMEIDA, M. Geralda de. Fronteiras, territórios e territorialidades. *Revista da ANPEGE*, v. 2, n. 02, p. 103-114, 2005.

ALMEIDA, M. Geralda de. Prefácio. *In: ALMEIDA, M. G. de; ARRAES, T. A. É Geografia, é Paul Claval*. Goiânia: FUNAPE, 2013.

ALMEIDA, M. Geralda de. Uma leitura etnogeográfica do Brasil Sertanejo. *GeoTextos*, vol. 18, n. 2, dezembro 2022. M. Almeida 231-254

ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 117 p.

ALVES, Flamarion Dutra. A questão cultural na geografia agrária. *In: Anais... VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA; VII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA; JORNADA DE GEOGRAFIA DAS ÁGUAS*. João Pessoa: UFPB, 2013. p.1-13.

ANDRADE, J. M. B. de; CAVICCHIOLI, M. A. B; SANTOS, M. da C. APIMA - Associação dos produtores Mura de Autazes. *In: V Simpósio Internacional de*

Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011, Belém. *Anais*. Belém: ed. Açaí, 2011.

ANDRADE, M. C. de. *A questão do território no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2004. 135 p.

ANDRADE, M. C. de *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011. 334 p.

ANDRADE, M. C. de. *Geografia: ciência da sociedade*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. 245 p.

ARRUTI, José M. A. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *MANA* 3(2):7-38, 1997.

ARRUZZO, R. C. “Ocupando” e “desenvolvendo” o Mato Grosso do Sul: histórico do processo de expropriação territorial dos Guarani e Kaiowá. *In: In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017*.

BACELAR, M. O. B. COMUNIDADES TRADICIONAIS: As lutas/desafios por território, territorialidades e modo de vida na resistência da expansão das fronteiras do capital – Macapá – AP. *In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017*.

BACHELARD, Gaston. *A epistemologia*. Lisboa: Edições 70, 2006. 220 p.

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 314 p.

BADIE, Bertrand. *O fim dos territórios*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. 304 p.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2022. 281 p.

BASTOS, T. C. F. Os conflitos fundiários entre os indígenas Guarani-Kaiowa e proprietários de terra no Sul de Mato Grosso do Sul a partir de relações sócio-espaciais desconstruídas historicamente. *In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2013*. João Pessoa. *Anais...João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013*.

BATISTA, C. d. S; et al. Mapeamento participativo e georreferenciamento dos territórios em conflitos agrários no Maranhão. *In: VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VIII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2015*. Goiânia. *Anais...Goiânia, Universidade Federal de Goiás, 2015*.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. *In: ROSENDHAL, Z; CORRÊA, R. L. Geografia Cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 239-243.

BERNARDINO, J.L; CARNEIRO, L. de O. Territorialidade agrária e econômica na Mesorregião da Mata Mineira: Estudo de caso na prática da Silvicultura de eucalipto em território quilombola. *In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 2013. João Pessoa. *Anais...*João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

BOMBARDI, L. M. Contribuição à historiografia da Geografia Agrária na Universidade de São Paulo. *AGRÁRIA*, São Paulo, no 8, p. 99-121, 2008.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. *In: ROSENDHAL, Z; CORRÊA, R. L. Geografia Cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 279-304.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

BRASIL. *Decreto Nº 6.040*, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, [2007]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

BRASIL. *Lei Nº 12.711*, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 01 de março de 2024.

BRITO, L. C. C.; A. C. de O. Território e identidade quilombola na Amazônia: Uso da terra e (re) existência na Comunidade de Pitimandeuá. *In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba*, 1 a 5 de novembro de 2017.

CAPEL, H. *Filosofía y ciencia em la Geografía contemporánea*. Barcelona: Editorial Barcarena S.A., 1981. 509 p.

CAPEL, H. Las ciencias sociales y el estudio del território. *Revista Bibliografía de Geografía y Ciencias Sociales*. Vol. XXI, núm. 1.149, 5 de febrero de 2016.

CARDOSO, R. de J; SACRAMENTA, D. M. O. Espaços vividos no rio Cueiras: a liberdade de habitar o lugar. *In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 2013. João Pessoa. *Anais...*João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

CARNEIRO, L. de O; DANTAS, T. da Silva. Enoterritorialidades quilombolas em São Pedro de Cima: notas sobre família, terra, tensões e poderes estabelecidos. *In: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 2011, Belém. *Anais*. Belém: ed. Açaí, 2011.

CARVALHO, A. R. de. Mulher rural e quilombola: a face da territorialidade no nordeste paraense. *In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 2013. João Pessoa. *Anais...João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba*, 2013.

CAVALCANTE, Y. Y. de Luna. *O ensino de geografia na educação quilombola: experiência na escola municipal de ensino fundamental Professora Antônia Socorro da Silva Machado - Comunidade Negra de Paratibe, PB*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14047?locale=pt_BR. Acesso em 27 de novembro de 2022.

CLAVAL, Paul. A evolução recente da geografia cultural de língua francesa. *Geosul*, Florianópolis, v.18, n.35, p. 7-25, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13599/12466>. Acesso em 19 de março de 2023.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. 3. Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007. 453 P.

CLAVAL, Paul. A geografia pós-estrutural e a abordagem cultural. *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, [S. l.], v. 26, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/200518>. Acesso em: 6 de janeiro de 2023.

CLAVAL, Paul. A volta do cultural na geografia. *Mercator - Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará*, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 19-28, 2002.

CLAVAL, Paul. Como construir a história da geografia?, *Terra Brasilis [Online]*, 2 | 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/637>. Acesso em: 30 de março de 2023.

CLAVAL, Paul. *Epistemologia da Geografia*. 2. Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014b. 297 p.

CLAVAL, Paul. Geografia Cultural: Um Balanço. *Geografia*, Londrina (PR), v. 20, n. 3, p. 05-24, set./ dez. 2011.

CLAVAL, Paul. *História da Geografia*. Lisboa: Edições 70, 2014a. 140 p.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. *Geographia*, Niterói, UFF, Programa de Pós-graduação em Geografia, ano 1, n. 2, 1999.

CLAVAL, Paul. *Terra dos homens: a geografia*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2015. 143 p.

CÔRREA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. *In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; CÔRREA, R. L. Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 15-48.

CÔRREA, R. L.; ROSENDHAL, Z. A geografia cultural brasileira: uma avaliação preliminar. *In: ROSENDHAL, Z; CORRÊA, R. L. Geografia Cultural: uma antologia.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 87-104.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In: ROSENDHAL, Z; CORRÊA, R. L. Geografia Cultural: uma antologia.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 219-237.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. *Espaço e cultura*, n. 5, p. 5-29, 1998.

CRUZ, V. do C. Das lutas por redistribuição de terra às lutas por reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais na Amazônia? *In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2013. João Pessoa. Anais...João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.*

DEFFONTAINES, Pierre. Caminhos de gado e tipos de feira no Uruguai. *Boletim Geográfico*, ano 11, n.115, p. 327-331, 1953a.

DEFFONTAINES, Pierre. História do gado nos países do Prata particularmente no Uruguai. *Boletim Geográfico*, ano 11, n. 115, p. 327-331, 1953b.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro: Editora 34, 2010. 271 p.

DIETERICH, J. E.G. Território Kinikinau: um estudo sobre a desterritorialização da etnia Kinikinau e a busca pela reconquista territorial. *In: IX Simpósio Internacional de geografia Agrária e X Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2019, Recife. Anais*, organização: Universidade Federal de Pernambuco. Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato - LEPEC. – Recife: Ed. UFPE, 2019.

DUTRA, L. H. de A. *Introdução à epistemologia.* São Paulo: Editora UNESP, 2010. 190 p.

ESCOLAR, M. *Crítica do discurso geográfico.* São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 175 p.

FAZENDA, I. C. A. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.* 5 ed. Campinas: Papirus Editora, 1994. 143 p.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia dos territórios. *In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos.* 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Cap. 9, p. 197-215.

- FERREIRA, D. A. de O. *Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização*. Terra Livre, São Paulo, n. 16, p. 39-70, 1º semestre/2001.
- FOUCAULT, Michel. Sobre a geografia. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. 15 ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023, p. 244-261.
- FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 15 ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2023.
- FREDRICH, M. S. L. *Tramas Territoriais e Tessituras Multidimensionais em Comunidades Quilombolas na Paraíba*. 2018. Tese (Doutorado em geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Livros Técnicos científicos, 1989, p. 13-41.
- GOMES, J. M. A; FÉ, E. G. ; NASCIMENTO, J. E. do. Terra e territorialidade nas comunidades quilombolas do Território dos Cocais (pi). In: *Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017*.
- GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 2, n.3, 2012.
- GUERRA, Emerson. A luta dos Kalapalu pela re-territorialização em Nuruvutu. IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2009, Niterói. Anais, Niterói, UFRJ.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do cansaço*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2019.
- HAN, Byung-Chul. *O que é poder?* Petrópolis: Vozes, 2019.
- HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3 ed. Lamparina, 2011, p. 43-71.
- HAESBAERT, R. da Costa. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015. P. 91-118.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CÔRREA, Roberto Lôbato (orgs.) *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. P. 169-189.

HAESBAERT, R. da Costa. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 395 p.

HAESBAERT, R. da Costa. *Território e Multiterritorialidade: um debate*. *GEOgraphia* - Ano IX - No 17 – 2007, p. 19 -46.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p.

HALL, Stuart. O Ocidente e o resto: discurso e poder. Projeto História: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 56, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 27 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 254 p.

HOEFLE, Scott William. Epistemologia e teoria cultural. In: ROSENDHAL, Z; CORRÊA, R. L. *Geografia Cultural: uma antologia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 17-42.

IANNI, Octávio. *A sociedade global*. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

IMBELLONI, A. C. P; LYRA, M. F. de B; BALBINO, L. de O. Aspectos socioambientais do plantio de Eucaliptos na Comunidade de São Pedro de Cima, Divino, MG. In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2013. João Pessoa. *Anais...João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba*, 2013.

ITABORAHY, N. Z.; CARNEIRO, L. de O.; TEIXEIRA, T. B. A construção de um grupo interdisciplinar de agroecologia: percursos e perspectivas do trabalho na Comunidade Quilombola de São Pedro de Cima. In: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011, Belém. *Anais*. Belém: ed. Açai, 2011.

KROPOTKIM, Piotr. A descentralização da indústria. *GEOgraphia*, vol. 20, n. 42, 2018: jan./abr.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 12 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 117 p.

LÉVY, Jacques. Qual o sentido da Geografia Cultural?. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 61, p. 19-38, ago. 2015.

LIMA, A. B. de. *Camponeses e Feiras Agroecológicas na Paraíba*. 2017. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em:

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01022018-114224/publico/2017_AlineBarbozaDeLima_VCorr.pdf. Acesso em 14 de setembro de 2023.

LIRA, W. C. B. de. Comunidades quilombolas de Garanhuns-PE: a importância da delimitação de seus territórios e o seu reconhecimento social. *In: Simpósio Internacional de geografia Agrária e X Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 2019, Recife. *Anais*, organização: Universidade Federal de Pernambuco. Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato - LEPEC. – Recife: Ed. UFPE, 2019.

LISBOA, I. B. C.; E. C. de. Etnografia da instituição responsável pela educação escolar indígena do Pará. *In: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 2011, Belém. *Anais*. Belém: ed. Açai, 2011.

LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, ano 2, n. 3, p. 33-52, out. 2002, Campo Grande - MS. Disponível em: [Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global | Tellus \(ucdb.br\)](#) . Acesso em 30 de abril de 2023.

LITTLE, P.E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade. *Série Antropologia*. 322. Brasília, 2002.

MACHADO, C.B.G; RUIZ, E.J.N; GONÇALVES, C. Conflitos e identidades territoriais dos povos tradicionais do Paraná e Santa Catarina: Indígenas, caboclos e pescadores artesanais. *In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba*, 1 a 5 de novembro de 2017.

MACHIAVELLI, Nicolló. *O príncipe*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019. 160 p.

MARACAJÁ, M. S. L. (Re) construção da identidade e das manifestações culturais na Comunidade Quilombola Grilo, Paraíba: a ciranda como estratégia política e de resistência. *In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 2013. João Pessoa. *Anais...João Pessoa*: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

MARTINS, L. E; ALZIRO, G. L; MONFORT, G. C. Sementes da terra: Novas territorialidades da resistência jovem Guarani e Kaiowá no NO TEKOKHA GUYRA KAMBY'I – MATO GROSSO DO SUL. *In: IX Simpósio Internacional de geografia Agrária e X Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 2019, Recife. *Anais*, organização: Universidade Federal de Pernambuco. Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato - LEPEC. – Recife: Ed. UFPE, 2019.

MARQUES, A. C. N. *Fronteira Étnica: Tabajaras e Comunidades Negras no Processo de Territorialização do Litoral Sul Paraibano*. 2015. Tese

(Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

MARQUES, Amanda C. Nascimento. Fronteiras étnico-raciais: preâmbulo sobre a legislação indígena e quilombola no Brasil. *In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 2013. João Pessoa. Anais...João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

MARQUES, A. C. N.; SILVA, M. J. da; VIEIRA, Ruth. Geografia e questão étnicorracial: caminhos traçados na UFPB nos últimos 15 anos. *In: IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária e X Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 2019, Recife. *Anais*, organização: Universidade Federal de Pernambuco. Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato - LEPEC. – Recife: Ed. UFPE, 2019.

MARQUES, A. C. N. *Território de Memória e Territorialidades da Vitória dos Potiguara da Aldeia Três Rios, Marcação – PB* (Dissertação de Mestrado em Geografia) João Pessoa: UFPB.

MARQUES, A. C. N.; RODRIGUES, M. de F. F.; MARACAJÁ, M. S. L. Das políticas de “desenvolvimento” aos territórios de identidade: ações e contradições de duas políticas públicas em territórios indígenas na Paraíba – Brasil. *In: Do campus ao campo: olhares sobre Políticas Públicas dirigidas à pobreza rural no Estado da Paraíba, Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011. p. 209-231.

MARQUES, M. I. M. Geografia agrária crítica: um pouco de história. *Geosp – Espaço e Tempo* (Online), v. 22, n. 3, p. 504-514, dez. 2018.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. *In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, p. 215-226.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio. *A ação territorial de uma igreja radical: Teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão pastoral da terra no estado da Paraíba*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.8.2008.tde-07012009-161303. Acesso em: 14 de junho de 2023.

MONBEIG, Pierre. As estruturas agrárias das faixas pioneiras paulistas. *Boletim Geográfico*: Rio de Janeiro, v. 11, nº116, p. 455-465, set./out. 1953.

MONBEIG, Pierre. Evolução de gêneros de vida rurais tradicionais no Sudeste do Brasil. *Boletim Geográfico*., ano 7, n. 81, p. 980-986, 1949.

MOREIRA, A. P. da C. *A luta pela terra e a construção do território remanescente de quilombo de Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande – PB*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Centro de Ciências Exatas e da

Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5825?locale=pt_BR. Acesso em: 27 de novembro de 2022.

MOREIRA, A. P. da C.; RODRIGUES, M. de F. F.; SILVESTRE, D. de O. Práticas culturais, resistência e políticas públicas em territórios quilombolas. *In: Do campus ao campo: olhares sobre Políticas Públicas dirigidas à pobreza rural no Estado da Paraíba, Brasil*. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2011. p. 185-207.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. DE TERRITÓRIO DE EXPLORAÇÃO A TERRITÓRIO DE ESPERANÇA: ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO SEMI-ÁRIDO PARAIBANO. *REVISTA NERA*, [S. l.], n. 10, p. 72–93, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i10.1424. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1424>. Acesso em: 27 fev. 2024.

MOREIRA, Ruy. *O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originárias*, vol. 1. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2015. 190 p.

MOREIRA, R. *O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação*, vol. 2. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2022. 172 p.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 128 p.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005. 120 p.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000. 118 p.

MOTA, J. G. B. A territorialização precária Guarani, Kaiowa e Terena na reserva indígena de Dourados/MS: ocorrências de suicídios e assassinatos. In: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011, Belém. *Anais*. Belém: ed. Açaí, 2011.

MOTA, J. G. B. Terra para os Guarani e os Kaiowá: especificidades e similaridades no tocante as diversas lutas pela terra. In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2009, Niterói. *Anais*, Niterói, UFRJ.

MOTTA, L. R. Aplicação conceitual de território e territorialidade nas mobilizações e lutas dos povos e comunidades tradicionais da zona costeira sul do Rio de Janeiro. *In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017*.

NEVES, E. de O; FRANCO, C.B; SOUSA, I. S. Ser ribeirinho ou indígena: Territórios em disputa e a questão do bem comum na região do Médio

Solimões, Amazonas. *In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.*

NOGUEIRA, D. C. Manejo agroflorestal e segurança alimentar em aldeias indígenas do Rio Mapuera – PA. *In: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011, Belém. Anais.* Belém: ed. Açai, 2011.

OLIVEIRA, A. U. de. *A agricultura camponesa no Brasil.* 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. 164 p.

OLIVEIRA, A. U. de. *A Fronteira Amazônica Mato-grossense: Grilagem, Corrupção e Violência.* São Paulo: Iandê Editorial, 2016b, 426 p. Disponível em: <https://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/A%20FRONTEIRA%20AMAZ%20C3%94NICA%20MATO%20GROSSENSE.pdf> . Acesso em 30 de março de 2023.

OLIVEIRA, A. U. de. *Crítica ao “Estado isolado” de Von Thünen: Contribuição para o estudo da Geografia Agrária.* São Paulo: Iandê Editorial, 2016a. 484 p. Disponível em: <https://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/CR%20C3%8DTICA%20AO%20EST%20ADO%20ISOLADO%20DE%20VON%20THUNEN.pdf> > . Acesso em 03 de abril de 2023.

OLIVEIRA, A. U. de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. *In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária: O Campo no século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social*, 1, 2003. São Paulo. Anais... São Paulo: ?, 2003.

OLIVEIRA, J. B. de. Comunidade Remanescente de Quilombo: um novo conceito. *In: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011, Belém. Anais.* Belém: ed. Açai, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *In: OLIVEIRA, J. P. de (org.). A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena.* 2 ed. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda, 2004, p.13-42.

PRADO JR., Caio. *A Revolução Brasileira; A questão agrária no Brasil.* 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder.* São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. O povo e seu território. *In: MORAES, A. C. R. (org.). Geografia.* São Paulo: ática, 1990, cap. 3, p. 73-82.

RECLUS, Élisée. A origem da família, do estado e da propriedade. *In: MORAES, A. C. R. (org.). Geografia.* São Paulo: ática, 1985, p. 61-99.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. *In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). Território brasileiro: usos e abusos* São Paulo: Edições Territorial, 2003, p. 29-39.

RISSE, L. C. Paisagens e cultura: uma reflexão teórica a partir do estudo de uma comunidade indígena amazônica. *Espaço e Cultura*, UERJ, RJ, n. 23, p. 67-76, Jan./Jun. 2008.

RODRIGUES, M. de F. F. Comunidade Negra de Paratibe, quilombo urbano, espaço de resistência e de ressignificações, João Pessoa – PB, Brasil. *In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.*

SANTANA, J.M. S. de. *Territorialidade quilombola: um olhar sobre o papel feminino em Caiana dos Crioulos, Alagoa Grande, PB.* Dissertação (Mestrado em Geografia), Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SANTOS, M. O retorno do território. *In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). Território: globalização e fragmentação.* 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 15-20.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.* 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021. 285 p.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.* 29ªed. Rio de Janeiro: Record, 2019. 174 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. *In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.* 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, p. 69-90.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território.* 5.ed. Rio de Janeiro, RJ: Consequência editora, 2020.

SAUER, C. O. A morfologia da paisagem. *In: ROSENDHAL, Z; CORRÊA, R. L. Geografia cultural: uma antologia.* Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 181 -218.

SAUER, Carl Ortwin. Geografia cultural. *Espaço e Cultura*, [S.l.], n. 3, p. 1-7, jul. 2013. ISSN 2317-4161. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6706> . Acesso em: 10 jun. 2023.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro.* 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, B. B. da; GONÇALVES, C. U. Agricultura Xukuru e a construção da identidade territorial no sertão de pernambuco. *Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.*

SILVA, J. C. B. da; RODRIGUES, M. de F. F. Histórias de resistência, território de luta: processo de territorialidade étnica da Comunidade Quilombola Do Gurugi, Conde- PB. *In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.*

SILVA, J.C.B. da. “*Quantas anônimas guerreiras brasileiras!*”: a luta das mulheres negras nas comunidades quilombolas de Ipiranga e Gurugi – Paraíba. 2018. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em:<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/14047/1/JCBS17042019.pdf>. Acesso em 27 de novembro de 2022.

SILVA, J. E. C; LIMA, A. B. de. Contribuições da Ciência Geográfica aos estudos agrários: uma análise da Revista Brasileira da Geografia e do Boletim Geográfico. *Revista de Geografia (Recife)* V. 38, No . 4, 2021 (Especial).

SILVA, U. B. da; CONCEIÇÃO, Edney. *O papel da mulher na produção territorial do espaço quilombo*: Um olhar sobre a Comunidade São Francisco do Paraguaçu – Cachoeira/BA. *In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária – IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária – Curitiba, 1 a 5 de novembro de 2017.*

SILVESTRE, D. de O. *O constitucional e o real da política regularização territorial quilombola*: uma análise da comunidade de Caiana dos Crioulos – Alagoa Grande/PB. Dissertação (Mestrado em Geografia), Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015. Disponível em:https://www.ufpb.br/gestar/contents/documentos/publicacoes/dissertacoes/diego_silvestre.pdf/view .Acesso em 27 de novembro de 2022.

SIROTHEAU, J. L. T. Uma análise teórica acerca da natureza da identidade territorial das comunidades quilombolas em realidade metropolitana: o caso de Abacatal (PA) e Boa Vista do Itá (PA). *In: V Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2011, Belém. Anais.* Belém: ed. Açai, 2011.

SOUSA, Vivianne de. *Mama África*: os quilombos do Sertão e as lutas das mulheres das comunidades negras de Catolé do Rocha – PB. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos), Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – CCHLA, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em:
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/11831/1/Arquivototal.pdf> . Acesso em 27 de novembro de 2022.

- SOUZA, E.B. de; GERMANI, G. I. Comunidade negra rural do povoado de Matinha dos Pretos (BA): uma perspectiva geográfica. *In: IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 2009, Niterói. *Anais*, Niterói, UFRJ.
- SOUZA, J.G. de. Limites do território. *AGRÁRIA*, São Paulo, nos 10/11, pp. 99-130, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/155/155> . Acesso em 10 de julho de 2022.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.
- SOUZA, M. L. de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. *In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, p. 53-68.
- SPÓSITO, E. Savério; SAQUET, M. A. O conceito de território no Brasil: entre o urbano e o rural. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, n.38, v.2, p.84-112, ago./dez.
- SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço Geográfico Uno Múltiplo. *In: SUERTEGARAY, D. M. A, VERDUM, R.; BASSO, L. (Orgs.). Ambiente e Lugar no Urbano*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. p. 13-34.
- WAIBEL, Leo. A forma econômica da “plantage” tropical. *Boletim Geográfico*, ano 12, n. 123, p. 369-383, 1954.
- WAIBEL, L. A teoria de Von Thünen sobre a distância do mercado relativamente a utilização da terra. *Revista Brasileira de Geografia*, V. 10, nº 1, p. 3-40, jan./mar. 1948.
- VIERIA JUNIOR, I. R. Memória, identidade e território: notas sobre a regularização fundiária de comunidades quilombolas na Região Sul e Baixo Sul Baiano. *In: VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária e VII Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 2013. João Pessoa. *Anais...João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba*, 2013.

APÊNDICE

Apêndice A – Modelo de planilha utilizada para identificação da origem institucional dos autores das pesquisas analisadas

	Número de pesquisas vinculadas à respectiva instituição por ano de edição									
Instituição	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	Total

Elaboração: autor.